

O UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE - PB

{ CENTRO DE HUMANIDADES

{ COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM SOCIOLOGIA

+  
SAPEZINHO, LABORATÓRIO DE UMA EXPERIÊNCIA

++  
Notas Sobre o Processo de Intervenção do Estado numa  
localidade do Recôncavo Baiano

↓  
FRANCISCO EMANUEL MATOS BRITO

ina Grande, Setembro de 1985

FRANCISCO EMANUEL MATOS BRITO

SAPEZINHO, LABORATÓRIO DE UMA EXPERIÊNCIA

Notas Sobre o Processo de Intervenção do Estado numa  
Localidade do Recôncavo Baiano

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Sociologia - Área de Con  
centração em Sociologia Rural - do  
Centro de Humanidades da Universida  
de Federal da Paraíba, em cumprimen  
to às exigências para obtenção do  
grau de Mestre em Sociologia.

ORIENTADORA: GHISLAINE DUQUÉ

Campina Grande, Setembro de 1985



B862s Brito, Francisco Emanuel Matos.  
Sapezinho, laboratório de uma experiência : notas sobre o processo de intervenção do Estado numa localidade do Recôncavo Baiano / Francisco Emanuel Matos Brito. - Campina Grande, 1985.  
160 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.  
"Orientação : Profa. Ghislaine Duqué".  
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Intervenção do Estado (PE) - Processo. 3. Produtores de Sapezinho (PE) - Política de Modernização. 4. Produtores - Condição de Vida. 5. Dissertação - Sociologia. I. Duqué, Ghislaine. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(043)

Aos meus "velhos" Evanira e Israel Brito  
por tudo que fizeram por mim e aos quais  
serei eternamente devedor.

Ao mano Luiz Antonio pela visão ingênua  
do mundo

À dupla Apó e Lena, personagens Visconti  
anas.

Aos mortos de Sapezinho, redivivos neste  
trabalho.

## AGRADECIMENTOS

O Mestrado em Sociologia Rural se constituiu no local onde a minha curiosidade em tentar analisar a atuação do Estado, através de sua estratégia modernizante, foi ganhando curso e se conformando ao longo das leituras e das discussões levadas a efeito nas várias disciplinas do referido curso.

Tenho pois um profundo sentimento de gratidão aos funcionários, professores e colegas como também a todos aqueles que colaboraram no sentido de tornar possível este "parto" prematuro e a forceps o qual, para mim, longe de se configurar num simples preenchimento de um formalismo acadêmico, significou sobretudo a garantia de que o "drama" a ser focalizado fosse narrado por um dos seus partícipes, tarefa esta rotineiramente realizada, por força de uma esdrúxula divisão intelectual de trabalho, pelos supervisores e avaliadores de plantão e pelos apropriadores de costume.

A seguir, desejo agradecer especialmente:

À Comissão de seleção de 1981, composta pelos Professores Charles, Elimar e Gilda, por ter acreditado no meu potencial.

A Charles Beylier pelo Coordenador lúcido que foi num dos momentos mais críticos enfrentados pelo Mestrado, por ter tornado possível a realização da primeira etapa da pesquisa de campo e pelo empenho, juntamente com Ghislaine, na solicitação da minha liberação funcional.

Ao Grupo de Pesquisa e Assessoria Sindical da UFPb por me ter possibilitado o emprego prático da teoria.

Aos "Professores" Carlos Miranda e Nádio Holtz respectivamente Diretor-Executivo da CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional e Gerente do PDRI - Nordeste pela liberação de seis meses, a qual tornou possível a concretização deste propósito.

Aos colegas do CEPED pela convivência.

Aos atuais Coordenadores do Mestrado, Salete e Mário, pelo apoio para a apresentação e defesa deste trabalho.

A Ghislaine Duqué, muito mais que orientadora, pelas sugestões e observações críticas, as quais nem sempre me foi possível incorporar ao trabalho, face às chamadas "condições objetivas".

Aos produtores de Sapezinho pela convivência, aprendizado e pelas informações prestadas, as quais me possibilitaram a ventura de compor um quadro e através deste tornar público suas desventuras.

## R E S U M O

Este estudo trata da análise dos efeitos ocasionados pela Intervenção do Estado, materializada no Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Faixa Renda, numa localidade da Região do Recôncavo Baiano, Sapezinho, junto a um público inicial de 64 famílias de pequenos produtores de mandioca e outras culturas como milho, feijão, amendoim, inhame, fumo, etc..

O projeto em análise é resultante de um convênio celebrado entre o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e o Banco Mundial e trazia como proposta básica a modernização do processo de produção de farinha de mandioca, através da introdução de uma casa de farinha mecanizada. Esperava-se que os resultados advindos do processo de modernização tornassem possível a consecução da proposta geral do Estado consubstanciada na elevação da renda familiar bem como na melhoria do nível de vida do chamado público-meta.

O presente trabalho significa o resgate de uma experiência vivenciada, a qual além de tornar possível, com uma maior riqueza de detalhes, a percepção dos objetivos que orientam o processo de intervenção numa realidade concreta, também fornece, em razão do caráter multidisciplinar desta experiência, contribuições expressivas para diversos estudos versando sobre o processo de modernização da agricultura, a "questão" da pequena produção, aspectos pedagógicos da participação e organização comunitária, avaliação de programas especiais, etc..

O período contemplado pelo trabalho, totalizou 6 anos (1978 a 1984) abrangendo desde a etapa de implantação até a desativação do projeto em foco. A recuperação deste período verificou-se através do emprego da técnica de observação participante, durante 16 meses de vivência com os produtores de Sapezinho realização de duas pesquisas de campo utilizando entrevistas abertas junto aos referidos produtores, representantes de instituições (bancos, EMATER-Ba) e do poder local, consultas a apontamentos pessoais e documentos referentes ao projeto.

Precedendo à análise da experiência vivenciada, buscou-se destacar os principais enfoques teóricos que tratam da natureza do Estado, como forma de entender-se o referido processo de intervenção na sociedade contemporânea bem como os objetivos que o norteiam.

Posteriormente, iniciou-se o resgate do processo de intervenção do Estado a partir do momento em que este busca legitimar sua proposta modernizante perante os produtores de Sapezinho, proposta esta consoante com a política geral de modernização conservadora, uma vez que as mudanças introduzidas se verificaram dispensando qualquer alteração na estrutura agrária vigente na área de intervenção.

Constatou-se, na área estudada, que as mudanças introduzidas, por um lado ensejaram a criação de um grupo de produtores modernizados que se apropriaram dos benefícios gerados pela modernização, e por outro lado se revelaram extremamente prejudiciais à grande maioria dos produtores de Sapezinho agravando ainda mais suas condições de vida. Esta constatação, ao invés de tornar patente o fracasso da ação do Estado, evidencia justamente o seu êxito, traduzido no atingimento pleno dos seus objetivos uma vez que será principalmente por intermédio da criação da mencionada camada de produtores modernizados, que o Estado conseguirá legitimar sua proposta modernizante, criando assim as condições necessárias para a deflagração do processo de acumulação do capital verificado no setor produtor de farinha.



## A B S T R A C T

The aim of this dissertation is to analyse the effects of State intervention through the Agricultural-industrial Experimental Project for low income producers, in the locality of Sapezinho, Municipality of "São Felipe", of the "Reconcavo Baiano" region. This Project was planned to benefit 64 families of small producers, having manioc, beans, peanuts, tobacco and corn, as main crops. The Project was supported by INAN - National Institut for Food and Nutrition-and World Bank. Its basic purpose was to modernize the process of manioc flour production through the introduction of an electrical manioc flour mill, to improve the income and living conditions of the target population.

The data analysed come from the author living experience in the Project area - both as a technician and as a researcher - which made it possible to understand in deep the aims and the process of State intervention in its multidisciplinary character. The main issues on discussion are modernization of agriculture, the "question" of small production, and participation of small producers in special programmes, looking at its pedagogical aspects. The fieldwork last 6 years (1978-1984) since the project implementation till its final phase. To cover the period, the technique of participant observation (during 16 months) was used; in addition researchs were carried out in the field, in different periods; by using open interviews with small producers, and with representatives of Institutions such as Banks, EMATER - Ba, and other representatives of the local power. Primary and secondary sources were also used.

In the analysis, the author try to explore the nature of the State, to understand the aims of its intervention in the contemporary Society. The study brings out the process of local intervention by the State. As it is demonstrated, the State searchs to hold its general policy, of conservative modernization, without changing the agrarian structure. The State action has produced a small group of modern producers

who received the benefits of the modernization programe. However, it made the living conditions of the majority of the producers, even worse. This fact instead of making clear the disaster of State intervention, proves its success: The creation of a group of modern producers comes out, legitimizing the State modernization purpose, bringing out the necessary conditions for putting on the process of capital accumulation in the manioc flour sector of production.

## R E S U M É

Cette étude se propose d'analyser les effets provoqués par l'intervention de l'Etat, concrétisée dans le Projet Expérimental Unité Agro-Industrielle pour Producteurs de Bas Revenus, dans une localité de la Région du Recôncavo Baiano, Sapezinho, auprès d'un public initial de 64 familles de petits producteurs de manioc et autres cultures telles que maïs, haricots, cacahuètes, tabac, etc.

Ce projet a pour origine un accord signé entre l'INAN\* et la Banque Mondiale; il visait essentiellement à moderniser le processus de production de la farine de manioc par l'introduction d'une "maison de farine" mécanisée. On espérait ainsi, grâce au processus de modernisation, atteindre l'objectif général proposé par l'Etat: l'élévation du revenu familial et l'amélioration du niveau de vie de la population visée.

Cette étude reconstituant une expérience vécue par l'auteur, permet de percevoir, avec une plus grande richesse de détails, les objectifs qui orientent le processus d'intervention dans une réalité concrète; en outre elle est apte à fournir, en raison du caractère multidisciplinaire de cette expérience, une contribution expressive aux diverses études consacrées au processus de modernisation de l'agriculture, à la "question" de la petite production, aux aspects pédagogiques de la participation et de l'organisation de communauté, à l'évaluation des programmes spéciaux, etc..

La période recouverte par le travail correspond à six années (1978-1984), depuis l'étape d'implantation du projet jusqu'à son terme ultime. La reconstitution de cette période s'est réalisée grâce à la technique de l'observation participante, durant les 16 mois de présence de l'auteur parmi les producteurs de Sapezinho, par la réalisation de deux enquêtes sur le terrain (utilisant des entrevues ouvertes auprès des producteurs eux-mêmes, des représentants des institutions - banques, EMATER-Pa\*\* - et du pouvoir

---

\* Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Institut National d'Alimentation et Nutrition).

\*\* Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Entreprise d'Assistance Technique et de Vulgarisation Rurale de Bahia)

local) et à l'aide des notes personnelles et documents relatifs au projet.

Procédant à l'analyse de l'expérience vécue, l'auteur tente de relever les principaux abordages qui traitent de la nature de l'Etat, afin de comprendre son intervention dans la société contemporaine et les objectifs qui l'orientent.

L'étude retrace ensuite le processus d'intervention locale par l'Etat, au moment où celui-ci cherche à légitimer son projet de modernisation auprès des producteurs de Sapezinho, objectif harmonisé avec la politique générale de modernisation conservatrice, les transformations réalisées ayant évité - comme la suite le montrera - de toucher à la structure agraire de la région.

Les changements introduits ont, d'une part, mené à la création d'un groupe de producteurs modernisés qui se sont appropriés des bénéfices de la modernisation, et par ailleurs se sont révélés extrêmement préjudiciables pour la grande majorité des producteurs de Sapezinho, provoquant la détérioration de leurs conditions de vie. Cette constatation, loin de prouver l'échec de l'action de l'Etat, met au contraire en évidence son succès: il a pleinement atteint ses objectifs, puisque ce sera principalement grâce à la création de cette couche de producteurs modernisés que l'Etat réussira à légitimer son projet de modernisation, créant ainsi les conditions nécessaires à la déflagration du processus d'accumulation du capital vérifié dans le secteur producteur de farine.

"Blitz quer dizer corisco, Hollywood quer dizer Azevedo  
E o Recôncavo, e o Recôncavo, e o Recôncavo, meu mêdo."

(Caetano Veloso, Língua)

"Moinho de homens que nem girimuns amassados  
Mansos meninos domados, massa de medos iguais  
Amassando a massa, a mão que amassa a comida  
Esculpe, modela e castiga a massa dos homens normais.

Quando eu lembro da massa da mandioca mãe, da massa  
Da massa que planta a mandioca, mãe  
A massa qu'eu falo é a que passa fome, mãe  
A massa que planta a mandioca, mãe

Meu Deus aonde vai parar, parar essa massa  
Meu Deus aonde vai rolar, rolar essa massa..."

(Raimundo Sodré e Jorge Portugal, "A Massa")

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O ESTADO NA TEORIA E SUA INTERVENÇÃO NA REALIDADE	4
O Estado: Algumas Concepções Teóricas	4
O Estado e as Políticas para o Nordeste	22
O Projeto Módulo Agroindustrial para produtores de Baixa Renda	29
CAPÍTULO II - FASE DEMOCRÁTICA	
Organização dos Produtores	43
As Lideranças e a Eleição na Cooperativa	47
A Cooperativa e a Casa de Farinha Mecanizada	49
Comercialização: Estado, Cooperativa, Intermediários e Poder Local	65
Legalização e Inauguração da COMASFE, Modelo de Gestão	75
Conflitos Internos, Paternalismo, Saída dos Técnicos de Campo	80
CAPÍTULO III - FASE AUTORITÁRIA (ACUMULAÇÃO)	88
Nova Diretoria e Mudanças na Gestão da Entidade	89
Gestão 82/83 e Conflito Estado X Produtores	98
O Terreno e o Suprimento para a Cooperativa	101

Organização da Produção na Cooperativa e nas Casas de Farinha	105
Estado, Cooperativa e a Organização dos Produtores	114
Fechamento da Cooperativa, Reflexos e Reflexões	118
Reabertura e Sucessões	122
O Estado Revela sua Face Autoritária	123
A Via Crucis da Cooperativa ou " Aonde vai parar a massa da mandioca?"	132
CONCLUSÃO	144
BIBLIOGRAFIA	156
ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado do esforço no sentido de resgatar a trajetória do Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, desde a sua implantação até a sua desativação (novembro de 1978 a novembro de 1984).

Este projeto é fruto de um convênio celebrado entre o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e o Banco Mundial, tendo sido executado pelo CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia.

O projeto em foco foi implantado em Sapezinho, localidade de componente do Município de São Felipe, na região do Recôncavo baiano, junto a um público de 64 famílias de pequenos produtores<sup>(1)</sup> que cultivam principalmente mandioca dentre outras culturas (milho, feijão, amendoim, inhame, fumo, etc) e trazia como proposta básica a modernização do processo de produção de farinha, através da introdução de uma casa de farinha mecanizada, cujos resultados se traduziriam na elevação da renda familiar bem como na melhoria do nível de vida do chamado público-meta.

O estudo do processo de intervenção do Estado, materializada no Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, encontra sua justificativa não só no resgate de uma experiência vivenciada en-

---

(1) De acordo com a realidade de Sapezinho antes da implantação do projeto, consideramos pequeno produtor aquele que por cultivar uma reduzida área de terra, seja na condição de proprietário, ~~fazendeiro~~ ou posseiro, mal consegue produzir para a subsistência familiar, utilizando basicamente a mão de obra familiar recorrendo à ajuda dos vizinhos quando esta é insuficiente, alguns membros da família vendem sua força de trabalho, desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, como forma de complementar a renda familiar, etc. No decorrer do trabalho apresentaremos outras características dos pequenos produtores de Sapezinho bem como novas características que ~~os mesmos~~ passarão a ter com as mudanças ocasionadas pelos efeitos da intervenção do Estado.



quanto técnico do aludido projeto durante 16 meses <sup>(2)</sup> como também pelo fato deste, em razão de situar-se numa área de tamanho reduzido, nos possibilitar com uma maior riqueza de detalhes a percepção dos objetivos que orientam o processo de intervenção estatal e como tais objetivos se expressam numa realidade concreta.

Por outro lado este estudo se reveste de grande importância na medida em que resgata uma experiência preñe de contribuições expressivas para estudos que versem sobre o processo de diferenciação e modernização na agricultura, a "questão" da pequena produção, capitalismo e agricultura, aspectos pedagógicos de participação e organização comunitária, análise de outros programas especiais, etc.

Assim sendo, nossa preocupação central com este trabalho reside na análise do processo de intervenção do Estado, através do Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, objetivando compreender e revelar as mudanças ocasionadas por este processo junto aos produtores de Sapezinho.

Em se tratando de um estudo de caso, esta investigação guarda algumas especificidades em relação aos demais estudos congêneres levados a efeito noutras partes do país. Entendemos, pois, que é justamente através das várias especificidades contidas nos vários estudos de caso, que se tornará possível a composição de um quadro mais real a respeito da situação da agricultura brasileira.

Para atingirmos o objetivo proposto, dividimos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo realizamos uma resenha das principais concepções que tratam da problemática do Estado, enfocando as contribuições dos seus representantes mais destacados, como forma de compreendermos o processo de intervenção do Estado na sociedade contemporânea e quais os objetivos que a norteiam

(2) Após este período, retornamos à área realizando uma pesquisa de campo para a disciplina Prática de Pesquisas, durante 15 dias do mês de janeiro de 1983. Posteriormente, durante 8 dias do mês de junho de 1985, voltamos à área para complementar nossa pesquisa de campo. Para maiores detalhes ver página 88 .

tejam contidos os fundamentos para a elaboração de uma teoria científica de Estado<sup>(9)</sup>.

Neste sentido passaremos a apresentar alguns excertos das obras de Marx e Engels objetivando com isto captar a riqueza da análise de ambos presente nos vários enfoques que buscam dar conta da problemática do Estado nas sociedades modernas.

A partir da revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Marx inverte a posição hegeliana colocando: "*Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas - assim como as formas de Estado - não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do Espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de "sociedade civil", por seu lado a anatomia da sociedade civil deve ser*

---

(9) Segundo GRUPPI "embora inacabado, O Capital - ao definir a anatomia econômica da sociedade capitalista - mostra o esqueleto que sustenta o Estado Burguês e fundamenta uma teoria do Estado (...). No pensamento de Marx e Engels, existem elementos, traços da teoria do Estado, elementos de interesse excepcional, mas não um estudo orgânico de Estado Burguês (...). Porém existe a tese fundamental e a condição para uma teoria científica do Estado (...) (que) está implícita na análise das relações econômicas" ( ).

O mesmo autor, pronunciando-se a respeito da existência de uma teoria burguesa de Estado, coloca que a mesma não existe; o que "há (é) uma justificação ideológica (isto é, não-crítica, não consciente) do Estado existente ou de que se pretendia construir; mas não há uma teoria científica que explique como nasce o Estado, por que nasce e qual a sua verdadeira natureza (...). Mas a burguesia não pode fazer isso, pois significaria denunciar que o Estado burguês - mesmo em sua forma mais democrática - é na verdade a dominação de uma minoria contra a maioria; seria admitir que essa liberdade não é a liberdade para todos; que essa igualdade é puramente formal, não real para a maioria dos cidadãos. (...) Com certeza não é científica uma concepção que a firma: os homens existem primeiro individualmente e depois, por contrato, constituem-se em sociedade (Rousseau). Tampouco é uma explicação científica dizer que o Estado funda a sociedade civil (Hegel), etc" ( ). GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. R. S. L&PM Editores Ltda. 1980, págs. 28, 33, 46. O que está contido nos parênteses grifados foi acrescentado por nós.

procurada na economia política" (10). Portanto, não será o "Estado-Sujeito" que gozando de uma suposta autonomia absoluta fundará a sociedade civil, absorvendo-a em si, conforme desejava Hegel; mas ao contrário, será a sociedade civil entendida enquanto o conjunto das relações econômicas (que constituem a anatomia ou a base da sociedade civil), quem determinará a existência do Estado bem como a sua natureza de classe e as leis que o regulam.

Posteriormente com a Ideologia Alemã, esta determinação de classe não só será reafirmada como também evidenciar-se-á a maneira pela qual o Estado garante a defesa dos interesses da classe dominante. Senão vejamos: "Através da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquire uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. (...) Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses e na qual resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política". (11)

Ao nível aparential o Estado se apresenta enquanto a encarnação de interesse geral, embora na essência ele represente a forma pela qual a classe dominante faz com que seus interesses particulares se traduzam no interesse comum de toda a sociedade. Assim sendo, o Estado não seria uma entidade completamente autônoma da sociedade acima das particularidades e interesses de classe e sim a expressão da preservação dos interesses "da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que por intermédio dele se converte também em clas-

---

(10) MARX, Karl - Contribuição à Crítica da Economia Política. SP. Martins Fontes. 1977, p. 24

(11) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. SP. Ciências Humanas. 1979. págs. 97 e 98.

se politicamente dominante e adquire novos meios para a representação da classe oprimida". (12)

Ainda no que concerne à natureza de classe de Estado, Marx e Engels, em "O Manifesto Comunista", apresentam de forma sintética a formulação de que "a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo do Estado moderno é apenas um Comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia (....) O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outras". (13)

Assim, a partir do momento em que a burguesia, classe dominante economicamente torna-se também potência dominante no plano político o Estado passa então a ser visto como a organização que expressa e defende o poder da classe dominante mediante o emprego da coerção. Noutros termos, o Estado se apresenta como o instrumento coercitivo de uma dominação de classe.

Entretanto, no seu estudo mais sistemático, embora inacabado, Marx analisa mais detidamente a relação que se estabelece entre o Estado e a Sociedade colocando: "É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos - relação na qual cada forma sempre corresponde naturalmente à determinada fase de desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto à sua força produtiva social - que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma fase econômica - a mesma quanto às condições principais - possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas etc, exibir infinitas variações e graduações em sua manifestação ,

(12) ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e de Estado. Civilização Brasileira, 1980, p. 193.

(13) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: Cartas Filosóficas e Outros escritos. S.P. Editorial Grijaldo. 1977, pgs. 86 e 104.

que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente" (14).

Mesmo nesta obra onde Marx confere uma significativa importância à análise sócio-econômica como meio de entendimento da esfera política, em nenhum momento o referido autor descuidou de enfatizar a determinação da Sociedade Civil (através da infra estrutura sócio-econômica) sobre o Estado.

Convém salientar que a essência da formulação contida em O Manifesto, "instrumento coercitivo da dominação de classe", aparecerá nas obras posteriores tanto de Marx como de Engels, não obstante ela sofra algumas complementações para dar conta da situação de Estado nas chamadas condições "excepcionais" (15). Conforme se observa no texto de Engels "entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classe se equilibram de tal modo que o Poder de Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes" (16), ou em O Dezoito Brumário onde Marx faz menção à suposta independência do poder estatal colocando que é "Unicamente sob o segundo Bonaparte (que) o Estado parece tornar-se completamente autônomo. (...) E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. (...) Como autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão salvaguardar a ordem burguesa". (17).

Embora muitos autores vejam neste texto o locus adequado para se tratar da autonomia do político na obra de Marx, não podem deixar de constatar que, apesar da autonomia relativa do Estado face a todas as classes sociais, prevalece em última ins

(14) MARX, Karl. O Capital, vol. II, Tomo 2. In: "Os Economistas". S.P. Abril Cultural. 1985, págs. 251/2.

(15) Utilizo aqui a distinção efetuada por Miliband, onde o aludido autor refere-se às condições de "normalidade" para expressar a subordinação do Estado à Sociedade Civil e as condições "excepcionais" para admitir um certo grau de independência de Estado em relação à sociedade Civil. MILIBAND, Ralph, Op. cit. págs. 16 e 117.

(16) ENGELS, Friedrich. Op. cit. p. 194.

(17) MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. In: Textos vol. 3. S.P. Edições Sociais. 1977, págs. 276 e 282.

tância a formulação anterior de que o Estado é um instrumento de dominação embora tal dominação seja fruto de alianças celebradas pelas frações da burguesia com as demais classes, possibilitando assim a imposição de seus interesses ao resto da sociedade.

Por outro lado em algumas passagens do referido texto, Marx enfoca a questão do agigantamento do Estado e o papel da burocracia na defesa do interesse da classe dominante, senão vejamos: "Esse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas, que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar (....) Mas sob a monarquia absoluta, (....) a burocracia era o meio de preparar o domínio da classe burguesa (....) por muito que lutasse para estabelecer o seu próprio domínio".<sup>(18)</sup>

Portanto, o aprimoramento do "edifício" estatal através da ampliação de seu corpo burocrático e militar visando a opressão de toda a sociedade, estava diretamente vinculado à manutenção dos interesses da burguesia francesa. Quanto à burocracia, Marx nos dá a entender que a mesma não dispõe de poder próprio e mesmo a autonomia relativa desta estaria diretamente relacionada à do Estado em relação às classes sociais. Pelo visto, a burocracia poderia ser considerada como o "instrumento", "representante", "agente" das classes dominantes no interior do Estado.

Posteriormente a concepção marxista recebe contribuições de Lenin e Gramsci que por sua vez não a alteram substancialmente. Lenin, ao tentar preservar a doutrina de Marx e Engels do desvirtuamento promovido pela Segunda Internacional, acaba por reafirmar a visão restrita de ambos contida em "O Manifes-

---

(18) Id., Ibid, págs. 275 e 276.

to", ou seja, de que o Estado é uma máquina opressiva". Não obstante Lenin reconheça o progresso considerável realizado por Marx em "O Dezoito Brumário" com relação ao Manifesto Comunista<sup>(19)</sup>, resgata justamente a formulação presente na segunda obra deixando de lado a análise de Marx contida em O Dezoito Brumário, onde o mesmo admite a existência de situações de equilíbrio entre as classes conflitantes, levando o Estado a assumir temporariamente uma posição de equidistância entre as classes, muito embora estes momentos sejam vistos como excepcionais e de curta duração. O mesmo pode ser dito com relação ao papel de mediador aparente atribuído por Engels<sup>(20)</sup> ao Estado, onde Lenin, mesmo se referenciando no texto, deixa de lado este aspecto, evidenciando mais uma vez, apenas a questão da opressão chegando a colocar que "o exército permanente e a política são os principais instrumentos do poder governamental"<sup>(21)</sup>.

Logicamente que devemos levar em conta o contexto em que Lenin elaborou sua obra "O Estado e a Revolução" e tampouco esquecermos de que a mesma foi concebida enquanto uma arma de luta dirigida à Rússia Czarista onde o caráter opressivo do Estado adquiria uma proeminência maior do que em outros países. Talvez esta circunstância explique o fato de Lenin, mesmo tendo percebido o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado<sup>(22)</sup>, bem como os efeitos que este desenvolvimen-

---

(19) "Neste notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao Manifesto Comunista". LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. S.P. Hucitec.1983.p.35.

(20) Engels coloca que o Estado "é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado". ENGELS, Friedrich. Op. cit. p.191. Ainda a respeito do papel de mediador aparente atribuído ao Estado, ver a citação anterior de Engels.

(21) LENIN, V.I. Op. cit. p. 12

(22) "A guerra imperialista acelerou e avivou ao mais alto grau o processo de transformação do capitalismo monopolizador do Estado" (...) O

to acarretou na "máquina governamental", continue insistindo na afirmação de que os principais instrumentos do poder governamental seriam o exército e a política, deixando assim de contemplar a importância cabal do capitalismo monopolista de Estado enquanto elemento do poder governamental.

Lenin, ao prender-se à formulação restrita do Estado contida em O Manifesto Comunista, deixando de lado a questão da autonomia relativa e o papel de mediador aparente ressaltado nas outras obras de Marx e Engels, termina reafirmando a concepção de ambos de maneira ainda mais restrita.

É importante notar que o núcleo básico presente em "O Manifesto" persiste nas demais obras de Marx e Engels; apesar das combinações e complementações introduzidas por ambos, o Estado continuaria sendo a organização através da qual a classe dominante exerceria o seu poder.

Neste caso temos uma formulação contrária da que é preconizada pela noção liberal de Estado que o concebe como o "sujeito", "árbitro" e detentor de autonomia absoluta em relação à sociedade civil. Inversamente à noção liberal, a concepção marxista clássica coloca o Estado como se fosse uma "coisa", "instrumento" desprovido de qualquer autonomia em relação à Sociedade Civil.

Ainda de acordo com esta concepção, o Estado seria o instrumento imediato da classe economicamente dominante, o que implica em admitir que o Estado seria uma entidade neutra através da qual, qualquer classe que assumisse a dominação eco

---

imperialismo, especialmente - época do capital bancário, época dos gigantescos monopólios se transforma, por via de crescimento, em capitalismo de monopólio de Estado - mostra a extraordinária consolidação da "máquina governamental", o ináudito crescimento do seu aparelho administrativo e militar, ao mesmo tempo que se multiplicam as repressões contra o proletariado, tanto nos países monárquicos como nos mais livres países republicanos". Id. Ibid, págs. 1 e 41. Discordamos aqui da colocação de GRUPPI segundo a qual "apenas no prefácio Lenin havia feito menção ao capitalismo monopolista do Estado desaparecendo qualquer referência ao mesmo no texto da obra. Ver GRUPPI, L. op. cit. p. 61.



nômica exerceria o seu poder.

É justamente na questão da neutralidade e na relação de exterioridade que o Estado estabelece com a classe dominante, ~~onde~~<sup>que</sup> reside o traço comum entre duas concepções tão díspares; a liberal (na qual o Estado detém todo o poder em relação à sociedade civil) e a marxista (onde o Estado é determinado pelo poder da Sociedade Civil). Poulantzas, analisando estas visões à luz da natureza do Estado na sociedade capitalista contemporânea, coloca: "Nesta relação de exterioridade, Estado e classes dominantes são considerados como duas entidades intrínsecas que "se confrontam" entre si, uma "frente" à outra, e uma possuindo o "poder" que a outra não teria, segundo uma concepção tradicional de poder como quantidade dada numa sociedade: ou a classe dominante "absorve" o Estado esvaziando-o de seu poder próprio (o Estado-Coisa) ou o Estado "resiste" à classe dominante e lhe retira seu poder em seu próprio proveito (o Estado-Sujeito) (....) Isto significa que uma Instituição, o Estado, destinada a reproduzir as divisões de classe não é, não pode jamais ser, como o consideram as concepções de Estado-Coisa ou de Estado-Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, com sua própria estrutura, dividido, (....) constituído-atravesado em toda parte pelas contradições de classe. (23)

Será então posteriormente, por intermédio da contribuição de Gramsci que o núcleo básico da visão marxista (Estado enquanto poder de opressão da classe dominante) será ampliado.

Para tanto Gramsci parte do conceito de Sociedade Civil definindo-a diversamente de Marx e Engels que a concebiam como "o conjunto das relações econômicas", enquanto Gramsci separa a estrutura econômica da Sociedade Civil afirmando: "Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação, sua coerção, coloca-se a Sociedade Civil" (24). Noutros termos, a Sociedade Civil dotada de poder próprio faria a mediação en

(23) POULANTZAS, Nicos. Elementos de Análise Sobre a Crise do Estado. In: O Estado em Crise. RJ. Graal. 1977, p. 22/3.

(24) MACCIOCCHI, M.A.A Favor de Gramsci. RJ. Paz e Terra, 1976, p. 152.

tre a base econômica e o Estado.

Na visão Gramsciana, a Sociedade Civil corresponde ao conjunto de organizações como a Igreja, os Sindicatos, os Partidos, as escolas, etc, que elaboram e difundem os valores culturais, morais e as ideologias. É justamente através destas instituições que um grupo social exerce sua hegemonia sobre toda a sociedade.

Ainda de acordo com Gramsci, a Sociedade Civil juntamente com a Sociedade Política (conjunto de aparelhos coercitivos através dos quais o grupo dirigente exerce sua hegemonia sobre toda a Sociedade) comporiam os dois níveis de superestrutura.

Embora o autor em questão mantenha o núcleo básico da formulação marxista (Estado-coerção), ele o amplia ao promover a união dialética entre a sociedade política (coerção) e a sociedade civil (consenso) colocando: "*O Estado é a sociedade política + a sociedade civil: uma hegemonia protegida pela coerção*"<sup>(25)</sup>. No interior desta unidade entre os dois níveis da superestrutura, localiza-se o conceito de hegemonia que envolve ao mesmo tempo "a direção da dominação da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política"<sup>(26)</sup>. Portanto, para que a classe dominante mantenha sua hegemonia sobre toda a sociedade não lhe basta apenas o exercício da coerção mas também a busca do consenso através de alianças com as outras classes sociais pois, "a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como "dominação" e como "direção intelectual e moral"<sup>(27)</sup>

Convém salientar que apesar da expressiva contribuição de Gramsci no sentido de ampliar a análise marxista de Estado levando em conta as complexas articulações da formação econômico-social, este autor nos deixou um emaranhado de noções as quais padecem, por vezes, de alguma indeterminação concei-

(25) Id. Ibid, p. 152

(26) PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. RJ. Paz e Terra. 1977, ps. 62/3.

(27) MACCIOCCHI, M.A. Op. cit. p. 153.

tual<sup>(28)</sup> fato que tem permitido, ainda que injustificadamente, as mais variadas interpretações de suas obras dentre as quais a de que Gramsci seria o teórico do consenso, das brechas institucionais, etc.

Após Gramsci, a análise do Estado permaneceu durante muito tempo como uma das zonas obscuras do marxismo ocidental, sendo retomada recentemente de forma mais vigorosa, acarretando assim uma significativa revitalização do marxismo através dos debates da escola da Lógica do Capital ou escola de Derivação Alemã, das obras e também da polêmica travada entre Miliband e Poulantzas<sup>(29)</sup>, das contribuições da escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin, Horkheimer e notadamente Habermas), da economia política de James O'Connor, etc.

Grosso modo poderíamos evidenciar a existência de pelo menos duas correntes no interior da concepção marxista de Estado, as quais embora concordantes quanto à natureza classista do Estado, divergem a respeito da instância que determinaria a forma do Estado.

À primeira corrente poderíamos denominar de "reducionista" ("economicista") a qual atribui um papel preponderante às leis que regem os movimentos de capital no estabelecimento da forma de Estado, reduzindo a política e a ideologia ao modelo de acumulação de capital, tornando-as portanto estritamente dependentes da base econômica.

Como integrantes desta corrente podemos colocar a escola de derivação alemã (dentre outros Hirsch, Altvater, Wirth) que deduz o Estado da noção e das formas de capital relegando para segundo plano a luta entre as classes, bem como o aspecto

(28) A este respeito ver comentários de Cardoso onde este também incorpora algumas críticas formuladas por Perry Anderson. CARDOSO, F.H. O Estado Capitalista e Marxismo, In: Cadernos CEBRAP nº 21, SP Brasiliense. 1977. págs. 12 a 15.

(29) O eixo central da polêmica reside na necessidade de criticar-se as ideologias burguesas de Estado (noção das elites plurais) dentro da política marxista ao invés de apoiar-se no instrumental funcionalista. Ver POULANTZAS, Nicos & MILIBAND, Ralph. Debate sobre o Estado Capitalista. In: Crítica e Sociedade nº 2. Porto. Edições Afrontamento. 1975.

político e ideológico no seio da sociedade civil<sup>(30)</sup>.

A outra corrente denominada "autonomista" ("politicista"), advoga uma autonomia relativa do político, concedendo uma importância pouco significativa às condições de acumulação de capital. Como integrantes desta corrente podemos colocar Althusser e seu mais importante acólito, Poulantzas, os quais colocam que tanto o Estado quanto a ideologia não são diretamente deduzidos da base econômica<sup>(31)</sup>.

Ainda assim podemos colocar a opinião de alguns autores que, recuperando e mantendo a tradição clássica marxista, defendem a visão instrumentalista de Estado contida em "O Manifesto Comunista" no sentido de darem conta da complexidade desta entidade nas sociedades capitalistas contemporâneas. Como exemplo poderíamos citar Miliband que afirma: "*a classe dominante da sociedade capitalista é a classe que possui e controla os meios de produção e que é capaz, em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, de usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade*"<sup>(32)</sup>. Miliband demonstra sua tese efetuando uma análise da relação das classes sociais com o Estado.

Outros houve, como Lukács, Habermas e a Escola de Frankfurt que formularam suas concepções sobre o Estado tomando de empréstimo alguns conceitos de pensadores como Hegel e Weber, passando a se dedicar ao estudo de temas como a conscientização, ideologia e legitimidade<sup>(33)</sup>.

Ainda com relação a estas concepções integrantes da no

(30) Para uma apreciação crítica em torno das formulações de alguns representantes da escola de derivação ver NAKATANI, Paulo. Estado e Acumulação de Capital-Discussão sobre a Teoria da Derivação-Campina Grande. Mimeo. Ainda não publicado.

(31) Para uma análise aprofundada da corrente autonomista e reducionista consultar URRY, John - Anatomia das Sociedades Capitalistas. R.J. Zahar. 1982.

(32) MILIBAND, Ralph. Op. cit. p. 36.

(33) Sobre o tratamento da questão da Legitimidade e com respeito à influência dos teóricos não marxistas no pensamento marxista ocidental ver ANDERSON, Perry. A Crise da Crise do Marxismo. SP. Brasiliense. 1984.

ção marxista de Estado, podemos inferir que estas tendências de marxismo contemporâneo são, em certa medida, originárias das leituras das obras de Marx e Engels. Seguindo este raciocínio, somos levados a colocar que a visão reducionista e instrumentalista expressa a condição "natural" do Estado, ou seja, em quanto defesa e expressão dos interesses econômicos da classe dominante. Por sua vez, a visão autonomista e hegeliana-Marxista (apesar da fusão) expressa as chamadas circunstâncias "excepcionais", correspondendo ao momento em que o Estado parece gozar de completa autonomia diante das classes sociais.

Entendemos pois, que o Estado não deve ser estritamente deduzido das classes dominantes e nem dos movimentos de capital e sim "ser visto como o resultado das relações interdependentes entre a economia e a sociedade civil (onde) a primeira estabelece suas exigências e a última proporciona o contexto dentro do qual se dão as lutas para obtê-los" (34).

Poulantzas, deixando de lado os compromissos com o formalismo estruturalista de Althusser e incorporando algumas formulações de Gramsci, coloca que o Estado capitalista contemporâneo "deve representar o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalista coletivo em idéia) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista", mas apesar disso "o Estado capitalista deve deter sempre uma autonomia relativa em relação a esta ou aquela fração de bloco no poder (inclusive com relação a esta ou aquela fração do próprio capital monopolista) para assumir seu papel de organizador político do interesse geral da burguesia" (35).

Considerando especificamente o caso do Brasil, diríamos que o Capital Monopolista que já estava presente na cena econômico-política brasileira, passa a adquirir uma expressão sem precedentes a partir do golpe militar de 1964, fazendo com que "toda reorganização do aparelho estatal em termos econômicos e políticos - e não apenas em termos jurídico-políticos - tenha sido produto e condição da crescente absorção do Estado

(34) URRY, John. Op. cit. p. 124

(35) POULANTZAS, Nicos. Elementos ...., op. cit. p. 21.

pelo capital monopolista (....) Assim a história e a lógica do modelo econômico posto em prática pelos governos militares desde 1964, estão determinados e governados pelos movimentos desse capital<sup>(36)</sup>.

Sobre este aspecto não podemos deixar de evocar Lenin, o qual em "O Estado e a Revolução" relacionou o desenvolvimento do capital monopolista no reaparelhamento e crescimento da "máquina governamental", tanto a nível burocrático quanto repressivo, deixando patente que "o crescimento do Estado tanto é causa quanto efeito da expansão do capital monopolista"<sup>(37)</sup>.

Assim, visando atender aos requerimentos acumulativos do capital financeiro nacional e estrangeiro, os governos militares promoveram o reaparelhamento do Estado propiciando assim as condições de estabilidade necessárias para que a acumulação do capital se verificasse. Tais condições de estabilidade social foram asseguradas através do emprego do componente repressivo do Estado, enquanto máquina de violência organizada, o qual consegue cassar, excluir e silenciar o movimento popular, abrindo desta forma a via para que o planejamento planejado pelo capital, surja como um dos pilares de sustentação da máquina estatal numa sociedade tolhida de participação social.

Feito isso, o Estado sob controle de capital monopolista e orientado pela tecnocracia (ou mais pomposamente, tecnoburocracia) "os intelectuais orgânicos das classes dominantes" faz com que os problemas sociais se reduzam a problemas técnicos e técnicos porque a-políticos, acima das classes, para maior glória da Nação. É o princípio da "neutralidade"<sup>(38)</sup> do Estado permeando ideologicamente toda a sociedade

(36) IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura. RJ. Civilização Brasileira. 1979, p. 35.

(37) O'CONNOR, James. USA: A Crise do Estado Capitalista. RJ. Paz e Terra 1977, p. 21.

(38) "Ao tempo em que se apregoavam a neutralidade do Estado, os Ministros dos governos militares como Roberto Campos, Delfim, Reis Velloso e Simonsen também se encarregavam de demonstrar a quem esta servia. Vide tais pronunciamentos em IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. RJ. Civilização Brasileira. 1981, págs. 28/9.

objetivando tornar patente uma homogeneidade social.

Assim, o planejamento estatal ao tempo em que passa a favorecer aos interesses do bloco dominante (burguesia nacional e estrangeira) busca também manter o controle sobre os setores excluídos, por intermédio de medidas compensatórias como a canalização de uma soma considerável de recursos para a implementação de projetos-impacto os quais seriam utilizados enquanto sucedâneo da transformação social, além de servir de canal através do qual o governo comunicava à população que "tinha uma política e velava pelo interesse da nação" (39).

Evidentemente que através de tais projetos-impacto o governo não só buscava a legitimação perante a população, tentando reduzir ao máximo os conflitos, como também buscava ao mesmo tempo conferir legitimação ao próprio processo de acumulação de capital, em curso na sociedade brasileira.

Isto posto, podemos colocar, em concordância com O'Connor, que a intervenção do Estado tenta desempenhar "duas funções básicas e mutuamente contraditórias: acumulação e legitimação" (40), muito embora isto não signifique que estas funções estejam dissociadas da função coercitiva posta em prática pelo Estado Capitalista. Para desempenhar o papel da acumulação o Estado deve não só manter ou criar frequentemente as condições de reprodução do capital, sob hegemonia da fração monopolista, mas também intervir de maneira direta ou indireta no sentido de assegurar a criação de tais condições. Para que não fique patente, perante os setores aliados do processo de acumulação que o Estado defende os interesses particulares de uma classe, faz-se necessário o emprego concomitante da fun-

(39) CARDOSO, F.M. Autoritarismo e Democratização. RJ. Paz e Terra, 1975, p. 204. Dentre estes projetos-impacto podem ser mencionados o PIS, PROTERRA, FUNRURAL, PRORURAL, PIN e posteriormente os chamados Programas Especiais para Populações de Baixa Renda.

(40) O'CONNOR, James. Op.cit. pg.19. Nesta formulação Salama avança em relação a O'Connor, ao operar uma distinção entre o Estado e Regime Político situando estas duas funções em dois níveis de abstração diferentes onde a acumulação estaria relacionada ao Estado e a legitimação ao regime político. Vide SALAMA, Pierre & MATHIAS, Gilberto. O Estado Superdesenvolvido. SP. Brasiliense, 1983, p. 74.

ção ideológica de legitimação, através da qual o Estado busca criar frequentemente condições de harmonia e paz social objetivando assim garantir a reprodução da relação social dominante, legitimando desta forma a acumulação.

Para obter a legitimação o Estado deve justificar o processo de acumulação fazendo com que o mesmo apareça comprometido com a satisfação do interesse geral da sociedade, de forma a não só esvaziar as reivindicações básicas da população como também circunscrevê-las ao âmbito institucional.

### O Estado e as Políticas para o Nordeste

É dentro deste espírito que o Estado orienta suas políticas para a região Nordeste do Brasil, objetivando sempre ao nível de discurso a resolução dos problemas sociais da referida região, quando na realidade tais políticas estão comprometidas com a promoção do grande capital que passou a se instalar no Nordeste, através de suas indústrias e com toda a sorte de isenções e incentivos fiscais, a fim de transformar a região num espaço de valorização de capital monopolista. Na orientação de tais políticas, a Sudene, enquanto organismo de planejamento regional, desempenhou um papel muito importante, no sentido de possibilitar a integração da região Nordeste ao Mercado Nacional unificado, sob a hegemonia da burguesia de Centro Sul a qual retirou o poder político da burguesia industrial regional (açucareira-textil) e tomou o Estado na região das mãos da oligarquia agrária (algodoeiro pecuária) fazendo com que o mesmo fosse utilizado para atender aos seus interesses e através do qual a burguesia do Centro-Sul, ainda que indiretamente, manteve sob controle a ameaça representada pela coligação das forças populares<sup>(41)</sup>. Depois de capturada, a Sude

---

(41) O ascenso das forças populares e a mobilização do campesinato através das Ligas Camponesas ocasionando o rompimento da pax agrariae e posteriormente fazendo com que o Estado modificasse a sua atuação na região foram muito bem retratados por OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião - Paz e Terra, 1978.



ne passou a desenvolver a tarefa de "correia transportadora" da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18"<sup>(42)</sup> que tiveram como seu principal beneficiário o próprio capital oligopolístico de Centro-Sul. Assim é que "os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, em alguns casos mesmo quando operam à capacidade ociosa, mesmo quando representam duplicação de produções que, numa visão marginalista, poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, asseguraram a homogeneização monopolista do esforço econômico nacional"<sup>(43)</sup>. Essa transferência dos referidos grupos econômicos precedida e aliada à penetração das mercadorias produzidas no Centro-Sul contribuíram para a destruição das bases da economia "regional" tanto agrícola quanto industrial.

Os resultados deste programa de industrialização deixaram muito a desejar na medida em que não criou as oportunidades de emprego esperadas na região, acarretou uma excessiva concentração de indústrias em torno de áreas metropolitanas de Recife e Salvador e além disso o referido programa verificou-se também em detrimento da agricultura nordestina.

Logicamente que os efeitos de tal política, fizeram-se sentir no agravamento das condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos, situação esta posta a nú com maior intensidade pela seca de 1970 que se abateu sobre o Nordeste fazendo com que o governo, a pretexto de combatê-la, inaugurasse uma nova estratégia para o desenvolvimento da região, desta feita dando ênfase à agricultura e baseando-se nos projetos-impacto mencionados anteriormente (PIN, PROTERRA, PROVALE).

Convém notar que esta estratégia, posta em prática diretamente pelo governo federal, foi utilizada para enfraquecer o poder da Sudene, a qual em razão da lentidão na tomada de medidas para enfrentamento de seca, ensejou a revoada dos governadores do Nordeste para Brasília, onde solicitaram diretamente ao

---

(42) Id. Ibid, p. 26

(43) Id. Ibid, p. 125

poder central as providências necessárias para contrabalançar os efeitos da seca. A partir daí a Sudene além de ficar marginalizada de processo decisório, passa a ser esvaziada, tornando-se um órgão subordinado e mero executor das políticas formuladas pelo Governo Central, via Ministério do Interior.

Não obstante tais projetos-impacto fossem colocados ao nível do discurso como instrumentos alternativos de uma política fundiária e como promotores de uma "integração nacional" (a exemplo do PIN), através dos quais o governo pretendia apresentar à Nação um substitutivo à bandeira da Reforma Agrária, na realidade os referidos projetos estavam comprometidos com o reforço da estratégia modernizante e inserida nos marcos da chamada modernização conservadora ou seja, procurava-se viabilizar o aumento da produção agrícola via crédito rural e insumos prescritos pelos pacotes tecnológicos emitidos pela pesquisa e extensão rural, mantendo intocada a estrutura agrária.

Posteriormente o Estado consolida sua estratégia de intervenção para a região Nordeste através da centralização do sistema nacional de planejamento que deixa de conceder um tratamento diferenciado ao desenvolvimento regional passando a tratá-lo como mero apêndice do planejamento do desenvolvimento regional dirigido de acordo com os requerimentos dos grupos hegemônicos na esfera do Governo Federal.

Esta estratégia se consolidou com a criação dos diversos Programas Especiais para os chamados Produtores de Baixa Renda; tais programas eram resultantes das advertências formuladas ao governo brasileiro desde o início dos anos 70, pelos técnicos do BIRD e da Fundação Ford, quanto à necessidade primeiramente de se promover alguma ação para a denominada "agricultura da pobreza", "muito importante no país e que vinha sendo profundamente penalizada pelo "milagre". Esse fato não só deveria merecer uma atenção política (a experiência de Vietnam tinha sido terrível e os movimentos guerrilheiros estavam atuantes em toda a América Latina) como também econômica, dada a sempre precária situação de abastecimento interno acentuada pe

lo exponencial crescimento urbano" (44). Pelo visto não podemos entender tais projetos apenas circunscritos ao âmbito do planejamento nacional mas também e sobretudo enquanto parte das estratégias do capital internacional no tocante à integração das regiões mais atrasadas dos países latino-americanos os quais desempenhariam a tarefa de expansão e reprodução do capital monopolista.

Segundo BURSZTYN, esta foi a principal razão que levou o capital financeiro internacional a aliar-se ao POLONORDESTE: "afinal de contas, os 80% a 90% da população do Nordeste Rural ligados à pequena produção, e cujo nível de consumo era irrisório, constituíam um dos maiores reservatórios de mercado do mundo capitalista que ainda continuavam intactos" (45) tornando necessário a integração destes setores na chamada economia de mercado.

Aliada a esta motivação econômica do Banco Mundial, existe uma outra razão de caráter ideológico, a qual consiste na transformação de tais projetos em laboratórios onde se realizariam experiências localizadas, as quais, de acordo com os resultados obtidos, se tornariam passíveis de espraiamento (replacabilidade) para outras partes do mundo onde certamente poderiam contribuir na cruzada contra a miséria e as tensões sociais ao tempo em que viabilizariam a reprodução do capital. Balizado por esta política, o Banco Mundial "havia financiado em 1974, 57 projetos agrícolas nos países atrasados, privilegiando a irrigação, o crédito, a revolução verde e a pecuária. Esta estratégia estaria coerente com o plano de Mac Namara — diretor de Banco que declarara: "uma situação de desigualdade crescente da agricultura pode significar uma ameaça, cada vez maior, de instabilidade mundial" (46).

Face ao momento conjuntural marcado a nível internacio

---

(44) FIGUEIREDO, R. Padilha de. Extensão Rural, Extensão de Capitalismo? Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948/1979). Projeto de Tese de Doutorado. Mimeo. Campinas, 1980, p. 9.

(45) BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Petrópolis. Vozes, 1984, p. 116

(46) GOMEZJARA, F.A. "La Lucha por la tierra debe convertirse em lucha contra el Capital", apud Marcel Bursztyn, idem, p. 112.

nal, pela elevação dos preços do petróleo, a partir do último trimestre de 1973, ocasionando uma relativa crise no mercado mundial ao tempo em que tornava evidente a precária situação de países como o Brasil, que não conseguiam restringir convenientemente suas importações, quando sua capacidade de importar sofria uma queda e no plano interno, pelos sinais de esgotamento do de(sen)cantado "milagre brasileiro" (47) e pelo retorno à cena política dos setores excluídos em 1964, os programas especiais se revelaram de grande importância para um governo que necessitava continuar implementando a modernização conservadora como forma de criar novas condições de acumulação para o capital e ao mesmo tempo conciliá-los com suas necessidades de legitimação nas áreas rurais, de forma a buscar reatar as velhas alianças desfeitas pelo regime autoritário.

Conforme mencionado anteriormente, a implementação de tais projetos requereu um reaparelhamento dos vários Ministérios dentre os quais mais especificamente o do Interior, Agricultura e Saúde sem falar na burocracia paralela que foi criada de alto a baixo para a execução de alguns programas (vide Polonordeste e Sertanejo) fato que implicou numa significativa elevação dos custos operacionais.

No tocante aos objetivos, curiosamente todos os Programas Especiais dirigidos aos chamados Produtores de Baixa Renda apresentam como ponto em comum a preocupação com "a melhoria do nível de vida dos produtores rurais", mas para que is-

---

(47) Para uma análise política do "milagre", vide esta brilhante síntese de IANNI: "Os donos do poder começaram a imaginar-se todo poderosos. Acreditaram na ficção que estavam construindo, ao imaginar que substituíam o "econômico" pelo "político". Pensaram que o Estado poderia sobrepor-se à sociedade civil, ou a uma extensa parte dessa. Construíram planos e programas como se estivessem trabalhando sozinhos os problemas econômicos e políticos, a sociedade, a história. Foi por isso, também, que a ditadura começou a ruir inclusive por dentro. As mesmas contradições sociais que os governantes imaginaram desconhecer, suprimir ou controlar foram recriadas e desenvolvidas pela mesma economia política que constituiu a ditadura. IANNI, Octávio. A Ditadura do Grande Capital. R.J. Civilização Brasileira, 1981, p. 21.

to seja alcançado, torna-se necessário dentre outros requisitos que os produtores se modernizem adotando, via crédito rural, novas tecnologias (adubos, inseticidas e máquinas e implementos agrícolas) produzidas pelo setor industrial e prescritas pelo sistema nacional de pesquisa e extensão rural, aumentem a produção de matéria prima para as agroindústrias e de alimentos visando abastecer os centros urbanos.

Cumpré ressaltar que a preocupação do Estado com "a melhoria do nível de vida dos produtores" encerra uma conotação ideológica muito importante na medida em que, homogeneizando todos os produtores, oculta o real sentido da intervenção do Estado via Projetos Especiais, a qual se dirige para a criação de um grupo de produtores capitalizados - uma vez que a oferta de terras é bastante limitada pois a estrutura agrária se mantém intocada - atendendo plenamente aos requisitos inscritos na política de "formação de uma classe média rural" que receberia crédito agrícola e utilizaria no processo produtivo os insumos produzidos pelo capital industrial. Quanto aos demais produtores "vítimas" da seleção econômica e portanto deserdados da opulência, estes ficariam à deriva "num oceano de miséria" acalentando o sonho de também alcançarem um dia "as ilhas de prosperidade"; noutros termos, como todo o discurso do governo, embora geral aparencialmente, é elaborado em essência para se concretizar junto a alguns grupos sociais em detrimento de outros, acaba por fazer com que os excluídos do processo fiquem como que à espera de Godot<sup>(48)</sup>, ou seja, na expectativa de que o mesmo aconteça com eles e enquanto esperam, o Estado se legitima perante todos.

Depois de criada esta "classe média rural", o Estado colocará ao seu alcance todos os serviços (crédito, cooperativismo, extensão rural) no sentido de fortalecê-la cada vez mais, propiciando assim as condições necessárias para que posteriormente esta fração modernizada das classes dominantes locais tome o poder das mãos dos setores arcaicos, garantindo

---

(48) Esperar Godot significa esperar em vão. Expressão inspirada na importante obra teatral de BECKETT, Samuel. Esperando Godot. In: Coleção Teatro Vivo. SP. Abril Cultural. 1975.

assim a legitimidade necessária ao Estado que a criou.

Em suma, a intervenção do Estado, via "Programas Especiais para Produtores de Baixa Renda" através de suas várias instituições, se orienta para áreas geográficas localizadas nas quais o poder central busca garantir o processo de reprodução ampliada de capital (acumulação) sem que este processo ocasiona alterações substanciais (na estrutura agrária, principalmente) a nível geral, assegurando assim a legitimação do poder central no meio rural. Assim voltamos a evocar O'Connor colocando que a intervenção do Estado busca atingir dois objetivos relativamente contraditórios e que se interpenetram: a acumulação (para o capital) e a legitimação (para o regime político). Para manter o equilíbrio entre estas duas funções, legitimando a acumulação, o Estado desempenha o papel de mediador aparente assinalado anteriormente por Engels, no sentido de conciliar os interesses divergentes intra grupos dominantes e entre dominantes e dominados.

No momento em que as classes dominadas transcendem os limites de participação prescritos nestes programas, passando a colocar em pauta suas reais necessidades (direito à terra por exemplo), pondo em risco o equilíbrio instável entre as referidas funções e possivelmente ocasionando "deficit de legitimação" (expressão bem ao gosto de Habermas) levam o Estado, através da burocracia, a desorganizar os dominados seja através de medidas paliativas (paternalismo) e/ou coercitivas (autoritarismo), de forma a garantir a organização do interesse geral dos dominantes.

Assim é que, concordante com a orientação teórica precedente (a respeito das funções e objetivos do Estado) e buscando situar mais concretamente a análise do processo de intervenção do Estado, nos deteremos no resgate crítico da trajetória de um destes "Programas Especiais", o "Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia", contemplando desde a sua criação até os efeitos ocasionados por este na área de intervenção.

A seguir realizaremos um breve histórico do aludido pro

jeto tentando captar os motivos que determinaram o seu surgimento bem como os objetivos do capital internacional e do Estado Brasileiro, através de suas instituições, com relação ao projeto em questão. Ato contínuo caracterizaremos em breves linhas a área alvo da intervenção estatal.

#### O Projeto Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda

Bem, chega a causar pasmo o surgimento deste projeto numa instituição do Ministério da Saúde o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Mas o fato é que o referido projeto além de estar em sintonia com os propósitos do II PND<sup>(49)</sup> no tocante às políticas de desenvolvimento social, mais especificamente na área de alimentação e nutrição, representa também uma inusitada mudança na orientação ortodoxa da instituição que primava pela distribuição de alimentos, e que agora passa também a se "contagiar" pelo vírus da política de "Baixa Renda". Logicamente que esta nova forma de atuação, ainda que minoritária dentro do INAN, também se traduz mais uma vez no reaparelhamento do Estado, na figura de um dos seus Ministérios, o da Saúde, a fim de que este viabilize os objetivos, anteriormente mencionados, contidos no bojo da política geral dos projetos de "Baixa Renda".

Assim é que "com base no PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), foi criado em 1976, mediante acordo do governo brasileiro com o Banco Mundial, o PNBB (Projeto de Nutrição Brasil) com o objetivo de desenvolver uma linha de pesquisa em alimentação e nutrição, no qual a tecnologia de a

---

(49) "O PRONAN constitui, portanto, uma ação governamental coerente com a política social e econômica em vigor, compatível com as diretrizes e objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento e adequadas às peculiaridades regionais do país, ademais de ser socialmente desejável e economicamente viável, na medida em que compatibiliza os altos níveis de cobertura propostos com o volume de recursos disponíveis". BRASIL, Governo Federal, INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), IPEA (Instituto de Planejamento Econômico): PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, 1976-1979, p. 13.

limentos é um dos componentes <sup>(50)</sup>, estabelecendo-se também prioridade para o segmento de alimentos básicos, em particular, para produtores de baixa renda.

O PNBB tinha como um dos seus principais componentes o PTA (Programa de Tecnologia de Alimentos) que apresentava como seu objetivo principal "a criação e avaliação de um modelo agroindustrial apropriado para associações de pequenos agricultores de baixa renda, visando contribuir para a garantia da conservação da produção, para a racionalização dos procedimentos de comercialização para agregação de valor à produção, para a geração de emprego no setor rural e para o incremento e melhoria do volume e da qualidade da oferta, buscando, simultaneamente, reduzir preços finais aos consumidores <sup>(51)</sup>. Apesar da abrangência dos objetivos propostos pelo PTA, a concepção de módulos vigente neste programa restringia-se aos aspectos puramente ligados à nutrição, tecnologia e engenharia de alimentos, não considerando outros tópicos relacionados ao desenvolvimento agrícola e social.

Posteriormente tais tópicos seriam contemplados com a concretização da proposta do CEPED <sup>(52)</sup>, apresentada na reunião do grupo Assessor do INAN, na qual se dividia o processo de intervenção em quatro momentos: Diagnóstico, Concepção, Implantação e Propagação dos Resultados e Consolidação do Módulo. Além dos momentos da intervenção esta proposta continha o seguinte elenco de objetivos: "definir tecnologias apropriadas para produtores de baixa renda, capazes de estimular o de

---

(50) PEREIRA, P.G. Tecnologia e Pobreza: A Experiência da farinha de mandioca. In: Revista Brasileira de Tecnologia. Vol. 13, nº 4, 1982, p. 29.

(51) BRASIL. Ministério da Saúde & Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Programa de Tecnologia. PRONAN/PNBB. (Versão Preliminar). Brasília, 1979, p. 1.

(52) CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento do Estado da Bahia, ligada à Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia. Sua proposta também se coadunava com a do INAN no tocante à implantação dos módulos experimentais, os quais ao invés de serem implementados em plantas-piloto no interior dos Centros de Pesquisa, deveriam ser operacionalizados nas áreas de intervenção como forma de não só tentar equacionar os problemas surgidos em meio real mas também servir de efeito-demonstração para um processo multiplicador (difusão) futuramente.



envolvimento agroindustrial, a melhoria da produtividade, elevação de renda e aumento da oferta de alimentos básicos; fornecer parâmetros e informações para subsidiar o delineamento de políticas de desenvolvimento regional e de melhoria do estado nutricional da população; desenvolver formas de aprendizado junto à comunidade de pequenos produtores rurais com vistas a permitir o crescimento econômico-social auto-sustentado; obter, em consequência, a elevação da renda familiar e regional e a melhoria dos padrões de alimentação e de qualidade da vida em geral; adicionar à oferta regional, alimentos de fácil aceitação do ponto de vista dos hábitos alimentares; elevar a produtividade dos segmentos primários e secundários, incrementando as quantidades produzidas por áreas e reduzindo as perdas de produção e transformação com aproveitamento otimizado dos excedentes da produção agrícola e dos rejeitos do processo industrial; exercitar a desconcentração industrial através da implantação de unidades agroindustriais próximas às fontes de produção; propiciar o desenvolvimento de relações inter-módulos, com o intuito de fortalecer relacionamento inter-industrial em geral, contribuindo para a dinamização e integração setorial; gerar capacitação para coordenação e atuação a nível de sistemas agroindustriais integrados" (53).

Aprovada a proposta, nascia o Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia sob a coordenação do INAN e execução do CEPED; execução esta iniciada em julho de 1978 e já voltada para a escolha da comunidade mais representativa para a implantação do Módulo.

Para a escolha da área e também visando a apresentação do Projeto (54), o CEPED realizou em setembro de 1978, um Seminário que contou com a participação de representantes de um número superior a 20 instituições. Assim ao término do evento, dentre as seis localidades previamente analisadas, "Sapezinho

---

(53) CEPED-PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. Plano Operacional. Março 1979, p. 3 e 4.

(54) Tanto a nível da Região Nordeste quanto a nível da área de intervenção, os projetos do INAN encontravam outros projetos de "Baixa Renda" vinculados ao Ministério do Interior, Planejamento e Agricultura. Cientes deste fato o INAN e o CEPED ao promoverem o Seminário em ques-

foi escolhida como laboratório para a primeira experiência do Programa de Desenvolvimento de Agroindústrias de Alimentos Básicos, com produtores de baixa renda, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e recursos financiados pelo Banco Mundial"<sup>(55)</sup>, o qual pretendia através desta experiência "retirar subsídios para políticas nutricionais mais efetivas em países subdesenvolvidos"<sup>(56)</sup>.

A escolha recaiu sobre Sapezinho, uma localidade pertencente ao Município de São Felipe, pelo fato da mesma ter apresentado as seguintes características: "Área tradicionalmente produtora de mandioca e fornecedora para o Mercado de Salvador; distância relativamente pequena desta cidade permitindo maior assistência técnica do CEPED; relativa proximidade de órgãos de desenvolvimento agrícola sediados em Salvador ou Cruz das Almas (a Escola de Agronomia, a EMBRAPA/Centro Nacional de Mandioca e Fruticultura, a EMATER-BA, etc); estrutura agrária na qual tem grande peso os pequenos proprietários e arrendatários que produzem, com métodos tradicionais, fumo e alimentos (mandioca, milho e amendoim); condições de vida nas quais a maioria da comunidade pode ser incluída na pobreza absoluta; existência de formas embrionárias de organização dos pequenos produtores e trabalhadores rurais"<sup>(57)</sup>.

Conforme colocado anteriormente, Sapezinho é uma localidade pertencente ao Município de São Felipe situado no Recôncavo, região mais central do Estado da Bahia<sup>(58)</sup> do ponto de vista político-administrativo, tendo como fatores de convergência a própria Região Metropolitana de Salvador e grande efetivo industrial. É composta de 36 municípios (inclusive Salvador), conta com 10.397km<sup>2</sup>, cerca de 1,8% da área total do Estado (Tabela 1).<sup>(59)</sup>

tão, também buscavam tornar possível uma colaboração mais estreita das instituições presentes no tocante aos serviços de crédito, extensão, cooperativismo, assistência técnica, etc.

(55) RODRIGUES, A.O. INAN na Bahia: A Desnutrição Procura uma Saída. In: Revista da OCE, nº 16. 1980, pg. 58.

(56) Ibid. p. 66.

(57) CEPED-PROAGRO-Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. NETTO, J.C. Avaliação do Projeto Módulo da Mandioca. I Relatório. Maio 1980, p. 2.

(58) As informações que se seguem sobre a região do Recôncavo baseiam-se

TABELA I

RECÔNCAVO: AREA TOTAL, POR ZONA E POR MUNICÍPIO\*  
1970

Zonas, Municípios, Recôncavo e Estado	Área (km <sup>2</sup> )
<b>RECÔNCAVO NORTE</b>	<b>3.962</b>
— Camaçari	926
— Candeias	233
— Catu	482
— Itanagra	493
— Itaparica	35
— Lauro de Freitas	93
— Mata de São João	698
— Pojuca	260
— Salvador	324
— Simões Filho	207
— Vera Cruz	211
<b>RECÔNCAVO SUL</b>	<b>1.342</b>
— Aratuípe	136
— Jaguaripe	878
— Muniz Ferreira	104
— Nazaré	224
<b>PLANALTO DO RECÔNCAVO</b>	<b>3.088</b>
— Cachoeira	403
— Conceição de Feira	164
— Conceição do Almeida	262
— Cruz das Almas	144
— Dom Macedo Costa	134
— Governador Mangabeira	152
— Maragogipe	450
— Muritiba	266
— Santo Antônio de Jesus	334
— São Felix	143
— São Felipe	153
— São Gonçalo dos Campos	288
— Sapeaçu	130
— Salinas da Margarida	65
<b>RECÔNCAVO CANAVIEIRO</b>	<b>2.005</b>
— Amélia Rodrigues	143
— Conceição do Jacuípe	124
— Santo Amaro	604
— São Francisco do Conde	184
— São Sebastião do Passé	585
— Teodoro Sampaio	213
— Terra Nova	152
<b>RECÔNCAVO</b>	<b>10.397</b>
<b>ESTADO</b>	<b>559.951</b>

FONTE: Fundação IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1970.

(\*) O zoneamento em questão é de autoria do Prof. José Vasconcelos Sampaio, da Universidade Federal da Bahia e Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Leste (IPEAL).

No contexto agrícola, a economia de subsistência preva<sup>lece</sup> no Recôncavo. Foi gerada no interior do sistema canavieiro-açucareiro, cuja função básica era produzir alimentos para os escravos e auxiliares da agroindústria canavieira. Somente a partir do processo de urbanização e formação de mercados cor<sup>respondentes</sup>, a agricultura de subsistência tornou-se autônoma com a definição de mercados próprios. Numa época posterior, essa atividade sofreu um processo de estagnação, dado a con<sup>corrência</sup> de outras regiões produtoras com maior vocação agrí<sup>cola</sup>.

Da atividade de subsistência o produto mais importante é a mandioca, sendo o Recôncavo o maior produtor do Estado. Os outros produtos (aipim, inhame, milho e feijão), se destinam praticamente ao consumo na zona de produção.

Quanto a produção agropecuária esta participa com 5% da produção total do Estado, enquanto o extrativismo se destaca (9%), figurando como mais significativa a economia pesquei<sup>ra</sup>. A agricultura assume a segunda posição (7%) e a pecuária é a atividade econômica mais importante (2%).

A estrutura agrária da região está baseada no complexo de minifúndios com propriedades de maior porte: mais de 70% dos imóveis estão na faixa de 0-10 ha, ocupando aproximadamente 8% das terras. Os estabelecimentos maiores que 100 ha por sua vez, representam cerca de 5% das propriedades, equivalentes a 68% da área agrícola.

A maioria dos responsáveis pela produção é composta de proprietários (cerca de 65%), vindo em seguida os arrendatá<sup>rios</sup> (26%), ocupantes, administradores, etc. (9%).

Com relação ao Município de São Felipe, este foi cria-

---

no "Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho" e principalmente nos "Estudos Básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo". SEPLANTEC/CONDER. Bahia. 6 Volumes. 1974. Quanto as informações sobre São Felipe e Sapezinho estas baseiam-se majoritariamente no Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho. São Felipe - Bahia. Junho. 1979.

do em 1678 e conta atualmente com uma área de 153km<sup>2</sup> e está situado no planalto do Recôncavo baiano. O crescimento deste Município está diretamente relacionado ao cultivo das lavouras de fumo, cana-de-açúcar e cereais.

A atividade econômica mais importante do município é a agropecuária, figurando como principal a bovinocultura de corte. Somente a bovinocultura, se bem que explorada extensivamente, tem a produção, principalmente a carne e derivados, voltada para o mercado. Quanto à suinocultura, esta é uma exploração de "fundo de quintal", sendo o rebanho formado de mestiços de raça especializada para a produção de carne e o porco nativo.

Os equinos, asininos e muares, embora estejam relacionados na Tabela 1, são utilizados primordialmente para os serviços de campo.

TABELA 2

## EXPLORAÇÃO PECUÁRIA - SÃO FELIPE 1973/1976

REBANHOS	EFETIVO				VALOR EM CR\$ 1.000			
	1973	1974	1975	1976	1973	1974	1975	1976
Bovinos	5.638	5.816	10.744	10.744	7.820	8.673	20.921	20.792
Equinos	-	583	589	583	188	583	589	1.049
Asininos	501	971	1.000	919	49	243	300	460
Muares	751	2.186	2.219	1.982	300	1.312	2.663	3.171
Suínos	6.749	6.729	7.271	7.570	1.694	1.444	2.600	3.049
Caprinos	142	176	141	135	7	18	14	19
Ovinos	497	1.864	2.174	2.277	31	168	261	410

FONTE: SEPLANTEC/CEPLAB.

No tocante à exploração agrícola as lavouras temporárias são exploradas nos minifúndios ou terras arrendadas nas

propriedades médias e grandes. O objetivo central é a produção de alimentos para o consumo dos pequenos produtores e em segunda medida, a venda dos "excedentes" (59). Dentro desse processo figura como relevante a lavoura de mandioca, onde ainda predomina um sistema agroindustrial em bases artesanais, (casas de farinha), o qual tem como produto final a farinha e derivados.

A atividade agrícola também tem como componente relevante a lavoura fumageira, cujo produto é totalmente destinado ao mercado, este representado pelos armazéns exportadores.

Do ponto de vista tecnológico a lavoura fumageira difere das demais lavouras pelo uso de fertilizantes orgânicos (torta de mamona), geralmente financiados pelos exportadores de fumo. É comum no município o aproveitamento dos resíduos da adubação do fumo após sua colheita, para a implantação de outras lavouras, principalmente a mandioca. As outras lavouras alimentares (feijão, milho, batata-doce, inhame, amendoim etc) se destinam praticamente ao consumo familiar.

Quanto à cana-de-açúcar e o algodão, estas culturas estão em processo de decadência pela redução da fronteira agrícola.

Com referência às culturas perenes vale mencionar a citricultura, cuja penetração crescente em São Felipe proveniente do Município vizinho de Cruz das Almas, está relacionada ao fornecimento de crédito agrícola e ao suporte de várias instituições (EMATER-BA, EMBRAPA) que buscam propiciar o aumento da produção de laranja na área de planalto do Recôncavo.

O café embora figure significativamente (Ver tabela 2) foi quase que totalmente erradicado da região, cedendo terreno para outros cultivos.

---

(59) O termo "excedente" deve ser entendido aqui não enquanto o que sobra e sim, relativo à parte que é subtraída do consumo familiar.

TABELA 3

## EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA - CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERENES

SÃO FELIPE - 1974/1976

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)			QUANTIDADE PRODU- ZIDA (t)			VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$1.000)		
	1974	1975	1976	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Abacaxi (1)	1	1	1	4	2	2	2	1	2
Algodão herbáceo (em caroço)	144	142	132	202	213	198	468	426	774
Batata doce	39	40	40	273	280	300	163	196	240
Cana de açúcar	173	152	125	7.654	7.600	6.250	612	760	750
Feijão (em grão)	55	36	38	40	21	23	100	73	161
Fumo em palha	1.096	1.200	1.271	770	600	646	2.656	3.000	7.732
Mandioca	500	400	400	7.500	8.000	8.000	1.185	1.600	4.584
Milho (em grão)	55	52	100	81	94	90	55	78	98
Laranja (1)	40	59	61	4.800	8.260	7.495	480	1.239	1.918
Café em grão	360	360	401	210	210	233	886	840	2.330

FONTE: SEPLANTEC/CEPLAB

(1) Quantidade expressa em 1.000 frutos.

O município de São Felipe apresenta como um dos seus Distritos, a localidade de Sapezinho originária da subdivisão da "Fazenda Sapezinho", antigo engenho de cana-de-açúcar.

Sapezinho localiza-se<sup>(60)</sup> a 4 km da sede, na estrada que liga São Felipe a Maragogipe e Cruz das Almas. Limita-se pelas localidades de Retiro, Ferreira, Cangalheiro, Genipapo, Jaqueira e Sobradinho, abrangendo aproximadamente uma área de 4 km<sup>2</sup>, correspondente a 1,9% da área total do município.

Esta localidade sobrevive à base da exploração agrícola-

(60) Para uma melhor visualização da localização de Sapezinho tanto a nível regional quanto Municipal e local, vide mapas 1, 2, 3 e 4.

la em moldes de subsistência, atividade que se desenvolve com recursos cada vez mais escassos (principalmente a terra), o que provoca a evasão da mão de obra no sentido dos mercados mais atrativos do próprio Recôncavo (notadamente a região metropolitana de Salvador), São Paulo e outros centros.

A atividade agrícola mais importante de Sapezinho é a relacionada à produção de alimentos, tendo como destaque o sistema agroindustrial de mandioca constituído por unidades artesanais<sup>(61)</sup> voltadas para a produção de farinha de mesa. Afora os alimentos, existe a exploração fumageira, que individualmente, ocupa o primeiro lugar em termos de valor bruto da produção, não se constituindo contudo, tanto Sapezinho como São Felipe, em centros de destaque de produção de fumo.

Nesta localidade de 64 famílias (à época da instalação do Projeto) a condição de posse e uso da terra era a seguinte: 52,3% são proprietários, 20,6% cultivam a terra em regime de concessão<sup>(62)</sup> e 22,2% são arrendatários e parceiros.

Com relação aos arrendatários e parceiros, a contrapartida pela exploração da terra é dada sob diversas formas figurando as mais conhecidas o pagamento em dia de trabalho ao proprietário em dia de trabalho semanal, 1/3 da produção, "meia" e pagamento anual em dinheiro. O pagamento por dia de trabalho e por produção são os mais utilizados, diferindo apenas a proporção em que são realizados.

Em Sapezinho a produção resulta de trabalho familiar, pela distribuição das tarefas de cultivo e fabricação de farinha de acordo com a capacidade física de cada pessoa. Quanto às crianças a partir dos 11 anos de idade estas já passam a ajudar os pais na lavoura. Nos casos de excesso de serviço é comum, a "troca de dias", "mutirão", "adjutório" sendo poucos (apenas dois) os produtores que pagam o dia de serviço - que à época da realização das entrevistas (novembro/1978) estava

---

(61) No período de implantação do Projeto, Sapezinho contava com 5 casas de farinha em atividade.

(62) No regime de concessão enquadram-se aqueles produtores que cultivam as terras cedidas por conjuges ou parentes.



custando Cr\$50.

Quanto à atividade de preparação do solo, esta era realizada com o auxílio de instrumentos manuais (enxadas e foices); não se observou praticamente o uso de adubos químicos no cultivo da mandioca, sendo, entretanto, prática comum o aproveitamento da adubação residual da torta de mamona empregada no fumo e a incorporação do lixo das casas.

As condições de saúde e habitação desta localidade são precárias contando com um contingente significativo de portadores de doença de Chagas (50%) e esquistossomose; as habitações são casas rústicas<sup>(63)</sup> construídas com material do próprio local e mão de obra dos próprios moradores e vizinhos, em 95,2% dos casos são casas de paredes de adobe e taipa, 31,7% de cobertura de palha e 76,2% com piso de chão batido.

Sapezinho não dispõe de energia elétrica e seus habitantes utilizam água de nascentes (minadouro) e cisterna.

Em linhas gerais é esta a situação da área escolhida para palco ("laboratório") de mais uma experiência levada a efeito pelo Estado, por intermédio de suas instituições e sob a chancela do Capital internacional.

Nesta área, além dos objetivos gerais descortinados anteriormente, o Estado (CEPED/INAN) buscará através deste projeto, atingir dois objetivos imediatos: "definir, numa primeira etapa, os condicionantes de implantação de um módulo agroindustrial auto-sustentado e uma segunda etapa difundir (para outras áreas do país) o Modelo concebido e executado"<sup>(64)</sup> em Sapezinho.

Para que estes objetivos sejam alcançados (legitimados) o Estado também visará a elevação da renda familiar e regional bem como a melhoria dos padrões de alimentação e da quali-

(63) Vide fotos em anexo.

(64) AQUINO, C.R.N. Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca com Produtores de Baixa Renda. In: Congresso Brasileiro de Mandioca, 1, Salvador, 1979. Anais do 1º Congresso Brasileiro de Mandioca. Salvador. SBM, 1981 V.1, págs. 499 e 500.

dade de vida em geral.

Nos capítulos subsequentes apresentaremos a estratégia utilizada por este processo de intervenção do Estado no sentido de legitimar e conciliar a sua proposta modernizante ( implantação de uma casa de farinha mecanizada) com a " melhoria do nível de vida" da população de Sapezinho.

## CAPÍTULO II

## FASE DEMOCRÁTICA

Desde os passos que vão da elaboração do Projeto até a escolha de Sapezinho como área de atuação, observou-se que o Estado tanto através de sua Agência Central (INAN) como de sua Agência Estadual (CEPED) definiu sua política de intervenção externamente sem o concurso de poder local e tampouco do chamado público-meta, os produtores de Sapezinho.

Eis que era chegada a hora de implantação do Projeto na comunidade e para tanto fazia-se mister a busca de informações junto à mesma através do famoso "quadro de carências" <sup>(65)</sup> e dos contatos diretos com os produtores de Sapezinho objetivando desta maneira garantir a participação do pretense público-meta que àquela altura já escaldado de logros em situações anteriores apresentaram suas justificadas resistências chegando a instruir as crianças "para atender a equipe e anunciar a ausência dos membros responsáveis pela família" <sup>(66)</sup>. Buscando atenuar as resistências dos produtores, o Estado - personificado pelos técnicos do CEPED - recorreu aos representantes do poder local promovendo reuniões de apresentação do Projeto mostrando os benefícios que este encerrava, objetivando desta maneira conseguir o apoio daquelas lideranças o qual se traduziu na tarefa de intermediação na relação do Estado (técnico) com os produtores de Sapezinho, fato este que como oportunamente ressalta Padilha "permítia o reconhecimento de sua legitimidade para realizar o Grams-

---

(65) Além de colocar o produtor na condição de mero informante, este instrumento mais esconde do que revela na medida em que fragmenta o produtor num complexo de carências (por saúde, habitação, alimentação etc) como que a justificar a necessidade do Projeto e demais instituições correlatas conferindo-lhes um papel salvador.

(66) CEPED - Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda do Estado da Bahia; CARVALHO, T.G. Relatório de Ação Comunitária. Sapezinho. São Felipe (Bahia). 1982. Pág. 28.

ciano papel de intelectual das classes dominantes rurais" (67).

### Organização dos Produtores

Com o beneplácito e auxílio de parte do poder local e líderes comunitários foi intensificado o trabalho comunitário realizado até então pela técnica que passou a habitar São Felipe desde novembro de 1978, acrescido da presença eventual dos demais técnicos do Projeto que se deslocavam de Camaçari (Sede do CEPED) até Sapezinho para participar de reuniões com os membros da comunidade onde se discutia desde os problemas cotidianos (produção, comercialização, etc) até precipuamente, as formas de participação dos produtores no Projeto.

Pouco a pouco o Estado ia construindo a base para a legitimação de sua proposta através de medidas de impacto junto a comunidade as quais funcionavam como estratégia para granjear a confiança dos produtores e como consequência criar condições para uma participação mais efetiva destes nas demais etapas do processo de intervenção.

Assim, mediante a intercessão do Projeto foram viabilizadas uma série de ações como:

- a) Aquisição de raízes de mandioca junto à EPABA por um preço abaixo do preço do mercado ficando a cargo dos produtores o frete do caminhão para a viagem em grupo ao campo experimental, onde eles efetuavam o trabalho de arranquio das raízes e carregamento do caminhão para posterior transporte a Sapezinho;
- b) implantação de um campo de observação de feijão e milho num solo ácido de baixa fertilidade ao qual foi aplicado calcáreo

---

(67) FIGUEIREDO, R. Padilha de - Op. Cit. pág. 5.

dolomítico para corrigir a acidez e fertilizantes fosfatados, potássicos e nitrogenados para restabelecer a fertilidade e sobretudo acarretar um aumento significativo em termos de produtividade. Tais expectativas acabaram se confirmando, levando os produtores a adoção da nova tecnologia;

- c) o gerente do Banco do Brasil, Agência Cruz das Almas, deslocou-se para Sapezinho onde apresentou os tipos de crédito disponíveis para os produtores e as garantias requeridas pelo Banco para que a liberação do crédito fosse assegurada. Houve até um caso em que o Projeto foi anuente de um rendeiro junto ao Banco do Brasil;
- d) os produtores se cotizaram e escolheram uma comissão para a compra de adubos químicos num município vizinho;
- e) o projeto alocou, por tempo limitado, os serviços de um Agrônomo que teve a incumbência de discutir com os produtores, as técnicas de plantio e os níveis de adubação requeridos pelas culturas cultivadas na comunidade.

Tais ações no seu conjunto além de propiciarem uma maior participação dos produtores, também acabaram lançando as bases para uma presença cada vez mais marcante de chamado complexo agroindustrial na comunidade, presença esta viabilizada pelo crédito rural e posteriormente também, pela introdução da tecnologia de processamento.

Com respeito à introdução da nova tecnologia de processamento, os produtores após muitas reuniões e discussões, acabaram legitimando a proposta do projeto e concordando com a construção do prédio onde se instalaria a casa da farinha mecanizada. Ato contínuo, eles passaram à escolha do terreno e solicitaram à Prefeitura a aquisição e posterior doação do mesmo para que a construção fosse viabilizada.

Daí, os produtores em mutirão, lançaram mãos à obra e juntamente com os técnicos do CEPED (Engenheiros e operários) e posteriormente com os trabalhadores do Município contratados pelo Projeto, participaram das várias etapas do processo de constru-

ção que secundariamente funcionava como um momento de difusão da tecnologia solo-cimento<sup>(68)</sup> e como treinamento da mão de obra que posteriormente seria requisitada pelo CEPED para trabalhar noutros Projetos.

Paralelamente ao trabalho de construção, os produtores discutiam nas reuniões em torno do tipo de entidade que pudesse ao mesmo tempo congregá-los e gerir a unidade de processamento. Dentre as entidades apresentadas, eles se inclinaram inicialmente por uma associação de produtores porém, embora a contragosto, tiveram que se contentar com a idéia da criação de uma cooperativa sob o argumento de que a associação não seria reconhecida pelo INCRA e portanto, além de não contar com o amparo legal do Estado, também não faria jus a algumas isenções de ordem Fiscal<sup>(69)</sup>.

Como a idéia da cooperativa era um fato irreversível, tentou-se remediar a situação através da criação de um estatuto onde se adequava os princípios cooperativistas à realidade dos produtores tornando-o um instrumento de fácil entendimento por parte deles ao tempo em que se chamava a atenção dos mesmos durante as reuniões, para os aspectos relacionados à admissão dos associados, área de abrangência e papel dos comitês como forma de garantia do controle da entidade<sup>(70)</sup>.

---

(68) O CEPED já havia introduzido anteriormente a tecnologia solo-cimento no município, através da construção de várias casas, atividade na qual contou com a ajuda da população na forma de mutirão. Estas construções foram realizadas para o Programa de combate ao "barbeiro", desenvolvido pela Universidade de Brasília. Vide anexo.

(69) Tal indução nos possibilita inferir que torna-se cada vez mais difícil a organização dos produtores de forma independente, pois existe uma tendência para que esta somente se verifique nos marcos institucionais do Estado como forma de atrelar este tipo de entidade a uma de suas Agências, o INCRA, a qual dentre outras funções regula a criação e legalização das cooperativas, além de exercer um papel fiscalizador.

(70) Os produtores definiram que somente poderiam se associar à Cooperativa, pequenos produtores de mandioca que habitassem as comunidades vizinhas a Sapezinho, a saber: Cangalheiro, Retiro, Terrão, Jaqueira, Genipapo, Sobradinho, Piquí e adjacências. Quanto aos comitês (de educação, de honra, de promoção feminina e de jovens) estes teriam o papel de coadjuvar o conselho de Administração (Presidentes, Vice-Presidente, Secretário e Conselheiro Efetivo) e aprofundar a coesão entre os produtores.

Ante o desenvolvimento dos fatos e a necessidade em se preparar previamente uma intervenção mais sistemática no processo de comercialização, além da participação nas discussões de estruturação e gerenciamento da entidade, contratou-se um técnico<sup>(71)</sup> a partir de 17.12.79, o qual mais tarde iria assumir a Gerência da Cooperativa. Este técnico, inicialmente, passou a acompanhar e participar de processo de discussão em torno da nova entidade, ao tempo em que realizava um trabalho de cadastramento dos varejistas e atacadistas que atuavam nas CEASAS e maiores feiras de Salvador com vistas a uma comercialização futura. Também manteve contatos com:

- a) Diretor-Presidente da CEASA, apresentação do projeto dando ênfase de comercialização, buscando saber em que medida a CEASA poderia colaborar<sup>(72)</sup>;
- b) Presidente da EMATER-BA, tentar a possibilidade de ida de técnico do setor de cooperativismo para participar das discussões na comunidade;
- c) técnicos do setor de cooperativismo do INCRA, solicitar a ida de um técnico à comunidade para discutir a respeito da legislação cooperativista e confirmar as suspeitas de que a cooperativa que se queria instalar em Sapezinho, estava situada na área de abrangência da Cooperativa Agrícola Mista - de Santo Antonio de Jesus, a qual compreendia 14 municípios, inclusive São Felipe.

Tal constatação levou os produtores a se deslocarem juntamente com o técnico para o município de Santo Antonio de Jesus onde mantiveram contato com o Presidente da Cooperativa solicitando-lhe que abrisse mão da área de abrangência argumentando que a cooperativa de Sapezinho era de pequenos produtores de farinha e não de leite e revenda de adubos e produtos veterinários.

---

(71) Embora este técnico tenha se pautado por um relacionamento marcadamente pessoal ao longo do processo de convivência com a comunidade, não se justifica que sua contratação não tenha sido submetida à apreciação dos produtores.

(72) O Diretor propôs a compra de farinha de forma paternalista via preço

rios como a de Santo Antonio de Jesus. O Presidente alegou que não era o momento de se criar mais uma Cooperativa e lançou a contra proposta de aproveitar a experiência do Projeto através da criação de um departamento de farinha e formulou para os produtores o convite para que eles se integrassem ao quadro de associados da Cooperativa de Santo Antonio de Jesus. Os produtores recusaram o convite alegando que queriam uma Cooperativa só de pequenos produtores pois "pequeno com grande não dá certo, o pequeno acaba levando a pior" em seguida perguntaram "onde é que estão os pequenos produtores desta Cooperativa?"

Tentando por fim ao impasse que aquela altura já começava a ocasionar desgastes no andamento dos trabalhos e descrédito em alguns produtores, o CEPED (através dos técnicos) juntamente com o Prefeito de São Felipe e os produtores, intercederam e conseguiram junto ao INCRA um parecer favorável para a fundação da Cooperativa pois a mesma se restringia à produção de farinha, tendo como associados os produtores de mandioca.

A certeza de que a idéia da fundação da Cooperativa caminhava para se tornar uma realidade com a maior brevidade possível, fazia com que as reuniões se polarizassem em torno das abordagens dos direitos e deveres dos associados, reafirmação da necessidade de união e organização dos produtores dentro e fora da entidade, bem como a urgência em se deliberar com respeito à associação nessa Cooperativa, de produtores não residentes em Sapezinho. No tocante a este último aspecto eles se pronunciaram favoravelmente à associação alegando que "o critério não era de lugar e sim a disposição e vontade de trabalhar de cada um".

#### As Lideranças e a Eleição na Cooperativa

O desenvolvimento das discussões, ao longo das reuniões

---

político sob o argumento de que o projeto era um projeto de Estado. A proposta não pôde ser aceita pois se pensava em competir de acordo com as condições de mercado e sobretudo porque o empreendimento seria gerido posteriormente pelos produtores.



semanais<sup>(73)</sup> ocasionou o surgimento das lideranças existentes em Sapezinho. Foi precisamente no processo eleitoral com vistas à Presidência da Cooperativa que as divergências entre os produtores se explicitaram deixando às claras a evidência de pelo menos dois grupos com interesse diferenciados; os demais produtores se alinharam ao lado de um dos grupos ou antes disso tentavam tal qual os técnicos, conciliar os interesses dos dois grupos; existia ainda aqueles que pendiam para onde a correlação de forças lhes fosse mais favorável.

Passando a apresentação das lideranças de Sapezinho temos:

- 1) Pequeno proprietário (18 tarefas), dono da casa de farinha, primário incompleto, deslocou-se de Sergipe para Sapezinho em face de seca prolongada, ex-fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe e posteriormente candidato derrotado à sua presidência. Mantinha laços de dependências (em préstimo da casa de farinha, efetuava empréstimo para compra de raízes e em situações emergenciais) e relação de compadrio com os produtores. Vizinho e ex-proprietário do terreno onde se situa o prédio da Cooperativa. Construiu uma quitanda que era uma réplica, em menor tamanho, do prédio da entidade. Eleito presidente da Cooperativa. No que diz respeito à questão partidária, era politicamente relacionado com o PDS, ala do Prefeito, nas eleições de 1982 um dos seus filhos elegeu-se vereador.
- 2) Pequena proprietária, transferida há 15 anos de uma comunidade de vizinha para Sapezinho, ex-fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, Vereadora do MDB. Líder religiosa, desenvolve trabalhos assistenciais no município e uma das principais estimuladoras do nome do candidato derrotado à Presidência. Posteriormente assumiria a Presidência da Cooperativa por duas gestões consecutivas (81 e 82).

---

(73) Os produtores, por decisão própria, escolheram dois dias na semana para reuniões; aos domingos reuniam entre si para discussões e deliberações e às segundas para reunião com os técnicos.

Quanto ao candidato derrotado, este era rendeiro e dono de quitanda, já havia trabalhado em São Paulo e tinha curso primário completo.

Com relação aos técnicos de campo do Projeto (o agrônomo e a Socióloga), estes exerciam liderança na comunidade no sentido do desenvolvimento das ações do projeto e da manutenção da unidade entre os produtores; pois percebiam que somente organizados eles teriam condições de se contrapor às investidas externas que se avizinhavam.

Face ao contato mais direto majoritariamente cotidiano com a comunidade, os técnicos também funcionavam como depositários das venturas e desventuras dos comunitários; eram queixas contra outros produtores, era o dono da terra que colocava os animais na roça do rendeiro, problemas de doenças, métodos contraceptivos, etc. Muitas vezes estes contatos realizados nas roças ou nas casas, acabavam tendo um caráter de reunião na medida em que eles, confidencialmente, colocavam enfaticamente suas dúvidas e apreensões como, a incerteza de que aquela casa de farinha acabaria sendo realmente deles e até mesmo algumas tramas que estivessem sendo urdidas por alguns produtores. Os contatos terminavam, na maioria das vezes, com a oferta ou a promessa de presentes os quais eram percebidos pelos técnicos como um ato de gratidão e também enquanto uma estratégia desenvolvida pelos produtores no sentido de auferir ajuda individual ou coletiva dos técnicos pois eles também eram vistos como repassadores dos benefícios definidos e concebidas pelo governo central para a comunidade; em síntese, os técnicos eram a "personificação" mais próxima do "patrão" distante.

#### A Cooperativa e a Casa de Farinha Mecanizada

O ponto alto do processo de intervenção ocorreu com a fundação da COMASFE - Cooperativa dos Produtores de Farinha de São Felipe Responsabilidade Limitada, no dia 31 de março de 1980, onde em Assembléia Geral Extraordinária apresentaram-se dois can-

didatos concorrentes à Presidência da Cooperativa e ao fim do escrutínio um dos candidatos foi o vencedor com a diferença mínima de um voto. Depois procedeu-se o preenchimento dos demais cargos restantes da diretoria que cumpriria o mandato de 1 ano, aprovação dos Estatutos e a filiação de 41 sócios fundadores<sup>(74)</sup> onde cada um deles subscreveria 5 cotas-partes no valor total de Cr\$500, que comporia o capital social da ordem de Cr\$20.500, divididos em 205 cotas-partes de valor unitário de Cr\$100.

À Assembléia Geral, enquanto órgão máximo da entidade, competia a elaboração das diretrizes e políticas da Cooperativa, ficando a cargo do Conselho de Administração<sup>(75)</sup>, composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e o Conselheiro Efetivo, a execução das políticas definidas pela Assembléia Geral<sup>(76)</sup>.

A assessoria à Diretoria da Cooperativa ficava a cargo dos técnicos de campo, cabendo ao gerente além da participação nos trabalhos de reflexão com os associados, as tarefas de manutenção de um suprimento constante de matéria prima, garantir a comercialização da produção, contratação de mão de obra, enfim gerenciar também a casa de farinha mecanizada que seria administrada pela Cooperativa.

A partir do momento da sua fundação, a Cooperativa passa a ser o "locus" para onde os conflitos convergirão, terão ori-

(74) Mesmo existindo um maior número de produtores desejando se associar à Cooperativa, priorizou-se a entrada daqueles que haviam participado da construção do prédio, bem como das reuniões, tornando-se aptos a se situarem numa entidade que se pretendia também de caráter associativo, não só de processamento de raízes. Quanto aos demais pretendentes, estabeleceu-se que eles teriam que passar pelo mesmo processo (reuniões) para que pudessem ser admitidos. Com relação aos 41 sócios/comunidade, eles estavam distribuídos na seguinte proporção: Sapezinho - 30; Sobradinho - 5; Terrão - 2; Genipapo - 2; Ferreira - 1; Pequi - 1. Vide relação de associados no anexo

(75) Embora o Conselho de Administração fosse composto pelos 4 membros supra-citados, buscou-se a participação dos demais membros (1 conselheiro suplente, 6 conselheiros fiscais, sendo 3 efetivos e 3 suplentes) como forma de se conferir um caráter colegiado e participativo à direção da entidade tentando assim evitar a implementação da visão presidencialista na Cooperativa.

(76) Para maiores informações acerca da estrutura administrativa da COMASFE, vide anexo

gem e ganharão maior intensidade. Aí também se verificará uma mudança qualitativa na participação dos produtores, os quais da condição de legitimadores do projeto do Estado passam a questionadores e discordantes do mesmo, ao colocarem em pauta o seu projeto de vida enquanto grupo social.

Como era de se esperar, o INCRA não aceitou a idéia de uma Cooperativa com os estatutos adaptados à realidade dos associados, exigindo que a entidade se adequasse ao estatuto padrão que rege o funcionamento de todas as Cooperativas. Mesmo cumprindo as formalidades do INCRA, o processo de legalização da Cooperativa teve que enfrentar uma série de óbices burocráticos no âmbito do próprio Estado, levando o CEPED a pressionar o INCRA/BA que enquanto Coordenação Regional não tinha poder de decisão para deliberar, deslocando as gestões para o Planalto Central, onde o INAN devidamente informado pelo CEPED, pressionou o INCRA que ao cabo de seis meses concedeu a legalização da COMASFE.

Neste meio tempo a Casa de Farinha Mecanizada com capacidade instalada para 1.000/Kg de raízes/dia, era posta para funcionar em caráter experimental.

A unidade de processamento era constituída do seguinte conjunto de equipamentos: 1 triturador, 1 esfarelador, 2 prensas sendo 1 hidráulica e 1 manual, 4 fornos, 1 uniformizador e 1 peneirador oscilante<sup>(77)</sup>. Estes equipamentos foram escolhidos pelos técnicos após uma viagem, em abril de 1979, a cinco Estados do Nordeste onde visitaram Cooperativas, fábricas de mandioca e a MIDIAM, fábrica de equipamentos para processamento de mandioca situada em Pampos-Pe, onde mais tarde foi adquirido o conjunto de equipamentos. Os técnicos para justificarem a escolha, basearam-se na simplicidade da tecnologia que possibilitava a facilidade na montagem, manutenção e operacionalização por parte da comunidade, na durabilidade e no seu preço acessível.

Na fase de implantação dos equipamentos os produtores par

---

(77) Vide em anexo, página a discriminação dos equipamentos e o custo de cada um deles ao preço de 1980.

ticiparam ativamente e fizeram uma série de reivindicações dentre as quais a exigência de que um forneiro conhecido no Município instalasse os fornos ao invés do técnico da MIDIAM. Depois de algumas discussões os produtores concordaram com a idéia do forneiro implantar um dos fornos e o técnico da MIDIAM os demais para depois se testar o desempenho de cada um deles. Conforme se verificou, o forno instalado pelo forneiro local acabou tendo um aquecimento insuficiente em relação aos demais fornos não se adaptando aos padrões de rendimento requeridos pela nova tecnologia.

Mas os produtores não se deram por vencidos e baseando-se sempre no modelo de casa de farinha que eles conheciam melhor que ninguém, tentaram confrontar o seu modo de produzir farinha com o novo modo que estava sendo implantado. Ainda no período de testes, percebeu-se que os equipamentos foram fabricados para atender aos requerimentos do consumidor pernambucano, que preferia uma farinha mais grossa, ao contrário do padrão de Sapezinho, que requer uma farinha mais fina. Para se atender ao tipo de farinha produzido na comunidade introduziu-se modificações na rotação dos motores através da troca das polias, substituição das serrilhas de desintegrador por serrilhas utilizadas na comunidade, cujo trabalho foi efetuado por um torneiro-mecânico de São Felipe, indicado pela comunidade. Além destas procedeu-se também a substituição das telas das peneiras e do uniformizador por telas mais fechadas, para farinha de menor granulação e como medida de proteção para os operadores, colocou-se protetores nas correias.

Se por um lado os produtores conseguiram um equipamento adaptado à produção de farinha local o que possibilitaria sua instalação noutras comunidades e até mesmo em Sapezinho, por outro lado a racionalidade que se buscava atingir com a nova tecnologia iria ocasionar, malgrado a resistência dos produtores, mudanças expressivas na organização do processo produtivo de raízes e sobretudo de farinha na comunidade e até mesmo na região.

Após as devidas adaptações nos equipamentos, um técnico do CEPED promoveu o treinamento de 06 pessoas indicadas pelos

produtores para manipularem corretamente os equipamentos.

Como forma de estabelecer um parâmetro de comparação entre o tempo de processamento da nova unidade de produção e o das casas de farinha locais, e também verificar a viabilidade do modelo de organização a ser implantado pela Cooperativa, programou-se uma produção experimental que ocorreu da seguinte maneira: o projeto através do CEPED adquiriu 8.454 Kg de raízes que foram arrancadas e posteriormente transportadas à tardinha para o módulo pelas 08 famílias escolhidas em reunião. Vejamos em termos comparativos como ocorreu as etapas de processamento nas casas de farinha locais e na nova unidade de processamento<sup>(78)</sup>.

Recepção - Tal qual era feito nas casas de farinha locais, a matéria prima é descarregada em lotes de raízes manualmente, diferindo, apenas, quanto a quantidade de raízes, pois o módulo pela sua capacidade instalada (1.000Kg/dia) absorve toda a carga de um caminhão ao contrário de uma casa de farinha local que pela sua baixa capacidade instalada (em torno de 1.200Kg/dia) obrigava a redistribuição da carga entre as demais casas de farinha.

Pesagem - As raízes eram pesadas no pátio do Módulo pelas famílias e divididas em 08 lotes de 1.056 Kg onde cada lote seria raspado por 04 membros de cada família. Nas casas de farinha locais a pesagem era feita numa balança com capacidade máxima de 50 Kg de raízes, enquanto no Módulo ela era realizada numa balança de 200 Kg, contribuindo assim para reduzir o tempo utilizado nesta operação.

Raspagem - Realizada manualmente com facas a exemplo das casas de farinha locais. Embora também se utilize a mão de obra familiar nesta etapa, ela passa a ser empregada diferenciadamente das casas de farinha locais, pois de acordo com a forma de operar do Módulo buscava-se uma maior racionalidade no emprego

---

(78) Para uma melhor visualização apresentamos no anexo a planta baixa da nova unidade de processamento e de uma casa de farinha local com seus respectivos equipamentos.

da mão de obra através do estabelecimento do número de raspadeiras por quantidade de raízes num dado tempo, estipulado em 1.000 Kg de raízes<sup>(79)</sup> para 05 raspadeiras num tempo médio de 5 horas ao passo que nas casas de farinha locais eram 12 pessoas raspando a mesma quantidade no mesmo tempo. Embora houvesse o emprego de mão de obra majoritariamente familiar na etapa em questão, esta era remunerada pelo trabalho de raspagem. Nas casas de farinha locais a mão de obra familiar não era remunerada e quando o dono da farinhada recorria ao adjutório, retribuía através da cessão do produto resultante desta etapa, a raspa, que era empregada para alimentação dos animais. No Módulo ao fim da raspagem as mulheres iam com os filhos para casa levando a cota de raspa ficando o marido ou o filho acompanhando as demais etapas de processamento.

Lavagem - Única etapa introduzida na forma de processamento local. Aí as raízes eram lavadas num coxo azulejado para eliminar areia e resíduos que poderiam comprometer a qualidade da farinha.

Desintegração - Nas casas de farinha locais esta etapa se verificava através da utilização do motor a óleo ou a gasolina o qual quando acionado movimentava o bolinete passando a desintegrar as raízes que eram empurradas de encontro ao desintegrador com o auxílio da mão humana. Vale salientar que a introdução do motor nas casas de farinha da região ao acarretar a substituição dos dois trabalhadores que giravam a roda conectada por uma correia ao desintegrador, contribuiu para tornar mais rápida a etapa de desintegração das raízes e também para se obter uma uniformidade granulométrica do produto final. A introdução do motor tornou mais curta a desintegração sem no entanto ocasionar transformação nas demais que continuavam sendo realizadas manualmente.

No módulo o motor é elétrico ficando a cargo do operador apenas a colocação das raízes numa caixa que se situa sobre o bolinete onde elas eram trituradas e depositadas na forma de mas

(79) Embora a quantidade de raízes utilizada na produção experimental fosse 8.454Kg, utilizamos 1.000Kg de raízes como padrão de comparação entre o processamento do Módulo e das casas de farinha locais, cuja quantidade corresponde à capacidade instalada de cada uma delas.

sa nos coxos azulejados. A introdução de novo instrumento de produção ao evitar que o operador fique impulsionando as raízes de encontro às serrilhas com o auxílio das mãos, elimina os riscos de acidentes e também contribui para conferir ao trabalho humano uma função acessória.

Prensagem - Nas casas de farinha locais esta etapa era realizada em prensas manuais de madeira construídas artesanalmente e dotadas de um parafuso central de madeira - embora se tenha detectado a introdução do parafuso de aço que contribuiu para aperfeiçoar esta operação - com capacidade média para prensar 300 Kg. A prensagem ocorria mediante o esforço físico de um ou dois homens que faziam ajustes constantes no parafuso central que exerce pressão sobre a massa. No Módulo esta etapa é realizada por uma prensa hidráulica movida a eletricidade com capacidade para 200 Kg, onde o trabalho humano se restringe ao enchimento de duas gaiolas com massa proveniente do desintegrador e o posterior transporte da massa enxuta e compactada para o esfarelador e depois para os fornos. O tempo de prensagem de 1.000 Kg no Módulo é de 1:35hs ao passo que nas casas de farinha locais esta mesma quantidade sendo prensada por 02 homens levaria 8:30 horas.

Afinamento - Operação necessária para descompactar a massa da prensagem, tornando-a solta para posterior ida ao forno. Nas casas de farinha locais este processo é realizado no desintegrador. No Módulo a massa é colocada num esfarelador movido a eletricidade acoplado a um sistema de peneiragem que deposita a massa solta no coxo azulejado de onde iria para os fornos.

Secagem - Nas casas de farinha locais esta etapa era realizada em fornos de barro através de trabalho manual dos mexedores de farinha que permaneciam durante muito tempo expostos ao calor inclemente mexendo a farinha com o auxílio de um rodo. Esta era uma etapa que exigia muita habilidade, pois se o mexedor não fosse eficiente poderia comprometer o rendimento da farinha através do aumento da produção de caroços<sup>(80)</sup>. O mexedor era con

---

(80) Nas casas de farinha locais, uma tonelada de farinha produzia em torno de 225 Kg de farinha e 21 Kg de caroço.



siderado o especialista da casa de farinha, controlava o "ponto" da farinha e ao final do trabalho recebia o pagamento em dinheiro. No Módulo foram introduzidos 14 fornos com chapas de aço aquecidas a lenha onde o trabalho do mexedor é substituído por um conjunto de paletas giratórias movidas eletricamente que passam a massa ainda úmida para que a mesma perca umidade. Depois que a massa proveniente do primeiro cozimento perde um pouco de calor no coxo de madeira, é transportada para o uniformizador onde passará pelo processo de homogeneização, retornando ao forno em seguida para a secagem final e torração. A homogeneização da massa aumenta a percentagem de farinha por tonelada de mandioca, reduzindo a quantidade de caroços. O trabalho do operador nesta etapa se restringe ao suprimento de massa para os fornos e ao controle da temperatura.

Peneiragem - É realizada manualmente nas casas de farinha locais, utilizando-se uma peneira de malha mais fechada para produzir uma farinha mais fina. No Módulo esta operação se verifica numa peneira mecânica vibratória com dois tipos de malhas superpostas, sendo a malha superior mais aberta e a inferior mais fechada.

Ao término da produção experimental obteve-se 44 sacos de uma farinha com maior produtividade (menor quantidade de caroços) e de qualidade um pouco melhor que a farinha produzida na comunidade, enquadrando-se no melhor tipo de farinha produzida na Bahia que era chamada de "copioba", coroando de êxito as adaptações promovidas pelo CEPED e aliviando as apreensões dos produtores que viviam atormentados pelas colocações das intermediárias de que "a casa de farinha do CEPED só produzia farinha grossa" (81).

Como àquela altura o relacionamento com os intermediários começava a ficar mais difícil os produtores acharam por bem

---

(81) Os intermediários mudaram a argumentação colocando que "a farinha produzida continuava sendo grossa só que depois ela era toda passada no moinho para ficar fina". Os produtores desmentiram a afirmação e como medida de precaução, proibiram que os caroços fossem reprocessados.

vender a farinha separadamente através dos grupos de produtores que ainda tinham acesso a alguns intermediários, pois se fossem vendê-la conjuntamente "o intermediário não comprava".

Com a comercialização se cumpria a fase operacional e tinha início a fase administrativa que compreendia a tentativa de implantação de um "modelo de gestão" provisório até a legalização da Cooperativa. Na reunião com os produtores após a apresentação da forma de organização da produção prevista para a Cooperativa passou-se à explicação prática do processo, no quadro negro. Do total correspondente à venda de 44 sacos de farinha deduziu-se 10% referente à taxa de administração cobrada pela Cooperativa<sup>(82)</sup>, o custo das raízes (incluído o transporte), da mão de obra (operadores e raspadeiras), lenha, energia e sacaria, ficando o restante dividido entre os 08 produtores que participaram do processamento.

Em se tratando da matéria prima proveniente da roça do associado, o modelo preconizava que as raízes dos produtores seriam processadas conjuntamente e ao final da produção, a quantidade de farinha resultante seria dividida proporcionalmente aos associados envolvidos na tarefa.

No momento das discussões os produtores discordaram da cobrança da taxa de 10% alegando que além deste percentual eles tinham que pagar os outros custos (energia, raspadeiras, operadores) introduzidos pela nova tecnologia, os quais eram inexistentes (energia) e dispensados nos casos de farinha locais mediante o emprego da mão de obra familiar e/ou adjutório (raspadeiras e em parte, os operadores). Os produtores também discordaram da mistura das raízes provenientes da roça de cada um alegando que algumas variedades de mandioca produzem mais do que outras devido ao potencial genético de cada variedade, tratamentos culturais realizados, a diferença de fertilidade de alguns solos e sobretudo ao fato deles desejarem acompanhar todas as fases de processamento. A este respeito um produtor pronunciou-se

---

(82) Referente ao material de consumo, manutenção e depreciação da construção, máquinas e equipamentos, etc).

de forma muito feliz colocando: "eu acho que a gente deve processar juntos, porém à parte; depois que eu passar a minha mandioca no triturador outro sócio vem e coloca sua mandioca, assim todo mundo vem e faz a farinha e no fim sabe quanto a mandioca de cada produziu de farinha". Tal postura revelava a desconfiança e reação dos produtores diante da tentativa de introdução de um "modus operandi" alheio à realidade dos mesmos, através do qual eles já percebiam as mudanças<sup>(83)</sup> significativas que iriam ocorrer no processo de produção da farinha.

Antes do encerramento da reunião foi acatada, em caráter provisório, a proposta dos produtores estipulando a taxa de Administração em 5% bem como a manutenção em separado, de processamento das raízes dos associados. Daquele momento até a legalização da Cooperativa, o processamento passou a ser realizado da seguinte maneira: O CEPED emprestou recursos para a aquisição de raízes, era elaborado, durante as reuniões, um cronograma semanal de processamento com as quantidades e nomes dos associados em cada dia, tentando compatibilizar o fornecimento das raízes dos produtores com a matéria prima adquirida pela Cooperativa; a mão de obra empregada na raspagem deveria ser familiar, os 03 operadores que atuavam nos fornos e na prensa recebiam pelo dia de trabalho e seriam coadjuvados pelos chefes de família responsáveis pela tarefa, que pela constância na alimentação dos fornos e nos trabalhos de transportes de matéria prima para os instrumentos de produção acabaram aprendendo a manejar os equipamentos. Após o processamento os produtores retiravam uma parte da farinha para o consumo familiar colocando o restante no depósito para ser comercializado.

Realizada a comercialização, a Cooperativa descontava o empréstimo referente ao capital adiantado para a compra de raízes, o custo de mão de obra empregada (operadores e raspadeiras), lenha, energia, sacaria, os 5% correspondentes à taxa de Administração da Cooperativa, dividindo o restante entre o gru-

(83) Como impacto inicial, a nova unidade de produção mecanizada ao ser posta em funcionamento acarretou o fechamento das 05 casas de farinha existentes em Sapezinho.

po de produtores participantes da tarefa.

Embora se tentasse ainda naquela fase, a implementação de uma forma considerada semi-empresarial com vistas ao funcionamento da unidade de transformação, isto não foi possível pelo fato da Cooperativa não ter garantido um suprimento constante de matéria prima que possibilitasse o funcionamento regular da unidade de processamento impedindo assim a possibilidade de estabelecimento de um controle de fornecimento de farinha. Enquanto tais ações não ocorriam e nem a Cooperativa era legalizada para proporcionar "benefícios aos produtores", a unidade de processamento funcionava nos mesmos moldes das casas de farinha locais.

Objetivando a implementação de algumas ações principalmente na área produtiva e gerencial desenvolveu-se as seguintes atividades:

- a) Coleta de amostras de solo nas roças dos produtores que foram posteriormente encaminhadas por eles para análise no laboratório da EMBRAPA;
- b) em várias oportunidades o gerente acompanhado por uma comissão formada por dois produtores escolhidos nas reuniões, deslocava-se para os municípios produtores de mandioca onde mantinha contato com os proprietários deixando a cargo dos produtores a forma de compra das raízes que poderia ser no peso ou na "bistunta" <sup>(84)</sup>. Nos centros produtores de raízes também se realizava o cadastramento dos produtores visando negócios futuros;
- c) considerando-se que os produtores vinham de duas tentativas frustradas na comercialização <sup>(85)</sup> e diante da necessidade de

---

(84) Operação na qual os produtores mediante observação visual da plantação e através de arranquio de uma planta faziam a base de cálculo dando o preço final a determinada área plantada.

(85) Ainda na fase de implantação do Módulo, os produtores decidiram enviar para um atacadista de Salvador duas remessas de farinha. A primeira teve seu preço reduzido pelo atacadista (de Cr\$300 para Cr\$280/saco), por não corresponder ao tipo de farinha que lhe fôra anteriormente apresentado para efeito de negociação. Além da redução dos preços, os produ

retomar o processo em bases mais seguras, como forma de superar as marcas deixadas pelo insucesso da experiência na comunidade, o gerente da Cooperativa deslocou-se juntamente com os produtores para a CEASA e feiras livres de Salvador (São Joaquim, Sete Portas, Curtume, Horto Mercado). Nestes locais os produtores ofereciam uma amostra da farinha produzida e solicitavam a opinião dos comerciantes de farinha, depois perguntavam o preço que eles pagariam por uma farinha daquela qualidade. Geralmente os comerciantes davam um preço que acabava ficando abaixo do preço vigente no mercado de São Felipe, uma vez que os produtores teriam que pagar transporte, ICM, descarga, FUNRURAL, etc, o que não acontecia com os intermediários que podiam entregar a farinha produzida em São Felipe aos comerciantes de Salvador a um preço menor graças aos expedientes que vão da declaração do transporte de quantidade aquém do volume real transportado, a farinha de primeira qualidade era tributada como de segunda, até o transporte de três cargas de farinha nos postos de fiscalização com uma só nota fiscal. Restava a opção da rede de supermercados, mas esta só efetuava o pagamento 15 a 21 dias após a compra, o que tornava esta proposta inviável para uma Cooperativa que além de não dispor de capital de giro era formada totalmente de pequenos produtores.

- d) Ida dos produtores em grupo ao Banco do Brasil, agência Cruz das Almas, a fim de solicitarem crédito agrícola para o ano de 1980. Os produtores retornaram desapontados para Sapezinho pelo fato do gerente ter colocado que só liberaria o custeio para feijão e milho e não para mandioca em razão de muitos produtores estarem inadimplentes com relação ao pagamento de custeio do ano anterior o qual foi liberado para o plantio da mandioca. Na ocasião os produtores que se encontravam estimulados pelos resultados obtidos na unidade de processa-

( ) res tiveram que pagar as despesas com ICM, transporte e despesas de manutenção da Comissão encarregada da comercialização. Na segunda remessa verificou-se a redução de preços, pelo mesmo motivo da remessa anterior somado ao desaparecimento da quantia correspondente ao preço de 10 sacos, resultante de gastos para fins particulares efetuados por um dos membros da Comissão (filho do futuro presidente da Cooperativa). Tal atitude levou ao afastamento temporário de alguns produtores das reuniões semanais.

mento da Cooperativa e portanto dispostos a aumentar a área plantada com mandioca, recusaram a proposta do gerente colocando que só aceitariam o crédito "se fosse para mandioca". O gerente foi convidado pelos técnicos e compareceu à reunião semanal na Cooperativa momento no qual lhe foi historiada a ocorrência de estiagem na comunidade a qual havia se prolongado até os primeiros meses de 1980 comprometendo sensivelmente a produção de mandioca dos produtores e consequentemente o saldo da dívida dos produtores junto ao Banco no período previsto. Ao final da reunião os produtores se comprometeram a saldar o débito tão logo pudessem e o gerente resolveu atender a solicitação dos produtores liberando o crédito para mandioca.

- e) Visitas à EMATER-BA, Gerência Regional e Unidade Operativa de Cruz das Almas, objetivando o envolvimento maior do Órgão no tocante aos trabalhos de assistência técnica junto ao público do projeto. Na realidade os técnicos da EMATER-BA não tinham disponibilidade para atuarem no projeto, embora o fizessem mais movidos pelo interesse em participarem de uma experiência que eles consideravam importante. Retribuindo a visita, os técnicos da EMATER-BA compareceram à Comunidade onde discutiram com os produtores a idéia de instalação de um campo de observação da mandioca. Depois de aprovada a idéia, escolheu-se um produtor que havia recebido o crédito de custeio e instalou-se na sua roça um campo de observação com a participação dos produtores, técnicos do projeto, da EMATER-BA, e da EMBRAPA objetivando comparar o rendimento obtido com o uso da tecnologia do produtor e com a tecnologia recomendada pela pesquisa e extensão rural. Como a participação da EMATER-BA continuava sendo episódica, o Gerente da Cooperativa deslocou-se para Salvador onde juntamente com o diretor técnico do CEPED manteve contato com o Presidente da EMATER-BA e o Gerente Estadual de PDRI-Paraguaçu no sentido de conseguir a alocação de um técnico para prestar assistência técnica ao projeto. Na aludida reunião não foi possível a alocação de um técnico pois os representantes dos órgãos solicitados alegaram falta de recursos.

Vale notar que estava prevista para o 2º semestre de 1980 a instalação de uma Unidade operativa da EMATER-BA no município de São Felipe, mas apesar da intercessão do CEPED e do Prefeito de São Felipe<sup>(86)</sup> junto ao Secretário da Agricultura, a implantação da U.O. da EMATER-BA acabou sendo transferida para um município vizinho fruto do empenho de um Deputado Estadual, o qual apesar de não ser do município tinha ali um considerável reduto eleitoral. Destarte, a transferência tornou clara a perda de prestígio do poder local que necessita cada vez mais da intermediação de parlamentares para viabilizar suas solicitações junto ao poder estadual e também funciona como retribuição do apoio recebido pelo parlamentar bem como a ampliação deste em eleições futuras. Para o projeto tal desfecho foi lamentável uma vez que os trabalhos de assistência técnica continuariam ocorrendo esporadicamente.

- f) Implantação de três campos de observação de mandioca na comunidade objetivando confrontar o rendimento obtido com a tecnologia empregada pelos produtores e com a tecnologia preconizada pelos órgãos de pesquisa (EMBRAPA) e assistência técnica. Nestes campos, apesar de terem sido testadas as formas de plantio, espaçamento, tamanho das manivas e no último campo ter sido introduzido o plantio de mandioca em fileiras duplas o principal responsável pelo aumento na produtividade das raízes era a eficácia dos adubos químicos o que contribuiu para induzir os produtores a adquirirem estes produtos.

No último campo de observação voltou-se a utilizar a tração animal<sup>(87)</sup> a qual embora prevista para as etapas de aração e gradagem acabou restringindo-se aos trabalhos de abertura de sulcos no terreno a ser cultivado. As duas primeiras etapas foram realizadas pelo trator por não se ter encontrado uma parrelha de animais (bovinos ou muares) adestrados na região.

Não obstante o projeto tentasse utilizar a tração animal co-

(86) Vide no anexo , a Exposição de Motivos do Prefeito de São Felipe ao Secretário da Agricultura solicitando a manutenção da promessa de implantação da U.O. da EMATER-BA em São Felipe.

(87) A tração animal havia sido utilizada quando da implantação do campo de observação de feijão tendo deixado uma péssima impressão junto aos produtores face a incapacitação do operador que conduziu o animal durante os trabalhos de aração e abertura de sulcos no terreno.

mo alternativa ao trator - considerando-se que era uma tecnologia de baixo custo, os produtores trabalhavam na sua maioria em áreas de pequenas dimensões - a demonstração prática da tração animal acabou fortalecendo nos produtores a idéia de utilização de trator pois o emprego da tração animal ocorreu de forma incompleta devido a problemas relacionados à falta de capacitação dos operadores, adestramento dos animais, etc.

De posse da primeira parcela do crédito agrícola e dos resultados das análises de solos, um bom número de produtores adquiriram adubos químicos conjuntamente e posteriormente alugaram horas de trator para os trabalhos de preparação do terreno. No tocante à compra de adubos, durante as reuniões os produtores eram alertados para que adquirissem os sacos de adubos nitrogenados, fosfatados e potássicos separadamente para serem posteriormente misturados na comunidade evitando assim que os produtores fossem lesados através da compra de sacos previamente misturados, os quais apresentavam uma percentagem de cada elemento (N,P,K) menor que a prevista na embalagem. Os revendedores de adubos das cidades vizinhas inicialmente se recusaram a vender o produto conforme os produtores exigiam, mas diante da insistência dos produtores eles acabaram cedendo.

Pelo visto, o projeto ao solicitar a participação de seus pares Estatais, dava sua parcela de contribuição para materializar, a nível de Sapezinho, a política preconizada pelo Estado para o setor agrícola, com o concurso dos órgãos de pesquisa e assistência técnica, consubstanciada na atividade de instalação de campos de observação, os quais ao tornarem patente a eficácia dos adubos químicos, funcionaram como meio de difusão de tecnologia industrial, a qual seria posteriormente adotada pelos produtores mediante a liberação de crédito rural. O crédito ao tempo em que viabilizava a introdução dos insumos e do aluguel de horas de trator na comunidade cumpria o papel de criar condições para o endividamento dos produtores junto ao sistema financeiro, atendendo assim aos desígnios do setor urbano-industrial. Ainda com relação ao crédito agrícola, observou-se mais tarde que ele ao criar obri-



gações junto aos produtores, provocou situações vexatórias em alguns, no tocante ao pagamento, pois ao invés da colheita das raízes ficar condicionada ao ciclo vegetativo da planta, e em casos de emergência às necessidades do produtor; passou a ficar condicionada à época de resgate da dívida junto ao Banco. Desta maneira, o capital financeiro, via crédito agrícola, inaugura em Sapezinho um quadro análogo ao descrito por Engels em relação ao capital usurário: *"O pequeno lavrador que cultiva sua terra nem é livre, nem está seguro de sua propriedade. Tanto ele, como sua casa e sua lavoura, pertencem ao usurário; sua existência é mais insegura que a do proletário, que pelo menos de vez em quando vive dias tranquilos, coisa que não sucede àquele escravo atormentado, por suas dívidas"* (88)

- g) Viagens à EMBRAPA para solicitar a participação da mesma juntamente com a EMATER-BA nos trabalhos de instalação dos campos de observação na comunidade. Diante da necessidade de se garantir um suprimento contínuo de matéria prima para o Módulo no sentido de evitar períodos de ociosidade no processamento das raízes pensou-se em introduzir na comunidade a combinação de plantio das variedades semi-precoces (14 a 16 meses), tradicionalmente utilizados pelos produtores, com a introdução de variedades precoces (10 a 12 meses) que plantadas na mesma época (abril a julho) seriam colhidas em épocas diferentes obtendo-se desta forma um fornecimento de raízes por mais quatro meses. Em razão de funcionar na EMBRAPA o CNPMF-Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura efetuou-se a solicitação de manivas (caules) de cultivares precoces. Tal pedido não pôde ser atendido pelo fato do Centro não dispor de manivas naquele momento.

O terceiro contato mantido com a EMBRAPA prendeu-se à solicitação de compra de toda a mandioca plantada no campo experimental. Aceita a proposta, o projeto adquiriu uma produção

---

(88) ENGELS, Friedrich. "O Problema Camponês na França e na Alemanha" . In: Textos. Vol. 1. São Paulo, Edições Sociais, 1975, p. 141.

estimada em 60 toneladas a um custo abaixo do preço do mercado. Como a colheita desta produção se verificava de acordo com o Período de colheita de cada experimento, os técnicos do projeto telefonavam para a EMBRAPA e recebiam a previsão da colheita semanal. A informação da colheita semana a semana era importante pois baseado na disponibilidade de raízes da EMBRAPA o técnico poderia realizar a previsão da quantidade de raízes que seriam adquiridas de terceiros e/ou fornecidas pelos associados. De posse desta previsão se discutia com os produtores durante as reuniões semanais e se elaborava um cronograma de processamento contendo os dias e os nomes das famílias que iriam processar as raízes na unidade de processamento, tentando assim evitar atropelos de última hora. O número de famílias envolvidas nas tarefas era determinado de acordo com a quantidade de raízes/dia. Por exemplo, se o funcionário da EMBRAPA informasse que num determinado dia disporia de 8.000 Kg de raízes, escolher-se-ia 8 famílias que determinariam no próprio grupo, os responsáveis pelo frete do caminhão e depois se deslocariam em grupo para a EMBRAPA, geralmente pela manhã e à tardinha estariam de volta com o caminhão carregado e com um ticket contendo o peso da carga, o qual seria entregue ao gerente para o controle administrativo da Cooperativa.

Comercialização: Estado, Cooperativa, Intermediários e Poder Local

Depois de terem conseguido crédito de custeio, realizado viagens para a aquisição de matéria prima, obtido o resultado das amostras de solo e imprimido uma certa regularidade no suprimento da matéria prima para a unidade de processamento, os produtores se mostraram preocupados com a comercialização pois após várias reflexões, realização de psicodramas sobre o processo de comercialização e experiência adquirida com a venda da farinha nas feiras livres de Salvador, os produtores desenvolveram uma visão crítica em torno da situação deles diante do intermediá—

rio vendo-se em dado momento na condição de meros explorados, "enquanto eu levo quatro meses para compor um chinelo, o intermediário compra um carro, só pode ser com o suor da gente", e habituais fregueses dos intermediários não só pelo fato de terem sido seus fornecedores contumazes mas sobretudo pelo fato de se verem obrigados a perder sempre, dobrando-se à exigência do intermediário através do fornecimento de 3 a 6 Kg de excesso de farinha/saco.

Na realidade os intermediários percebiam que a situação iria chegar a este ponto e desde o período de construção do prédio que eles tencionavam por fim à incipiente organização dos produtores tentando convencê-los a deixarem de frequentar as reuniões "porque tudo aquilo vai ser controlado pelo governo". Eles tanto tentaram que acabaram conseguindo, com a ajuda do líder da ala do PDS contrária ao Prefeito, a retirada de um produtor do grupo sob a promessa de financiamento para que este reaparelhasse sua casa de farinha. Este episódio é importante para revelar o relacionamento entre o capital financeiro e o poder local de São Felipe, senão vejamos: o chefe político conduziu o produtor à agência do Banco do Brasil, situada na cidade vizinha de Cruz das Almas, onde solicitou a liberação de empréstimo para que o mesmo montasse sua casa de farinha. Segundo este produtor, depois de preenchido o cadastro o gerente chamou-o e perguntou: "Tem precisão disso rapaz, com aquela casa de farinha da Cooperativa ali perto! Só faço isso porque R. (o chefe político) me pediu".

Mesmo com este tento os intermediários continuaram pressionando os produtores, desta vez no âmbito da comercialização, fazendo com que a situação chegasse efetivamente ao impasse quando eles boicotaram a compra da farinha dos produtores pelo fato destes terem se recusado a venderem o produto com excesso e a baixos preços. Buscando uma solução para o problema e levando em conta que o INAN mantinha com a COBAL um convênio para a aquisição de produtos básicos, recorreu-se à intervenção da COBAL para que esta adquirisse os 217 sacos de farinha dos produtores. A COBAL por sua vez havia se comprometido a aparecer no início da semana seguinte para pegar a farinha mas o tempo passava, a

semana já estava na metade e a COBAL não aparecia; os produtores já impacientes reafirmavam que não venderiam o produto aos intermediários. Neste meio tempo um associado tomou conhecimento da notícia de que o maior intermediário de São Felipe, ligado à facção do PDS contrária a ala do prefeito, havia entrado em contato com um parlamentar do grupo, o qual por sua vez havia impedido que a COBAL comprasse a farinha dos produtores de Sapezinho. Tão logo tomou conhecimento da notícia o Gerente da Cooperativa telefonou para o CEPED colocando a situação e frisando que o momento era muito delicado pois, caso os produtores viessem a ser derrotados o projeto sofreria as consequências. O gerente do INAN ao ser informado (em Brasília) da notícia pelo técnico do CEPED, ligou para a COBAL historiando a situação e ao final sentenciou: "se a COBAL não for buscar a farinha de Sapezinho cortaremos todos os convênios que temos com vocês".

Eis que finalmente os técnicos da COBAL despontavam no horizonte para a satisfação e glória dos produtores, embora ainda fosse cedo para comemorações.

Após a chegada da COBAL os produtores discutiram o preço da farinha e elegeram uma comissão para contratar o caminhão e viajar com a carga no outro dia para o depósito da COBAL, em Feira de Santana. O preço pago pela COBAL<sup>(89)</sup> ficou em Cr\$1.230/saco já computados os devidos descontos<sup>(90)</sup> portanto, bem acima do preço pago na semana anterior pelos intermediários do mercado de São Felipe o qual não passou de Cr\$800. Para oficializar o contrato de venda tornou-se necessário o pagamento do ICM, FUNRURAL e principalmente a emissão de uma nota fiscal<sup>(91)</sup> a ser expedida pelo Coletor de São Felipe.

---

(89) Para comprar a farinha a COBAL se balizava pelos preços do dia vigentes nos mercados de Salvador, Feira de Santana, Recife, etc.

(90) Os descontos efetuados referem-se ao pagamento de ICM, FUNRURAL, transporte e descarga.

(91) A Cooperativa encontrava-se impedida de emitir nota fiscal pois ainda não tinha legalizado a sua situação, o que só viria a ocorrer no dia 29.10.80.

Os técnicos da COBAL juntamente com o Gerente e dois produtores, se deslocaram para São Felipe objetivando contactar com o Coletor, o qual para perplexidade geral afirmou: "não posso tirar a nota porque meu talão de nota fiscal terminou". Na saída, o gerente da Cooperativa colocou para ele que iria telefonar para a Secretaria da Fazenda a fim de certificar-se da possibilidade de uma ocorrência deste tipo. Como a farinha não poderia ser transportada sem nota fiscal fez-se necessário o deslocamento de todos para o Posto Fiscal situado na BR-324, a 40Km de S. Felipe, onde foi expedida a nota fiscal.

De volta à Sapezinho, as informações foram passadas aos produtores que se encontravam carregando o caminhão<sup>(92)</sup> o qual ficaria estacionado na praça principal da cidade, em frente à Prefeitura exposto a visualização de todos. O intermediário havia conseguido fazer com que o Coletor não expedisse a nota fiscal, porém desconhecia que a mesma tivesse sido emitida no Posto Fiscal e tendo como certa a detenção da carga, deslocou-se no outro dia pela manhã para o município vizinho onde acordou o Coletor para que este interceptasse o caminhão na estrada. Com efeito, o caminhão foi interceptado pelo Coletor (em companhia do intermediário) que exigia a nota fiscal da mercadoria; os produtores prontamente apresentaram a nota e prosseguiram viagem para desapontamento de ambos. Realmente naquele momento havia terminado a primeira batalha travada pelos produtores com o capital comercial na qual os eternos vencidos derrotaram os vencedores de sempre.

Apesar da luta dos intermediários contra o projeto acabou ocorrendo o que eles tanto temiam, a Cooperativa passava a aglutinar a produção dos associados anteriormente dispersos e num segundo momento substituíram o intermediário comercializando diretamente a produção de farinha, rompendo assim a estrutura oligopsonica do mercado de São Felipe<sup>(93)</sup>.

(92) O veículo contratado pelos produtores era um caminhão de frete pertencente ao Prefeito de São Felipe.

(93) Na semana seguinte os preços pagos em S. Felipe ficaram apenas Cr\$30 abaixo do preço pago pela COBAL.

Naquele momento o projeto através do consumo da COBAL beneficiava os associados da Cooperativa via compra direta da produção e indiretamente aos demais produtores de farinha que se baseavam nos preços pagos pela COBAL para barganharem com os intermediários um preço melhor.

Conforme se previa, os intermediários passavam à ofensiva aberta desenvolvendo algumas ações no sentido de ocasionar transtornos ao projeto. Numa destas investidas eles recorreram ao surrado discurso da reação nacional colocando para o gerente do Banco do Brasil que sustasse a liberação do crédito de custeio destinado aos produtores de Sapezinho pois lá "os técnicos estavam disseminando o comunismo"; o gerente respondeu-lhes afirmando "pelo que conheço o projeto é do governo e o governo não é comunista". Mas as ações não paravam aí, os técnicos passavam a ter os movimentos vigiados na cidade principalmente quando se dirigiam ao posto telefônico<sup>(94)</sup>. Certa feita o gerente da Cooperativa havia solicitado uma ligação para falar com o Coordenador do Projeto, em Camaçari, e enquanto esperava percebeu que o posto telefônico recebia a presença de alguns intermediários que vinham ouvir a conversa. Completada a ligação, o gerente foi obrigado a conversar em inglês com o Coordenador como forma de impedir que eles tivessem conhecimento do assunto tratado.

Tais atitudes só contribuíam para tomar os produtores mais conscientes com relação aos intermediários e bastante dispostos a produzir regularmente uma maior quantidade de farinha "copioba" para posterior comercialização com a COBAL.

O que estava ocorrendo em Sapezinho era que o Estado, mediado pelo projeto, vinha gradativamente reduzindo a influência do intermediário junto aos produtores e acentuando a sua presença na comunidade, senão vejamos: se o produtor necessitava de recurso para o plantio, tratos culturais e aquisição de adubos procurava o Banco do Brasil; de assistência técnica, testar a eficiência dos adubos químicos e exame das amostras de solo recorria à EMATER-BA, EMBRAPA e técnicos do projeto; de recursos para a aquisição de raízes, o CEPED fornecia; de processar as raízes, tinha a casa de farinha, de vender a farinha, a COBAL adquiria. Tais evidências vinham atestar que estava se proces-

(94) As ligações telefônicas eram efetuadas no posto de serviço da Telebahia pois o município ainda não contava com linhas para as residências.

sando na comunidade a substituição do patrão tradicional por um outro patrão em sua versão modernizante.

Com relação aos intermediários, as investidas destes contra o projeto no sentido de desorganizar os produtores não visava somente a reconquista dos seus antigos freqüentes mas também tentar impedir que o sucesso do projeto contribuisse para o sucesso eleitoral da ala do prefeito, num Município de pleitos disputados. Tal possibilidade era visualizada por um grupo que tinha nas suas fileiras o maior intermediário da cidade contrário à ala do prefeito o qual já havia inclusive retirado das reuniões de Sapezinho um fornecedor de farinha ligado politicamente ao referido intermediário sob a promessa de financiar a aquisição dos equipamentos para que o fornecedor reaparelhasse sua casa de farinha e tentasse competir com o Módulo.

O projeto embora mantivesse uma certa independência em relação à parte do poder local vinculada ao grupo político que dirigia a prefeitura, no momento em que buscava o apoio do Prefeito para o desenvolvimento de algumas ações, punha a nú toda a sua vinculação política com a Prefeitura, a qual aparecia aos olhos da população local enquanto provedora das ações do projeto fato que posteriormente seria passível de capitalização por parte do grupo do prefeito confirmando assim as suspeitas dos seus opositores; isto sem falar que a localidade onde se instalou o projeto era majoritariamente ligada à ala do Prefeito.

Mas a luta continuava, os intermediários voltavam suas baterias para evitar o fornecimento de raízes para o Módulo como forma de quebrar não só a regularidade da produção como também de impedir a produção suficiente de farinha por parte da Cooperativa para fornecimento à COBAL. Os produtores tomaram conhecimento de que os intermediários estavam pressionando os caminhoneiros da cidade para não venderem as raízes em Sapezinho e também interceptando e desviando os caminhoneiros das regiões produtoras para que eles fornecessem raízes às outras casas de farinha do município. Portanto, a maioria dos caminhões que apareciam em Sapezinho traziam raízes em adiantado estágio de de composição refugados nas casas de farinha de São Felipe.

Os produtores depois de refletirem a respeito da situação decidiram que deviam se informar dos dias e horários em que os caminhões traziam raízes das regiões produtoras para depois esperá-los no horário previsto. Outra decisão tomada foi com relação à continuidade das viagens às regiões produtoras para a compra de raízes.

As duas medidas colocadas em prática pelos produtores tinham sua importância como resposta imediata aos ataques dos intermediários mas se revelavam inócuas a longo prazo, pois ao invés de eliminarem ou pelo menos reduzirem a dependência das raízes de fora a acentuavam cada vez mais.

Como se não bastassem os problemas ocasionados pelos intermediários de São Felipe, os produtores se defrontavam com mais uma, desta feita relacionado ao não cumprimento, por parte do setor de patrimônio e material da EMBRAPA, do contrato de compra das raízes firmado entre o Projeto e a EMBRAPA. Por duas oportunidades as quantidades de raízes colhidas ficaram aquém das previstas nos contatos telefônicos mantidos com a EMBRAPA. Junte-se a isto o fato dos produtores terem visto saindo da EMBRAPA, uma caminhonete carregada de raízes, fato confirmado posteriormente por dois técnicos da referida empresa.

Na semana seguinte o gerente acompanhou os produtores até o campo experimental e tendo constatado a presença do veículo transportando as raízes ligou para Camaçari colocando a situação para o Coordenador do Projeto. Na semana seguinte, por uma incrível coincidência o chefe da EMBRAPA chegou ao CEPED para uma visita de cortesia e tendo se deparado com a notícia da evasão das raízes se comprometeu a tomar as providências cabíveis. Alguns dias depois ao encontrar-se com o gerente da Cooperativa nas dependências da EMBRAPA o chefe convidou-o para uma conversa; aceita a conversa o chefe da referida instituição iniciou colocando "não desejo agastamento entre a empresa e o CEPED, o senhor está tentando causar transtornos no relacionamento entre os dois órgãos ao prestar informações que não condizem com a realidade dos fatos pois as raízes que estavam saindo eram em pequena quantidade e destinada aos funcionários de apoio da instituição". O gerente respondeu "não é meu interesse promover agas



tamento algum entre o CEPED e a EMBRAPA e sim informar à Coordenação do Projeto os problemas detectados para que a mesma tome as devidas providências uma vez que vigora um contrato de fornecimento de raízes firmado entre as duas entidades, ademais pelo que me consta o Sr. E. nunca foi funcionário desta empresa e sim intermediário de raízes do Município de Cruz das Almas, que mediante o fornecimento de propina aos funcionários de apoio consegue comprar as raízes a Cr\$2,30/Kg e revendê-las em Sapezinho, aos produtores dos quais ele subtraiu as raízes ao preço de Cr\$ 3,20/Kg. Um outro problema reside na defasagem entre a quantidade prevista e a transportada conforme ocorreu na segunda avaliação de matéria prima, onde diante da previsão de 8.000 Kg foram selecionados 8 produtores para o arranquio das raízes e quando eles chegaram aqui só encontraram 3.200Kg, fato que os deixou a borrecidos em razão da quantidade requerer a presença de 3 produtores ao invés de 8 bem como de um carro menor ao invés de um caminhão. Como o senhor vê, a evasão de raízes ocorrida nesta ocasião fez com que 5 produtores perdessem o dia de trabalho tanto na roça como no arranquio de raízes e os outros 3 pagassem um preço maior para transportarem um peso menor de raízes".

Tanto os técnicos quanto os produtores reconheciam a ajuda inestimável que a EMBRAPA estava prestando ao projeto na medida em que vendia sua produção <sup>(95)</sup> a um preço abaixo do preço de mercado e com pagamento mensal num momento difícil enfrentado pelos produtores com relação ao suprimento de matéria prima. Eles não apresentavam restrições à venda de raízes para terceiros, somente desejavam ter uma estimativa o mais real possível como forma de evitarem os prejuízos que vinham tendo.

O suprimento de matéria prima numa área tradicionalmente importadora continuava sendo problemático para a Cooperativa cuja unidade de processamento apresentava uma capacidade instalada de 10.000Kg/dia. Para satisfazer esta demanda a Cooperativa concorria por matéria prima com as casas de farinha existentes e alguns meses após concorreria com as primeiras casas de fari-

---

(95) A produção do Campo experimental fornecida efetivamente ao projeto foi de 45.240 Kg.

nha mecanizadas instaladas no Município. Buscando mais uma vez não só tentar equacionar o suprimento de matéria prima requerido pelo Módulo mas também se antecipar a um quadro de concorrência mais acirrada, procedeu-se o levantamento da área plantada com mandioca pelos associados a qual estava em torno de 37,4 ha e confiando-se na eficácia dos adubos químicos, correção do solo e tratos culturais esperava-se um aumento da produtividade de 11,5 para 15 ton./ha, garantindo assim um suprimento interno da ordem de 22,4% das raízes necessárias para a unidade de processamento operar regularmente durante o ano de 1980<sup>(96)</sup>.

Outra medida residiu na tentativa de ampliar o número de associados e também o suprimento de raízes para a Cooperativa nas comunidades vizinhas através da realização de reuniões previamente organizadas com a ajuda dos associados que residiam nas localidades. As reuniões tinham início com os produtores associados opinando a respeito da experiência que eles estavam vivenciando na Cooperativa, prosseguiam com as considerações dos demais produtores em torno da experiência, daí enveredando para a discussão dos problemas enfrentados pelos produtores no cotidiano, questões religiosas, etc. Contudo, a medida de maior impacto posta em prática naquele momento foi a solicitação formulada pelos produtores no sentido de que a Cooperativa arrendasse 80 tarefas<sup>(97)</sup> situadas em Sapezinho pertencentes a uma viúva, mãe de uma associada.

De posse do endereço da proprietária, o Gerente deslocou-se para o Município vizinho em companhia de dois produtores para tentar junto à mesma o arrendamento da propriedade. Ao fim do contato revelou-se impossível tanto o arrendamento quanto a venda do terreno<sup>(98)</sup> que segundo o motivo dado pela proprietária "se devia a divergência entre os herdeiros. Continuou-se pro

(96) O percentual de 77,6% da matéria prima seria garantido através do fornecimento externo possibilitando assim o funcionamento do Módulo a plena capacidade durante os 250 dias de operação no ano.

(97) Equivalente a 35 hectares.

(98) Dois anos após, esta proprietária venderia o terreno para o maior intermediário de São Felipe, principal desafeto da Cooperativa.

curando novos terrenos e numa das visitas dos técnicos do INAN a Comunidade, estes foram levados para visitarem uma outra área que acabou sendo descartada devido à distância, preço e litígio entre os herdeiros e os rendeiros (99).

No mesmo dia à noite, em reunião com os técnicos do INAN, os produtores resolveram "colocar para fora" tudo que estavam sentindo e ao responderem a saudação de um "tudo bom?" formulada por um dos técnicos, com um "de melhorar", deram o tom dos questionamentos que se seguiram, englobando desde críticas ao INCRA pela não legalização da Cooperativa, à EMATER-BA pela ausência prolongada até a ênfase na necessidade da Cooperativa adquirir terras para os cooperados. Em dado momento da reunião o presidente da Cooperativa fez uso da palavra colocando que "a Nação não é de pequeno, a nação é de grande (produtor) que recebe tudo com a maior facilidade; se a Cooperativa fosse de grande o INCRA já tinha liberado os papéis dela há muito tempo, mas como é de pequeno tá levando essa demora toda; tem sócio que não acredita mais na liberação dos papéis da Cooperativa".

Os técnicos do INAN ao final da reunião colocaram que estavam envidando todos os esforços junto ao INCRA para que a Cooperativa fosse legalizada e prometeram liberar recursos para a aquisição de terras. Em conversa com os técnicos do CEPED, um dos técnicos do INAN demonstrou não ter "visto com bons olhos" os questionamentos dos produtores colocando "estão fazendo a cabeça dos produtores".

Tal acusação além de ter sido injusta com relação aos técnicos de campo, deixava claro todo o equívoco do técnico o qual demonstrava não conceber o exercício da participação dos produtores além de meros implementadores das ações que se coadunavam com as diretrizes estabelecidas pelo projeto (solicitar crédito, comprar raízes e adubos, contatos com a COBAL etc) ao longo do seu curso. A própria colocação "fazer a cabeça levava a crer que os produtores, após o enfrentamento de tantas situações de conflito

---

(99) Curiosamente esta propriedade com os mesmos problemas seria adquirida pelos mesmos técnicos um ano e meio após a visita.

ainda fossem seres acrílicos (se é que eles já o foram alguma vez) alienados ao que acontecia à sua volta e portanto passíveis de serem manipulados pelos técnicos.

Na realidade ocorria que, enquanto os técnicos de campo respaldavam as ações do projeto junto aos produtores, também tentavam fazer com que os mesmos refletissem criticamente a respeito de cada ação e emitissem suas opiniões sempre levando em conta os interesses do grupo pois somente com uma posição unitária os produtores poderiam fazer valer seus interesses. Assim, os produtores refletiam a respeito de suas condições de vida, a falta de terra para plantar, a atuação das instituições ligadas à agricultura, os problemas relacionados com a comercialização, os motivos da não legalização da Cooperativa, etc.

O exercício regular desta prática se revestiria de grande importância na defesa dos interesses dos produtores não só contra as investidas externas como também contra estas mesmas investidas no plano interno.

#### Legalização e Inauguração da COMASFE, Modelo de Gestão

Se os produtores ainda não dispunham de mais terras para plantar, pelo menos podiam se contentar com a tão esperada e finalmente sacramentada legalização da COMASFE, em 21.10.80, fato que dentre outras coisas possibilitava a comercialização direta com a COBAL dispensando assim os serviços do Coletor local<sup>(100)</sup>, no tocante a emissão de nota fiscal.

Com relação ao pagamento da farinha efetuado pela COBAL, as coisas se tornavam mais simples, ao invés da COBAL remeter o dinheiro para o Banco do Brasil em nome de um diretor da Cooperativa, ela passava a depositar o dinheiro na conta da Coopera-

---

(100) Após participar da malograda tentativa de boicote à comercialização e receando novas queixas à Secretaria da Fazenda, o Coletor passou a mostrar-se bastante solícito para com o projeto.

tiva, o qual seria retirado por um diretor que em companhia do gerente transportavam os recursos para Sapezinho, onde após os descontos era dividido entre os proprietários da farinha comercializada. Mas foi graças a um produtor que em conversa com os demais, contribuiu para aperfeiçoar ainda mais o processo colocando: "Não sei como esse povo estudado do jeito que é se arrisca trazendo tanto dinheiro de Cruz das Almas para cá quando podia botar o dinheiro no Itaú e pagar ao povo com cheque; do jeito que as coisas tão andando é capaz de "fecharem" eles na estrada e levarem o dinheiro todo". A sugestão foi imediatamente acatada e tão logo a comissão de vendas retornava com o cheque emitido pela COBAL, este era depositado no Banco Itaú, em São Felipe, para ser compensado junto ao Banco do Brasil, Agência Cruz das Almas, e após o aviso de chegada efetuava-se o pagamento através de cheque nominal a todos os produtores.

Vale salientar que faltando um mês para a sua legalização, a Cooperativa já contava com novo gerente<sup>(101)</sup> contratado pelo projeto, ficando o gerente anterior com os trabalhos de assistência técnica aos produtores e de organização comunitária, em interação com a socióloga. A contratação do novo gerente foi efetuada levando em conta o término da execução do projeto a cargo do CEPED e a posterior saída dos técnicos de campo<sup>(102)</sup> permanecendo o gerente na área com possibilidade de contratação por parte da Cooperativa.

Logicamente que o CEPED não poderia deixar o projeto sem realçar o seu feito, afinal de contas seu trabalho de execução tinha conseguido dentre outras coisas a participação dos produtores, introduzido na área uma casa de farinha com maquinário adequado a produzir o mesmo tipo de farinha produzida na área e

(101) O novo gerente foi indicado pelos técnicos do INCRA e trabalhava numa Cooperativa de Produtores de Cacau.

(102) O término do Convênio INAN/CEPED previsto para dezembro de 1980 acabou se verificando em junho de 1981, embora os técnicos de campo tivessem deixado a área em dezembro de 1980 (a socióloga) e em março de 1981 (o agrônomo), ficando o CEPED nos últimos 4 meses desenvolvendo os trabalhos de supervisão.

com melhor qualidade; apoiou a idéia de instalação de uma Cooperativa para administrar a unidade de processamento, obteve a colaboração da Prefeitura, EMATER-BA, EMBRAPA, Banco do Brasil e organizou a intervenção no processo de comercialização.

A oportunidade surgiu com a inauguração da Cooperativa, em 14.12.80, evento que contou com a presença de técnicos do CEPED, INAN e das várias instituições convidadas, de representantes do poder local (Prefeito e Vereadores), produtores e em se tratando da inauguração de uma obra patrocinada por um projeto do Estado, jamais se poderia prescindir da presença do padre local <sup>(103)</sup> que com sua santificada presença e no melhor estilo da Igreja tradicional viria abençoar mais um empreendimento do governo.

Mas os produtores também souberam aproveitar a presença de tantas "autoridades" reunidas e introduziram o tom reivindicativo ao momento de festividade dirigindo-se em passeata até o Módulo, empunhando cartazes onde eles faziam as habituais críticas a algumas instituições presentes e expressavam também a reivindicação mais sentida por eles naquele momento, "precisamos de terra para a produção". <sup>(104)</sup>

Era óbvio que os presentes, acostumados a outras tantas inaugurações, não contavam com aquela cena incomum onde os produtores mostravam que não estavam ali somente para coadjuvar a solenidade mas para marcar aquele momento com suas presenças enquanto grupo social que via naquela inauguração não o momento de prestação de contas do Estado em seu papel de benfeitor universal e sim como uma oportunidade que eles tinham para cobrar as dívidas que o Estado tinha perante todos eles, e para efeito de cobrança, eles apresentavam nos cartazes, o débito de cada um dos representantes do Estado ali presentes.

Como a Cooperativa já estava legalizada e diante da necessidade de se voltar a discutir a organização da produção de farinha em moldes empresariais, quatro dias após a inauguração

---

(103) Um ano após o evento o padre também instalaria uma casa de farinha mecanizada no Município de São Felipe.

(104) Sobre este episódio vide foto em anexo.

da Cooperativa, foi apresentada em reunião com os produtores uma proposta operacional que visava racionalizar o funcionamento da Cooperativa e de sua unidade processadora.

O novo modelo de organização mantinha a jornada de trabalho <sup>(105)</sup> que já vinha sendo implementada e propunha as seguintes alterações: contratação e aumento do número de operadores de 03 para 05; mais a contratação de um encarregado da produção; a Cooperativa comprava as raízes dos associados ao preço de mercado baseando-se na proporção de que 1.000Kg de raízes produzem 5 sacos de 50 Kg, pagaria 50% do preço do produto no ato da compra ficando o restante para o final da comercialização, com os devidos descontos, ou caso o associado preferisse, poderia receber o pagamento após a comercialização; pagamento por produção a 30 raspadeiras fixas; a Cooperativa passava a fixar a taxa de administração em 10% excluídas as despesas efetuadas com ICM, FUNRURAL, transporte mais descarga já descontados do preço da farinha pago pela COBAL.

Os produtores reagiram recusando-se a aceitar a contratação de um número superior a 3 operadores alegando que além de não terem condições de pagar a 5 operadores e mais um encarregado, eles continuavam desejando participar do processamento de raízes; discordaram do assalariamento de raspadeiras fixas e propuseram a manutenção da sistemática anterior onde já havia uma alternância de raspadeiras assalariadas vinculadas à cada família envolvida na tarefa.

Com relação à proposta de venda das raízes, os produtores discordaram da idéia, alegando que dispunham de pouca mandioca a qual inclusive era utilizada para complementar a mandioca adquirida de terceiros. Certamente, tal proposta vinha por em risco uma estratégia de sobrevivência utilizada pelos produtores e que havia se acentuado com a implantação do projeto. Esta consistia no fato dos produtores trabalharem quase o ano intei-

---

(105) De acordo com a capacidade instalada do Módulo (10.000 Kg/dia), previa-se um regime de trabalho de 10 horas/dia durante 05 dias/semana, embora o funcionamento regular do Módulo ficasse na dependência de suprimento da matéria-prima.

ro com a mandioca adquirida pela Cooperativa reservando a mandioca da roça para a colheita no verão, pois era nesse período que se verificava uma maior falta de raízes acarretando assim um aumento nos preços da farinha. Os produtores também reafirmaram a necessidade de continuarem retirando uma parte da farinha para o consumo familiar e nos casos de atraso na comercialização, que lhes continuasse sendo assegurado por parte da Cooperativa o direito ao adiantamento de até 50% do preço do produto armazenado para que no dia da feira eles pudessem repor parte dos meios de subsistência, pois como bem colocou um produtor "as faltas da gente é no sábado".

Era evidente que os produtores se baseavam nas casas de farinha locais para discordarem das propostas contidas no novo "modelo de gestão", pois naquelas unidades de transformação a fabricação da farinha guardava estreitas vinculações com a produção de raízes as quais eram processadas separadamente permanecendo sob o domínio dos produtores até a comercialização da farinha diferindo da Cooperativa que pretendia cortar tais vínculos através da compra das raízes, eliminando assim o processamento em separado abrindo a via para a futura transformação do produtor em fornecedor de raízes.

Logicamente que outros fatores como a falta de terra para os produtores, aliada à ausência de capital de giro próprio para a Cooperativa somados à resistência dos produtores, contribuíram para impedir a implantação do modelo de gestão conforme havia sido proposto.

Destarte, a organização da produção de farinha permanecia conforme fôra proposto pelos produtores alterando-se apenas o percentual referente à taxa de administração da Cooperativa que passava de 5 para 10%.



## Conflitos Internos, Paternalismo, Saída dos Técnicos de Campo

A preocupação rotineira com o suprimento de matéria prima objetivando a produção regular de farinha por parte da Cooperativa que por sua vez abastecia um mercado garantido (COBAL), ensejava o aprofundamento dos conflitos internos entre os produtores através do processo competitivo onde alguns produtores mais aquinhoados e detentores de uma maior parcela de terras, tentavam infringir as regras vigentes na Cooperativa através de processamento de uma quantidade de raízes superior ao limite estabelecido o qual estava fixado em 1.000 Kg/sócio/semana.

Uma outra prática coibida pela diretoria da Cooperativa, dizia respeito à intermediação de raízes levada a efeito pelos filhos e/ou parentes de associados que compravam cargas inteiras de raízes para posterior revenda aos sócios por um preço maior, configurando-se tal operação numa relação de exploração dos próprios associados por parte de uma minoria que não podendo processar além da cota de matéria prima prevista buscavam uma outra maneira de auferir lucros.

Tais medidas levavam em conta a situação sócio-econômica da maioria dos cooperados procurando reverter os benefícios proporcionados pela Cooperativa ao maior número possível de associados e não a uma minoria mais capitalizada, a qual inclusive já vinha dando mostras de insatisfação como era o caso do presidente da Cooperativa que tentava através de presindencialismo utilizar o cargo em benefício próprio traduzido no desejo de que a chave da Cooperativa ficasse em seu poder "pois quando eu era fiscal do Sindicato quem ficava com a chave era o presidente". A vontade expressada pelo presidente foi posta em discussão e para desapontamento do mesmo, os produtores decidiram que a chave ficaria sob a guarda do 1º Conselheiro Fiscal. Numa outra investida o presidente sem consultar os associados colocou energia e elétrica na sua quitanda através de uma ligação feita a partir da Cooperativa causando mal estar entre os produtores que estavam se mobilizando com um abaixo assinado o qual também continha as sinatura dos produtores de outras localidades vizinhas, onde re

ivindicavam que a COBER estendesse a rede elétrica passando próxima às residências. Como os produtores não desejavam se contrapor frontalmente à liderança local e seu dirigente máximo, colocaram para os técnicos a sua desaprovação e pediram para que os mesmos intercedessem junto ao presidente para que ele retirasse a ligação uma vez que a mesma estava beneficiando um indivíduo enquanto os não beneficiados estavam pagando as despesas pois a mesma era contabilizada no gasto de luz da Cooperativa. Durante a reunião semanal o assunto foi abordado e colocado enquanto privilégio de uma pessoa em detrimento das demais, os quais apesar de discordarem não desejavam externar a discordância publicamente requerendo assim o uso da tática do "cala consente", ou seja, aqueles produtores que ficassem calados consentiam na retirada da ligação e aqueles que falassem estariam contrários à retirada da ligação; como ninguém se pronunciou por unanimidade a ligação foi retirada.

Percebendo que não poderia utilizar a Cooperativa para satisfazer os seus propósitos individuais, o presidente resolveu reativar e reaparelhar ( ) sua casa de farinha com equipamentos mecanizados buscando com isso não só concorrer com a Cooperativa no âmbito da produção de farinha, mas também tentar refazer sua liderança canalizando-a para o seu projeto pessoal num empreendimento onde ele participasse sozinho, pois na Cooperativa ele teria que enfrentar a liderança do outro grupo de associados e dos técnicos do projeto.

Além do presidente da Entidade, os outros produtores também conseguiram através do fornecimento regular de raízes, ao longo de quase um ano de funcionamento da casa de farinha da Cooperativa, uma acumulação limitada em relação aos demais produtores os quais em razão da reduzida área cultivada (3-4 tarefas) com mandioca não tinham condições de suprir com regularidade a unidade de processamento, ficando à espera da Cooperativa para que esta comprasse as raízes e as dividisse entre eles.

Logicamente que a introdução de uma casa de farinha mecanizada com capacidade de processamento superior à produção dos associados aliada à garantia de mercado, colocava os produtores numa situação cíclica de fazer farinha para vender à COBAL, ab-

sorvendo-os de tal forma que somente a muito custo se conseguia discutir assuntos relacionados a organização comunitária, problemas de cada família e melhorias sanitárias; o único móvel que estava conseguindo unificá-los era a discussão em torno de temas eminentemente produtivos a exemplo da melhor maneira de se comprar raízes nas zonas produtoras e de como se obter melhores preços para a farinha. Captando muito bem o momento em que o progresso técnico deslocava o processo de organização e participação dos produtores em favor dos aspectos relacionados à produção material, uma produtora presente à reunião desabafou: "Minha gente, vocês não podem só viver interessado em dinheiro". Certamente, era necessário que os produtores voltassem a se interessar por questões que não dissessem respeito "somente a dinheiro" mas também àquelas que trouxessem benefícios às suas famílias.

Neste âmbito vinha sendo implementada a campanha do filtro <sup>(106)</sup> pelo Comitê de mulheres e jovens que discutiam com as famílias dos produtores acerca da importância do filtro numa comunidade como Sapezinho onde se verificava uma grande incidência de esquistossomose. Depois de aceita a idéia por parte das famílias dos produtores utilizou-se o mesmo caminhão que levava a farinha para a COBAL naquela semana para que o mesmo retornasse transportando <sup>(107)</sup> os filtros para a Cooperativa. A entidade adquiriu com recursos provenientes da taxa de administração, 20 filtros a um custo total de Cr\$16.000 para serem distribuídos entre 20 associados na forma de Consórcio, cujo sorteio seria efetuado nas reuniões semanais comprometendo-se o associado a saldar a dívida no prazo máximo de 16 semanas através do pagamento de Cr\$50/semana perfazendo o custo unitário total de Cr\$ 800.

---

(106) Última ação não produtiva estimulada pelo técnico de campo do CEPED antes de sair da área em 17.03.81.

(107) Considerando que os caminhões retornavam vazios a Cooperativa, por medida de economia, solicitou que o motorista aproveitasse e trouxesse os filtros sem ônus para a entidade. Porém, antes da solicitação o Presidente havia instruído o proprietário do caminhão, cunhado de seu filho a cobrar o frete de volta. Quando a proposta foi colocada para os produtores, estes a rejeitaram.

Em meio a toda essa situação, os técnicos do INAN chegavam a Sapezinho munidos de um programa complementar, o qual deveria ser implementado antes do CEPED deixar o Projeto, apesar da importância do referido programa na identificação dos problemas relacionados à área de saúde, produção agropecuária e Cooperativismo, a forma de solucioná-los estava eivada de flagrante paternalismo expresso na "doação, por parte do projeto, de cal, lenha, sabão, vasilhames, roupas, sapatos e alimentos como leite (inicialmente 40 L/dia) arroz (35 Kg/dia ou de acordo com as necessidades), feijão (27 Kg/dia, seguindo os mesmos critérios do arroz), para melhorar a situação dos mais necessitados de acordo com o mínimo desejável" (108)

Tendo sido solicitado a opinar a respeito da implementação das referidas propostas o técnico de campo do CEPED discordou da idéia argumentando que os produtos ao invés de serem doados poderiam ser postos à venda aos associados, através da Cooperativa, a preços abaixo do preço de mercado a exemplo dos filtros, pois a distribuição gratuita ia de encontro aos objetivos do projeto, coordenado pelo próprio INAN, onde os produtores tinham acesso aos alimentos e vestuário por intermédio da renda auferida com o emprego do trabalho familiar; além disso foi lembrado aos referidos técnicos que tal proposta não só representava um retrocesso nos trabalhos de organização comunitária ora desenvolvidos como também contradizia na prática tudo que havia sido discutido junto aos produtores no tocante à expectativa destes diante do projeto, onde era sempre colocado que eles não receberiam nada "de mão beijada" e pagariam tudo com seus próprios esforços.

O autor da proposta sentiu-se melindrado pelas colocações do técnico e numa atitude de flagrante compartimentalização da ciência, referindo-se ao técnico colocou "seu trabalho enquanto agrônomo consiste em dar orientação aos associados sobre o plantio de mandioca e não em ficar se envolvendo com a organização dos produtores". Com a persistência do impasse a nível de campo, os técnicos do INAN levaram o problema para a Coordenação do Projeto, em Camaçari, onde após o relato do ocorrido em Sapezinho, os técnicos do CEPED colocaram que tomando-se

---

(108) Vide INAN. Projeto "Módulo Agroindustrial de Mandioca". Distrito de Sapezinho. São Felipe-Bahia. CONCEIÇÃO, A.J. Programa Complementar. S.d. pág. 7 e 10.

como base as características do trabalho desenvolvido na Comunidade até aquele momento, a proposta que mais se adequava era aquela formulada pelo técnico de campo, ou seja, a venda dos produtos a preços módicos por parte da Cooperativa. Como os técnicos do INAN não concordaram com a idéia, os produtos não chegaram a Sapezinho deixando de se constituir numa alternativa mais econômica para os associados.

A divergência entre o órgão executor e o coordenador do projeto, revelava a existência de duas formas diferenciadas no tocante à condução dos trabalhos, onde o primeiro através dos técnicos de campo favorecia o exercício da participação dos produtores a fim de que eles reivindicassem suas necessidades básicas ao tempo em que esperava que o desenvolvimento destas ações desembocasse posteriormente numa prática auto-gestionária por parte dos produtores. O mesmo não acontecia com o INAN que ao invés de estimular os produtores para lutarem pela resolução de seus problemas, recorria à prática ortodoxa da distribuição de alimentos, talvez como um sucedâneo à reivindicação de mais terras, exigida pelos produtores.

Embora o CEPED houvesse negociado sua presença no projeto por mais seis meses (até junho/81), utilizou parte deste tempo na tentativa de ajustar a produção industrial a área gerencial ao tempo em que a nível externo, buscava a participação de outras instituições como o MOBRAL na área de educação comunitária, PRODECOR para a instalação de um mini posto de saúde na Comunidade, CEDIN na área de treinamento gerencial, CNPq para implantação de biodigestor, EMBRAPA na área de sistemas de produção e agricultura orgânica e EMBRATER que se encarregaria da assistência técnica aos produtores e coordenação do projeto após a saída do CEPED. Durante os contatos mantidos com os diretores das referidas instituições, estes mostravam-se dispostos a participarem do projeto contudo, no momento das ações concretas verificou-se apenas duas visitas à área por parte dos técnicos do MOBRAL e posteriormente, uma visita dos técnicos da EMATER-BA acompanhados pelos colegas do INAN e do CEPED, oportunidade onde se discutiu a respeito da situação e estágio do projeto bem como a possibilidade da equipe de campo do CEPED vir a ser absor-

vida pelo sistema EMBRATER a partir de abril de 1981.

As negociações visando o envolvimento de outros órgãos fracassou totalmente, fato que não se constituía em surpresa pois muitas das instituições contactadas colocaram implicitamente desde a fase de negociação do projeto, restrições à execução do mesmo por parte do CEPED. Seguindo uma visão setorializada suas diretorias achavam que o projeto deveria ser executado por cada uma delas pelos mais variados motivos, senão vejamos: uma, por vislumbrar no projeto somente as ações concernentes à assistência técnica a produtores de mandioca e por ser o órgão executor dos projetos do INAN no Estado e a outra, face a existência de uma entidade voltada para a pesquisa em mandioca, a nível nacional. Por incrível pareça, um outro programa integrante do próprio CEPED tentou tomar do Programa de Agroindústria a execução do projeto por se achar com um perfil mais apropriado em razão de desenvolver ações educativas e organizacionais.

Tais restrições se traduziriam mais tarde numa participação esporádica nas ações desenvolvidas pelo projeto; por outro lado cada instituição desenvolvia uma política própria guardando vinculações a nível nacional fato que contribuía para tornar difícil a presença efetiva das mesmas num projeto que estava sendo executado por outro órgão e em consequência disto os louros do sucesso não seriam capitalizados por eles.

Esgotadas todas as possibilidades tentadas pelo CEPED, os trabalhos junto à comunidade foram desativados no dia 17.03.81 com a saída do técnico de campo. Daquela data em diante até o término do Convênio, o CEPED prestava assistência aos produtores através de visitas esparsas onde tratava da manutenção e aquisição de equipamentos, procedimentos tecnológicos e implantação do modelo de gestão.

Na realidade o CEPED deixava a área no momento em que os efeitos iniciais da sua intervenção começaram a se evidenciar tanto a nível interno (Sapezinho) como externamente (São Felipe e região).

Com efeito, a introdução de uma casa de farinha mecaniza

da vinha provocando alterações no sistema de processamento municipal através do surgimento de novas casas de farinha e do reaparelhamento das unidades de processamento existentes as quais sofreram mudanças significativas nos seus instrumentos de produção, notadamente no desintegrador, esfarelador e fornos, buscando com isto competir com o módulo em igualdade de condições.

Somente para dar uma idéia, em termos quantitativos, a respeito do efeito multiplicador desencadeado pelo projeto já se encontravam em funcionamento no Município 8 casas de farinha mecanizadas. Vale salientar que o surgimento das unidades de processamento mecanizados foi estimulado, avalizado e até mesmo bancado pelos intermediários e representantes do poder local que se apropriaram da nova tecnologia mediante recursos próprios e/ou empréstimos do Banco do Brasil, Agência Cruz das Almas.

Da forma como os fatos estavam acontecendo, deixava transparecer que a intervenção do Estado ao tornar patente as virtudes do progresso técnico também criava as condições (financiamentos do Banco do Brasil) para que a iniciativa privada local (o padre e outros) se apropriasse dos frutos da inovação tecnológica da maneira que lhes conviesse.

Para a Cooperativa que já vinha enfrentando o boicote dos intermediários no tocante ao suprimento de raízes, o surgimento das novas unidades de produção dotadas de uma maior capacidade de processamento em relação às existentes ocasionaria sérios transtornos no ritmo de trabalho da unidade de processamento da entidade face ao crescimento da concorrência na compra da matéria prima das zonas produtoras.

Ao nível da organização dos produtores, esta também começava a experimentar algumas mudanças, notava-se no início da implantação do projeto que era bem marcante a evidência de laços de solidariedade vicinal<sup>(109)</sup> entre as famílias de Sapezinho, laços estes reforçados pelas relações de parentesco e compadrio. Havia a troca de dias nas roças, o mutirão e o empréstimo de di

(109) Para uma visão mais completa acerca do movimento do capital no campo e seus efeitos sobre os mecanismos de solidariedade vicinal, ver GNACCARI NI, José César-Latifúndio e Proletariado. S. Paulo, Ed. Polis, 1980, Cap. 3.

nheiro em casos emergenciais, mas com o surgimento da Cooperativa tais laços experimentaram uma significativa diminuição face ao processo de individualização em curso entre os produtores expresso nos conflitos anteriormente mencionados e pela recusa de alguns produtores que habitualmente emprestavam recursos aos menos aquinhoados colocando que estes deveriam buscar empréstimos junto à Cooperativa.

Com isto o processo de organização dos produtores que havia inclusive transcendido os limites impostos pelo Estado, através da utilização da Cooperativa enquanto um instrumento de luta dos produtores, começava a ceder lugar para a face empresarial da Cooperativa em função do sucesso obtido com a introdução do progresso técnico.

Será num contexto de mudanças que terá início o segundo momento da intervenção do Estado, momento este marcado pela saída do órgão executor da área, mudanças na diretoria da Cooperativa e pela tentativa do órgão coordenador no sentido de desenvolver os trabalhos de execução.



### CAPÍTULO III

#### FASE AUTORITÁRIA (ACUMULAÇÃO)

No capítulo anterior resgatamos a nossa vivência através do histórico da intervenção do Estado na localidade de Sapezinho destacando a busca de apoio por parte deste com vistas à consecução dos seus objetivos junto ao poder local e lideranças comunitárias, os conflitos registrados entre os interesses em jogo, a organização dos produtores em torno de uma cooperativa e os efeitos iniciais da referida intervenção através do progresso técnico ocasionando mudanças a nível de comunidade e de município.

No presente Capítulo pretendemos dar conta das mudanças na diretoria da Cooperativa bem como na postura do Estado e seus reflexos junto aos produtores de Sapezinho.

Para o cumprimento dos objetivos propostos, utilizaremos informações colhidas junto aos produtores através de pesquisas de campo realizadas nos anos de 1983 e 1985<sup>(110)</sup>, nas quais tentamos captar as mudanças imprimidas pelas diretorias da Cooperativa e pela postura do Estado no processo de organização dos produtores bem como evidenciar os reflexos do progresso técnico na produção regional de farinha.

---

(110) As informações referentes ao ano de 1983 são resultantes de uma pesquisa de campo compreendendo 15 dias do mês de janeiro, junto a 16 produtores de Sapezinho, para a disciplina Prática de Pesquisa. Quanto ao trabalho realizado em 1985, este foi realizado no mês de junho com duração de 8 dias constando de entrevistas junto a 10 produtores de Sapezinho dentre estes os dois ex-presidentes e o presidente atual da Cooperativa, 4 proprietários de casas de farinha mecanizadas, o ex-prefeito de São Felipe, o supervisor da carteira agrícola do Banco do Brasil, gerente do Itaú e técnicos da EMATER-BA, além do exame das atas da Cooperativa.

## Nova Diretoria e Mudanças na Gestão da Entidade

No dia 30 de março de 1981, em Assembléia Geral Extraordinária apresentaram-se duas candidatas à presidência da Cooperativa e ao fim da votação uma das candidatas foi eleita com 13 votos de vantagem sobre a outra concorrente.

Como o momento eleitoral colocava em destaque, mais uma vez, as divergências entre os dois grupos mais fortes da comunidade na luta pela condução dos trabalhos na Cooperativa, faremos uma breve apresentação das duas candidatas bem como dos seus ca bos eleitorais.

1. A candidata derrotada era pequena proprietária (2,5 tarefas cultivadas juntamente com a mãe); Secretária da Cooperativa na gestão anterior, vizinha do ex-presidente da Cooperativa e apresentada pelo grupo deste à presidência.
2. A Presidente eleita liderou o grupo que apresentou o candidato derrotado na eleição anterior. Professora aposentada, vereadora do MDB, ligada à Igreja tendo inclusive participado de curso versando sobre treinamentos de líderes rurais, promovido pelo Movimento de Educação de Base. Fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe em cima da luta con tra a expulsão dos rendeiros da terra, ministrou curso sobre os direitos do trabalhador nas comunidades de Terrão e Genipapo. Prestou uma ajuda inestimável ao projeto na sua fase de implantação estimulando os demais produtores a participarem das reuniões iniciais. Antes mesmo do início dos trabalhos de organização comunitária ela já realizava reuniões com os produtores; saía nas residências de Sapezinho pedindo que o pessoal recebesse bem a técnica do projeto, acompanhou os técnicos nos trabalhos de pesquisa para o documento "Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho", liderou um grupo de produtores, em 23.03.79, para a compra dos primeiros 163 sacos de adubos num município vizinho, chegou a trabalhar no mutirão para a construção do prédio como estratégia para atrair as mulheres da comunidade e também viabili zou a reunião de 20.09.79, entre os técnicos do projeto e o

poder local. No processo eleitoral contou com a simpatia do CEPED e do INAN.

Ainda no início de abril verificaram-se uma série de mudanças que iniciaram com a saída do gerente anterior e sua imediata substituição por parte do CEPED, através da contratação de outro técnico, a avaliação dos resultados alcançados com o modelo de gestão vigente na COMASFE e sua substituição por um modelo de gestão ainda de caráter intermediário, trazendo algumas alterações <sup>(111)</sup> em relação ao anterior, as quais consolidadas permitiriam a implantação do modelo de gestão em bases empresariais, três meses depois. O novo modelo de gestão encerrava o seguinte conjunto de propostas no tocante à raiz adquirida pela Cooperativa e a raiz fornecida pelo cooperado, proveniente de sua plantação

#### "A - Raiz adquirida pela Cooperativa

##### 1. Aquisição da matéria prima

A aquisição será realizada pela Cooperativa, diretamente, com capital de giro próprio, CFP, CEPED, INAN, BNCC, Banco do Brasil e Banco ITAÚ.

##### 2. Processamento

O pessoal encarregado do processamento será fixo, com pagamento mensal, existindo escala para a produção de goma e raspagem da raiz, cujos encarregados receberão mensalmente. Esta escala de trabalho deverá beneficiar, preferencialmente, as famílias mais pobres.

---

(111) Na fase de processamento, os operadores passam a ser assalariados fixos, limitando-se o associado ao acompanhamento desta etapa ao invés da participação exercitada anteriormente. A Cooperativa proíbe, por dispositivo de lei, que os associados adquiram raízes de terceiros e se propõe a comercializar além da farinha, a raspa beneficiada (ração) e a goma.

### 3. Comercialização

Este item estará sob a responsabilidade direta do gerente da Cooperativa, os produtos obtidos serão vendidos, preferencialmente, mediante acordo de fornecimento, aos seguintes clientes: COBAL, Supermercados, Atacadistas de São Felipe, Feira de São Felipe, etc...

### 4. Remuneração/Administração

A farinha, a goma e as raspas (transformadas em ração) serão negociadas diretamente pela Cooperativa. O lucro dessa operação só será repassado aos associados mediante a distribuição proporcional das sobras na forma prevista nos estatutos.

## B - Raiz fornecida pelo produtor

### 1. Aquisição da matéria prima

A Cooperativa receberá a matéria prima dos Cooperados, remunerando-os a preço fixo do dia. Efetuar-se-ão adiantamentos e/ou pagamentos semanais aos produtores. Será utilizado critério de seleção por qualidade de matéria prima.

### 2. Processamento

De inteira responsabilidade da Cooperativa.

### 3. Comercialização

Estará sob a responsabilidade direta do Gerente da Cooperativa, os produtos obtidos serão vendidos, preferencialmente, mediante acordos de fornecimento, aos seguintes clientes: COBAL, Supermercados, Atacadistas de São Felipe, Feira de São Felipe, etc...

#### 4. Remuneração/Administração

O produtor receberá mensalmente um adicional sobre o "preço do dia", calculado sobre o lucro obtido na comercialização dos produtos. Este lucro calculado descontando do valor de venda dos produtos, o custo da matéria prima, mais 25% do faturamento em farinha".<sup>(112)</sup>

O novo modelo de gestão trazia mudanças profundas na administração interna da Cooperativa considerando o emprego de trabalho assalariado na entidade através da contratação de 5 operadores e 01 encarregado da produção, todos com carteira assinada; o associado passava a entregar as raízes de sua roça ao encarregado e ao final do processamento recebia da Cooperativa um "ticket" contendo a produção final da farinha; o aumento da taxa de Administração para 25% já computados todos os gastos.

Juntamente com a proposta de implantação do novo modelo de gestão foram deflagradas outras ações a exemplo do convênio PROCAB-INAN (Programa de Compra de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda) com a COBAL mediante o qual a Cooperativa além de vender sua produção passava também a comprar a farinha produzida pelos pequenos produtores da área, colocação de uma máquina empacotadora na Cooperativa por parte da COBAL, com emprego de 05 assalariados-diaristas, promessa de aumento do número de equipamentos existentes na unidade de processamento, discussões para instalação de horta na Cooperativa, proposta de compra do terreno para os cooperados, treinamento para os operadores e a aquisição de uma descascadeira mecânica.

Ante o avultado número de ações, os produtores procuravam emitir suas opiniões discordando da venda das raízes e também da contratação dos operadores alegando que a primeira operação impedia que eles soubessem do rendimento final das raízes entregues uma vez que elas eram processadas conjuntamente; quanto à segunda eles propunham continuar operando as máquinas alegan-

---

(112) CEPED - Projeto Módulo Mandioca - Gestão - Administração Interna da Cooperativa. Abril/81. Págs. 1 a 4.

do que além do pagamento dos operadores se tornar muito oneroso, eles trabalhavam melhor que os operadores. Apesar das divergências apresentadas pelos associados o modelo de gestão foi mantido para que os devidos ajustes se processem ao longo do tempo.

Com relação à introdução de um descascador mecânico, esta medida visava mecanizar a única etapa que ainda era realizada com o concurso do trabalho manual. Vale aduzir que ainda na fase de reconstituição do processo tecnológico de fabricação da farinha, os técnicos do CEPED haviam promovido testes com um descascador mecânico<sup>(113)</sup> na região cacaeira, tendo desistido de introduzi-lo em Sapezinho face à necessidade de acabamento manual para a remoção de parte das entrecasas das raízes em função de mudanças na coloração final do produto, fato que refletiria nos preços pagos pela farinha.

Naquele momento a proposta de aquisição do descascador mecânico era vista pelos técnicos do projeto como uma forma de reforçar o modelo empresarial vigente na unidade de processamento embora tenha sido apresentada aos associados como "alternativa para reduzir o tempo gasto na raspagem e aliviar (dar descanso) às raspadeiras". Os produtores cientes de que a escolha recairia sobre um descascador existente na casa de farinha do padre, e também sabedores de sua performance<sup>(114)</sup> condicionaram a

---

(113) Este descascador tinha capacidade de processar 1.200 Kg de raízes em 45 minutos, embora requeresse acabamento manual via emprego de 10 raspadeiras aumentando o tempo para 3:45 horas. A mesma quantidade de raízes e mão de obra com emprego do trabalho manual gastaria um tempo de 5 horas e sem riscos de comprometimento da qualidade final do produto. A este respeito ver CEPED/PROAGRO-Projeto Experimental Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. NETTO, J. Carvalho, Op. Cit., págs. 45/6.

(114) A história deste descascador era sobejamente conhecida pelos associados, tendo sido confirmada em entrevista realizada com o sobrinho do Padre, a qual pode ser resumida da seguinte forma: A casa de farinha do Padre fornecia farinha para o maior intermediário do Município, o qual abastecia a rede de Supermercados Paes Mendonça, muito exigente em relação à qualidade do produto. Quando o intermediário soube da introdução do equipamento naquela unidade de produção sentenciou "se vocês continuarem fazendo farinha usando o descascador eu não compro mais, porque ele dá uma farinha escura e Paes Mendonça não aceita". Ante a Advertência a máquina foi desativada. Algum tempo depois o sobrinho do

aceitação da proposta a realização de um teste para que eles a ferissem o desempenho, "caso desse resultado eles concordariam!" Mas ao invés de verificar o funcionamento do descascador juntamente com os sócios a presidente juntamente com o gerente foram à casa de farinha do padre e depois de assistirem ao desempenho do equipamento decidiram comprá-lo. Ao ser colocado em funcionamento na Cooperativa, o descascador teve uma performance desastrosa, tendo sido desativado. Segundo um associado quando a máquina terminava de descascar "a mandioca ficava toda azulada".

Este episódio tornou-se bastante ilustrativo para mostrar que estava havendo um retrocesso no tocante às experiências tecnológicas levadas a cabo pelo CEPED anteriormente, os quais acabaram sendo copiados pelas outras casas de farinha, e a experiência presente onde os testes realizados com o maquinário, em duas ocasiões não foram suficientes para evitar que o equipamento necessitasse ser adquirido para poder se revelar inviável.

Desta maneira a Cooperativa além de servir de "cobaia" para uma experiência cujos resultados eram previamente conhecidos acabou experimentando um prejuízo significativo. Por outro lado servia também para evidenciar a postura concentradora da Presidente da Cooperativa, pelo fato da mesma não ter levado em conta a proposta dos associados.

A presidente da Cooperativa apesar de bem intencionada conforme relato sobre sua atuação no projeto, talvez em razão de sua visão religiosa achava que a Cooperativa deveria atuar enquanto uma casa de caridade e empresa ao mesmo tempo, devendo o Estado ajudar à pobreza aceitando tudo que ela fizesse. Tal estratégia era garantida pelo controle financeiro e até mesmo gerencial exercido por ela na Cooperativa aliada à tomada de decisões quase sempre de forma individual, restringindo assim a participação dos associados.

---

padre falou com a presidente da Cooperativa e vendeu a máquina por Cr\$100.000, a qual havia sido adquirida por Cr\$40.000. No tocante à relação cliente X qualidade da farinha ele se pronunciou colocando que "para a Cooperativa/Cobal a farinha feita com o auxílio do descascador era aceita, para Paes Mendonça não era aceita".

Dentro dessa lógica a Cooperativa não dispunha de uma escala para a aquisição de raízes levando em conta o limite máximo da capacidade instalada de sua unidade de processamento, ocorrendo dias em que a mesma já estava completa e chegava um caminhão carregado com mais de 6.000 Kg de raízes; quando o gerente colocava que não poderia receber, o caminhoneiro dizia que "foi a presidente quem mandou." Resultado, as raízes que já vinham com processo de deterioração iniciado, tornavam-se ainda mais deterioradas em razão da permanência no pátio da Cooperativa de um dia para o outro e quando eram processadas, segundo um associado "produziam uma farinha danada de escura." Com relação à farinha adquirida de terceiros por parte da Cooperativa, esta era muitas vezes de péssima qualidade, vindo a causar alguns transtornos na relação da Cooperativa com a COBAL. Entrevistada sobre a questão, a então Presidente afirmou que "examinava a farinha, mas como a COBAL não exigia muito...". Segundo um associado "ela achava que o governo devia aceitar qualquer tipo de farinha".

Ainda com relação à qualidade da farinha produzida pela Cooperativa, os associados além de atribuírem o fato à ausência de controle por parte da presidente da Cooperativa também culpavam os operadores afirmando que eles não tinham compromisso com a tarefa, fazendo uma farinha queimada". O problema foi discutido na reunião quinzenal de 21.09.81, tendo os associados deliberado que os operadores com carteira assinada passariam a ganhar por produção.

Tal deliberação também satisfazia, em parte, outra queixa dos produtores os quais diante da irregularidade verificada no suprimento de matériaprima para a Cooperativa alegavam que "na maioria das vezes tinha muito operador para pouca raiz", tornando oneroso o processo de fabricação da farinha principalmente quando as raízes eram provenientes das roças dos associados.

A irregularidade verificada no suprimento de matéria prima para a Cooperativa, trazia sérios obstáculos à operacionalização do Modelo empresarial vigente na entidade cujo êxito dependia do fornecimento regular de raízes o qual por sua vez asseguraria a regularidade da jornada de trabalho evitando assim



períodos de ociosidade da força de trabalho alocada. Dentre os fatores determinantes desta irregularidade temos a própria estrutura agrária de Sapezinho e São Felipe aliada a um contexto marcado pela concorrência acirrada entre as várias casas de farinha mecanizadas surgidas no município, na luta pela obtenção da matéria prima para transformação. Em semelhante situação "quanto mais mecanizado o processo de transformação da produção agrícola, mais dependente se torna da estrutura agrária fornecedora de matéria prima. Se a produção de matéria prima é limitada por uma estrutura agrária que tinha capacidade também limitada de fornecimento, quanto maior for a capacidade de transformação de bens agrícolas, maiores serão as descontinuidades da jornada de trabalho (...). A descontinuidade se instaura exatamente porque a força é exterior ao ser humano e a capacidade de transformação é maior que a capacidade de suprimento da matéria prima" (115). Como a Cooperativa ainda não havia buscado uma alternativa para enfrentar o problema de fornecimento de raízes ela acabava deixando em segundo plano o auto-abastecimento de farinha para desempenhar o papel de comprador de farinha produzida nas outras unidades de produção correndo o risco de transformar-se, conforme observação do ex-presidente "num depósito de farinha", situação que conflitava com os objetivos do projeto e razão de ser da própria entidade que tinha na produção de farinha seu principal sustentáculo e um dos elementos geradores de renda para os associados.

Ciente de que a persistência desta situação resultaria em sérios prejuízos para o quadro de associados (116), principalmente aqueles que dispunham de pouca ou nenhuma terra e diante da necessidade de que a Cooperativa dispusesse de uma alternativa

(115) AGUIAR, Neuma - Tempo de Transformações no Nordeste. Petrópolis, Vozes. Pág. 20. 1980.

(116) Atendendo as ponderações dos associados, a Cooperativa havia promovido alterações na taxa de administração baixando-a de 25% para 20% quando as raízes fossem adquiridas pela entidade e 15% quando fossem provenientes da roça do produtor. Além disso a Cooperativa voltou a comprar raízes e fornecê-las aos associados, expediente que conflitava com o que era preconizado pelo Modelo de Gestão vigente.

própria no tocante ao suprimento de raízes, fato que se constituiria num trunfo extraordinário ante o quadro de concorrência vigente, a presidente da Cooperativa consultou o técnico do INAN a respeito da proposta de aquisição de um terreno para a Cooperativa e este a orientou colocando "dê um balanço na Cooperativa e utilize o recurso da segunda parcela do PROCAB, depois responha-a". Conforme se verificará posteriormente, não se sabe ao certo se o balanço foi efetuado, pois o que mais significava naquele momento era a concordância do INAN, e a Cooperativa acabou adquirindo 117 tarefas (50 ha) com as quais pretendia alocar 23 famílias de associados.

A operação de compra e revenda de farinha à COBAL, vinha propiciando uma receita significativa à Cooperativa <sup>(117)</sup> cujos recursos foram canalizados ainda na primeira gestão da presidente atual para a ampliação da capacidade instalada da Cooperativa através da aquisição de 2 fornos, 01 prensa hidráulica, 01 peneiradeira, 01 moinho (para processamento de caroços), para a compra de um cofre e de um veículo. Sobre o processo de aquisição de veículo, os associados discutiram, conforme ata da reunião de 02.08.82 e depoimentos dos mesmos, a necessidade de comprar um caminhão de porte médio para ser utilizado no transporte das raízes adquiridas nas áreas vizinhas e também da futura produção do terreno recém adquirido, o qual distava 6Km da Cooperativa, mas para desagrado dos produtores a presidente da Cooperativa adquiriu um Chevette, o primeiro de uma série de 3 carros esporte comprados pela entidade, os quais supririam uma pequena parte dos serviços requeridos pela Cooperativa.

Estas ações marcam o final da primeira gestão da Presidente da Cooperativa, a qual no seu decorrer apresentou dentre outros fatos dignos de nota <sup>(118)</sup> um bom desempenho financeiro a partir do advento do PROCAB, apesar da desorganização gerencial da entidade com a presidente acumulando também as funções de gerente, e um enfraquecimento no processo de participação dos pro

(117) Chegou a ocorrer dias em que saíam da Cooperativa 6 caminhões carregados de farinha.

(118) Rotatividade de gerentes com a participação de 4 na primeira gestão, aumento do número de associados de 41 para 100, a Presidente passou a perceber 2 salários mínimos mensais (Cr\$28.800) da Cooperativa e os demais membros da diretoria Cr\$500/reunião.

dutores.

### Gestão 82/83 e Conflito Estado X Produtores

O exame da ata da reunião de 11.03.82, vinte dias antes da expiração do mandato da diretoria atual, deixa claro o interesse inicial do INAN na continuidade da então presidente para a gestão subsequente no momento em que um dos técnicos colocou o assunto para os produtores nos seguintes termos: "Precisamos ver o problema da diretoria, se prorroga o mandato da atual presidente ou se vocês vão apresentar outra diretoria". Segundo a presidente quando o INAN a consultou, ainda na primeira gestão, a respeito da sua continuidade no exercício seguinte ela se pronunciou colocando "que não desejava mais labutar com a Cooperativa". Ante a recusa, o técnico do INAN fez com que ela mudasse de idéia condicionando "se a senhora sair, o INAN também sai (do projeto)". Mas apesar das predileções do INAN a maioria dos produtores se inclinava pela indicação de outro candidato. Buscando reverter a tendência reinante entre os produtores, o INAN recorreu e obteve junto ao CEPED, o deslocamento dos técnicos para Sapezinho objetivando com isto fazer com que a liderança destes entre os produtores fosse canalizada para a manutenção da então presidente na Cooperativa. Assim sendo os técnicos passaram a semana anterior ao processo eleitoral, indo nas residências dos produtores colocando que os mesmos "deveriam votar na presidente atual pois caso isto não ocorresse, o INAN retiraria o dinheiro do PROCAB". O processo intimidatório patrocinado pelo Estado perante a comunidade também contou com a participação do recém chegado gerente da Cooperativa, trazido de Brasília pelo técnico do INAN. Apesar da pressão uma boa parte dos produtores não abriu mão de suas posições e na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 31.03.82 foram apresentados dois candidatos à presidência da Cooperativa.

1. O primeiro candidato era a atual Presidente da Cooperativa apoiada pelo seu grupo, pelos técnicos do CEPED, INAN e Gerente da Cooperativa.

2. O segundo candidato era um jovem e inteligente pequeno proprietário que cultivava 5 tarefas proveniente de herança juntamente com suas irmãs casadas; em razão da insuficiência de terras desenvolvia outras atividades como: acompanhar trabalhadores rurais doentes para o FETAG/Ba, em Salvador, onde era expedida a guia para internamento dos produtores sindicalizados, providências com relação aos funerais em casos de morte e comercializava farinha, amendoim e inhame noutros mercados, inclusive no mercado de Salvador. No tocante ao projeto, ele fazia parte dos 41 associados fundadores da Cooperativa, participou das atividades de aquisição de matéria prima, visitas às feiras livres de Salvador, participação nos encontros onde se debatiam problemas relacionados ao Cooperativismo, acompanhamento do transporte da farinha até a COBAL, contratação do caminhão para o transporte de farinha e raízes, etc. O candidato em questão era apoiado pelo grupo do ex-presidente da Cooperativa e pelo conselheiro da gestão que estava financiando.

Momentos antes da votação, os técnicos do CEPED chamaram os produtores e repetiram as advertências as quais mais uma vez não alcançaram o resultado esperado pois ao fim da apuração o segundo candidato venceu<sup>(119)</sup> as eleições que em seguida foram anuladas sob o argumento de ter ocorrido "irregularidade na votação" explicada pelo súbito aparecimento de um voto a mais em relação ao número total de votantes.

Os produtores ficaram indignados e o ex-presidente da Cooperativa afirmou: "Vou para Salvador dar queixa ao INCRA sobre essa anulação" mas em razão da intercessão do prefeito pedindo para que ele desistisse da idéia, o ex-presidente abandonou o seu intento.

O episódio das eleições significou um momento de enfrentamento entre os interesses de uma parte dos produtores e os in-

(119) Embora os produtores sejam unânimes quanto à vitória do segundo candidato, a divergência persiste quanto à diferença de votos do candidato vencedor. Alguns produtores colocam que a vantagem foi de 1 voto e outros colocam que foi de 3 votos. O número total de votantes foi de 80 associados.

teresses do Estado, que conseguiu capitanear o apoio da outra parte dos associados para o seu projeto. Tentando evitar que o confronto ganhasse maiores proporções com possíveis desdobramentos verificou-se a providencial intercessão do representante do poder local que utilizou o seu prestígio diante dos produtores para harmonizar a situação.

Em relação ao CEPED, o episódio marcou um retrocesso na postura que a instituição tinha junto à comunidade, sempre pautada pelo estímulo à participação dos produtores no sentido de que eles reivindicassem junto aos órgãos do Estado seus direitos básicos e de assistência econômica e social. A mudança verificada na Coordenação do Programa executor do Projeto, no início de 1981, por si só não explica a alteração na postura do CEPED, mas é bastante significativa para evidenciar que a assensão de um Coordenador oriundo de outro programa e sem a devida formação para participar de um projeto como este e cujo papel de coordenador era exercido autoritariamente tendo inclusive sido responsável pela demissão consumada<sup>(120)</sup> de 5 técnicos do programa, trazia profundos reflexos na participação do órgão no projeto.

Conforme realçado no capítulo anterior, o CEPED apesar de ser coordenado pelo INAN se balizava por uma postura própria tendo em várias oportunidades entrado em conflito com o mesmo no sentido de fazer prevalecer a sua orientação metodológica no projeto. Mas a partir de 1981 o quadro começou a mudar com a desativação dos trabalhos de campo, mudanças na coordenação passando o CEPED a prestar serviços em visitas esporádicas a Sapezinho, culminando com a postura de subordinação diante do INAN conforme atesta sua participação no referido episódio.

(120) No mês de abril de 1981, 9 técnicos subscreveram um documento dirigido à Diretoria do CEPED, onde era colocada a incompatibilidade existente entre o cargo e o Coordenador que o ocupava, fato que já vinha resultando em sérios desgastes para o PROAGRO (Programa de Agroindústria) e finalizava solicitando a substituição do Coordenador. A então Diretoria do Órgão resolveu encarar o fato como ato de indisciplina e tomou as seguintes medidas com relação aos 9 signatários: 2 técnicos foram mantidos, outro foi colocado à disposição de outro órgão; dentre os 5 técnicos demitidos, 1 foi reintegrado aos quadros da empresa por ser dirigente sindical, outro técnico não pôde ser demitido pelo fato de ter conseguido licença sem vencimentos para cursar o Mestrado em Sociologia

Retornando a questão da sucessão presidencial, doze dias após o Estado conseguir o seu intento com a realização de nova Assembléia Geral em 12.04.82 na qual foi assegurada a manutenção da Presidente no cargo, ou conforme consta na ata do referido dia, "em virtude de não haver chapas alternativas os associados acharam por bem conservarem a mesma diretoria".

Era evidente que a gestão anterior continuava na atual não só pela presença da Presidente mas sobretudo devido aos desdobramentos das ações desencadeadas na referida gestão, as quais repercutirão no desfecho verificado na Cooperativa.

### O Terreno e o Suprimento para a Cooperativa

O terreno da Cooperativa correspondia a uma área de 117 tarefas (51 ha) e foi adquirido pelo preço de Cr\$3.510.000, com recursos destinados à 2ª parcela do PROCAB. Depois de enfrentar as discordâncias dos produtores com relação à primeira seleção cujos critérios não contemplaram os associados mais carentes, o técnico do INAN e a Presidente da Cooperativa voltaram a selecionar produtores de acordo com os critérios reivindicados pelos associados e procederam o sorteio de 12 famílias de produtores destinando a cada uma delas 5 tarefas para serem cultivadas por tempo indeterminado, obrigando-se cada família a pagar à Cooperativa uma taxa de 10% sobre a produção total obtida anualmente. Vale aduzir que a Cooperativa com a compra do terreno acabou herdando uma situação pendente<sup>(121)</sup> e afeta ao proprietário anterior consubstanciada no caso dos 5 rendeiros que moravam na fazenda há mais de 12 anos. Antes da efetivação da compra ficou acertado que o proprietário resolveria a situação deles e a Cooperativa os manteria na terra enquanto associados, o que foi aceito

---

Rural, em Campina Grande. Tão logo tomou conhecimento do desfecho do caso, o técnico em questão manteve sua solidariedade aos colegas solidificando e conseguindo a demissão.

(121) Um dos motivos alegados pelos técnicos do INAN para a não aquisição deste terreno, na segunda metade de 1980, estava relacionado à questão dos rendeiros.

pelos rendeiros. Lamentavelmente a Presidente da Cooperativa e o técnico do INAN não tiveram a previdência de obter uma declaração por escrito do compromisso firmado oralmente com o proprietário. Concretizada a venda, sem que houvesse uma solução para o problema por parte do ex-proprietário, os rendeiros se recusaram a abandonar a parcela que ocupavam anteriormente (maior que 5 tarefas) e não mais se associaram passando a exigir indenização à Cooperativa, fato que acarretaria uma redução na área adquirida pela entidade bem como no seu suprimento de raízes.

O impasse com relação aos rendeiros que ocupavam mais de 20 tarefas, representava uma redução futura no suprimento de raízes para a unidade de processamento da Cooperativa, aliada à existência de 20 tarefas de área encharcada, mais uma outra parte situada em área acidentada contribuíram para limitar em 51% (122) as pretensões de auto abastecimento por parte da Cooperativa. Esta limitação foi o principal fator para a não alocação das 23 famílias anteriormente propostas, tendo este número baixado para 12 famílias, as quais iniciaram em março os trabalhos de preparo do solo culminando em junho/82 com o plantio das 60 tarefas cuja colheita estava prevista para junho a agosto/83.

Enquanto o terreno não produzia para minorar a dependência da Cooperativa, esta concorria com pelo menos 40 casas de farinha no Município na compra de raízes e também com as casas de farinha mecanizadas que estavam se instalando nas zonas produtoras, baseadas e influenciadas pela experiência levada a cabo em Sapezinho. Anteriormente, à época em que trabalhávamos no projeto, durante as viagens que empreendemos às regiões produto

---

(122) Caso os 51 ha (117 tarefas) fossem plantados com mandioca a uma produtividade de 12-ton/ha resultaria numa produção de 612 ton. de raízes/ano. Com as limitações a área de terreno reduziu-se para 26 ha (60 tarefas) dando uma produção de 312 ton./ha/ano de raízes representando 12,48% da quantidade de raízes requerida pela unidade de processamento da Cooperativa anualmente. Como também se estimava que os associados forneciam em torno de 625 ton. de raízes/ano, correspondente a 25% da capacidade instalada da unidade de processamento, a soma das raízes produzidas no terreno da Cooperativa com as raízes provenientes das roças dos produtores supririam 37,48% da demandada anual da unidade de processamento ficando ainda 65,52% da quantidade de matéria prima, dependente do abastecimento externo.

ras, observamos que a transformação da mandioca em farinha se baseava num sistema agroindustrial bastante rudimentar produzindo uma farinha de péssima granulação e bastante ácida; caso fosse posta à venda no mercado de São Felipe seria classificada, com muita parcialidade, como de 3ª qualidade. Apesar da mandioca nestes municípios<sup>(123)</sup> continuar ocupando um lugar secundário em relação à atividade pecuária e à cultura do cacau, com o aumento da demanda verificada em São Felipe ela passou a se constituir numa fonte de renda tanto para o pecuarista (através da venda das raízes e produção da farinha) como para o cacauicultor (através da venda das raízes). Caso os cacauicultores venham a seguir o exemplo dado pelos pecuaristas dos municípios de Planaltino e Maracás, que instalaram casas de farinha mecanizadas restringindo significativamente a oferta de raízes destas áreas para São Felipe, verificar-se-á o aumento do período de ociosidade das unidades de produção culminando com o fechamento de muitas casas de farinha<sup>(124)</sup>.

O quadro de concorrência acirrada repercutia com maior intensidade na Cooperativa pelo fato desta não dispor de veículo para o transporte das raízes e ter contra si a animosidade dos intermediários de farinha que mantinham vínculos com vários transportadores de raízes; quando aparecia um caminhão com raízes na Cooperativa, o mesmo já vinha procedente de outras casas de farinha e muitas vezes com as raízes em estado de deterioração. Na luta pela aquisição de raízes, a Cooperativa enfrentava o seguinte fluxo de intermediação desde a área produtora até S. Felipe, conforme diagrama na folha seguinte.

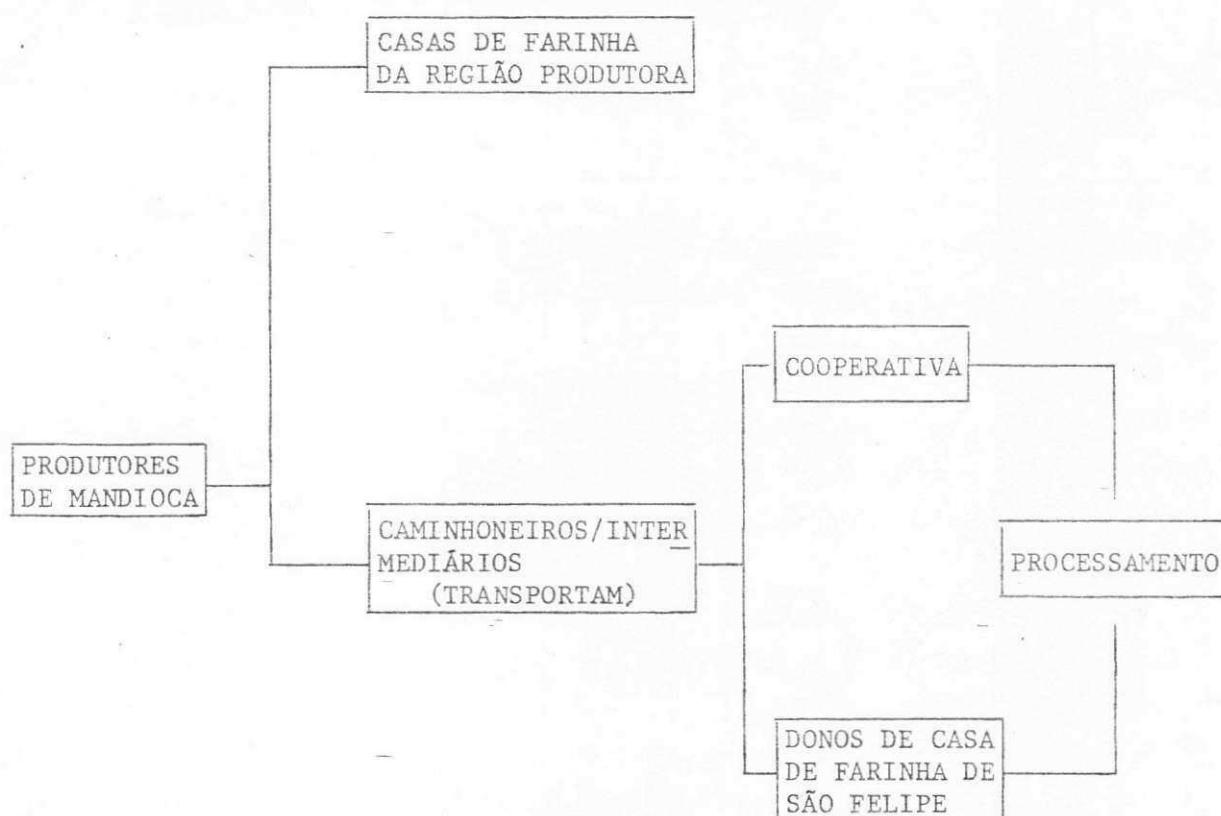
(123) Rui Barbosa, Planaltino, Maracás, Jaguaquara, Gandú, Valença, Itaperoá, Camamú, Santa Inês, Ibirataia, Mutuípe, etc.

(124) Temendo tal possibilidade, o Banco do Brasil suspendeu o financiamento para a implantação de novas casas de farinha, alegando que no município já existia um demasiado número de casas de farinha em relação à quantidade de raízes disponíveis e que a dependência externa inerente a todas elas, acarretaria o fechamento de várias casas de farinha.



## DIAGRAMA

## COMERCIALIZAÇÃO DE RAÍZES E AGENTES INTERVENIENTES NO PROCESSO



Tal situação vinha colocando em xeque a razão de ser de uma Cooperativa que tinha como objetivo maior, processar e comercializar a produção dos associados buscando assim propiciar a geração de renda para os mesmos bem como a formação de um fundo cujas sobras seriam distribuídas entre eles <sup>(125)</sup> além de se cons

(125) Conforme o Estatuto da Cooperativa na IIIª página referente ao 7º Princípio denominado "Retorno das sobras aos associados" temos: No fim de cada ano após se pagar todas as despesas e encargos bem como após se ter retirado uma percentagem da caixa comum da organização, as sobras serão distribuídas pelos associados, de acordo com as operações efetua

tituir numa fonte de emprego da mão de obra familiar nas várias etapas do processamento, notadamente na raspagem.

Como forma de ajudar a maioria dos associados e também manter os seus objetivos ainda que artificialmente, a Cooperativa continuava recorrendo ao expediente de comprar raízes de terceiros e entregá-las aos associados mais carentes para que as processassem.

Triste ironia, o Estado que havia introduzido o progresso técnico, sofria agora os efeitos da sua "difusão" tanto à jusante (São Felipe e adjacências) como a montante (áreas produtoras de raízes) trazendo sérios problemas para o seu próprio projeto. Fazendo uso de uma imagem poderíamos colocar que, quanto mais o laboratório (Módulo) tinha sua experiência disseminada, mais as cobaias (associados) eram penalizados.

Após a apresentação dos problemas relacionados ao suprimento de matéria prima vejamos como se verificava a organização da produção e comercialização na Cooperativa e nas casas de farinha modernizadas.

#### Organização da Produção na Cooperativa e nas Casas de Farinha

A Cooperativa com sua unidade de produção mecanizada aliada à introdução do Modelo de gestão empresarial promovia a substituição do trabalho familiar pelo emprego do trabalho assalariado de 30 a 40 raspadeiras, 5 operadores e 1 encarregado da produção.

Semelhante procedimento foi adotado pelos donos das casas de farinha mecanizadas que haviam substituído o adjutório na fase da raspagem pelo agenciamento das raspadeiras da seguinte maneira: por volta das 7 horas eles transportam em caminhone

---

das ou serão destinados para qualquer outro objetivo, aumento de capital social, etc, de acordo com a decisão da Assembléia Geral."

tes as raspadeiras que moram nas "pontas de ruas", trazendo-as de volta ao entardecer; ao saírem para o trabalho elas levam a "boia" (refeição) consigo, pois os proprietários das casas de farinha só arcam com os custos do trabalho materializado na raspagem de determinada quantidade de raízes. As raspadeiras que moram relativamente próximas às casas de farinha se deslocam para estes locais portando uma mochila contendo a refeição e o instrumento de trabalho (faca). As demais etapas são realizadas pelo proprietário e seus familiares; quando estes eram insuficientes o proprietário contratava operadores diaristas.

Conforme observamos, a instalação de uma casa de farinha mecanizada por se revelar um investimento de custo relativamente alto para as condições locais era na maioria dos casos viabilizado pelo crédito fornecido pelo Banco do Brasil.

Portanto, ao colocarem em funcionamento a unidade de produção, já com dívidas, os proprietários tencionavam alcançar, o mais rápido possível, os objetivos do produtor que instalou a primeira casa de farinha mecanizada no município (abril de 1980), "já paguei ao Banco e foi dessa mesma vaca (casa de farinha) que tirei o leite". Guiados por essa lógica, os proprietários tentavam maximizar a utilização da unidade de processamento tirando tudo que ela pudesse dar, ao tempo em que realizavam operações levados pela necessidade incessante de lucros que eram obtidos através da exploração do trabalho das raspadeiras<sup>(126)</sup> produção e venda de farinha, taxa de processamento e compra de raízes.

A proliferação das casas de farinha atingia o número excessivo de 40 unidades, conseguimos localizar, somente na sede do Município de São Felipe e em 7 localidades próximas a Sapezinho, 28 unidades de produção as quais apresentamos com os seus respectivos proprietários.

---

(126) O proprietário da casa de farinha colocava pelo menos 10K de excesso sobre a quantidade negociada (70,00/galinhota de 50 Kg) sem que isto resultasse no aumento da remuneração das raspadeiras.

LOCAL	PROPRIETÁRIOS	NÚMERO
Sapezinho	- Bráulio (R), Nascimento (R)	2
Conc. Velha	- Joaquim de Cosme (N) <sup>+</sup> , José de Glicério (N)	2
Sobradinho	- Siznando (R)	1
Terrão	- Manoel Rodrigues (N), José de Borges (N), Francisco (R), Vavá (R), Toninho Lima (R) <sup>+</sup> , Geraldo (R) <sup>+</sup> , Honório (R) <sup>+</sup> , Florisvaldo (R), Neco (R), Antonio Copioba (R), Manuel de Jo sé Pequeno (R), Alexandre (N)	12
Genipapo	- Reinaldo (N) <sup>+</sup> , Renato (R), Teresa (R), Toni nho (N), Quilina (N), Lino de Chaves (N)	6
Sede do Mun.	- Padre Messias (N), Vavá (N)	2
Jaqueira	- Felipe (R) <sup>+</sup>	1
Ferreira	- Tavinho (R) <sup>+</sup>	1
Cangalheiro	- Ourinho (R) <sup>+</sup>	<u>1</u>
TOTAL		28

Legenda: (R) Casas de farinha reformadas

(N) Casas de farinha novas

+ Intermediários de raízes e farinha e donos de casas de farinha.

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro de 1983.

Com relação aos produtores que eram detentores da matéria prima mas não possuíam a unidade de processamento, estes enfrentavam por um lado o assédio movido pelos proprietários de casas de farinha para que vendessem a matéria prima e por outro lado se deparavam com a taxa de processamento onde estes mesmos proprietários se apropriavam de 10% da produção processada, tendo ainda o produtor que arcar com os trabalhos de raspagem e as demais etapas de processamento.

Aqueles produtores que não dispunham de uma quantidade su

ficiente de braços e não podiam arcar com as despesas de processamento se viam obrigados a venderem suas raízes cedendo ao cerco movido pelos proprietários de casas de farinha.

Tal expediente acentuava a tendência para que estes produtores se especializassem na produção de raízes deixando para os donos das casas de farinha a atividade de processamento.

Tudo isto ocorria num contexto caracterizado por profundas alterações no âmbito do processamento das raízes, as quais por sua vez acarretaram o aumento da capacidade de processamento das novas unidades de produção sem que estas mudanças tivessem se estendido proporcionalmente até a produção de raízes, agravando ainda mais o deficit no suprimento de raízes, fato que em função da procura, contribuía para valorizar cada vez mais o preço das raízes em relação à farinha. Vindo corroborar a nossa afirmação temos que em julho de 1980 a tonelada de raiz era vendida por Cr\$2.840 e o saco de farinha por Cr\$1.150. Em julho de 1981 a tonelada da raiz custava Cr\$6.500 e o saco de farinha custava Cr\$1.450. Em julho de 1982 a tonelada de raiz era negociada ao preço de Cr\$9.000 e o saco de farinha a Cr\$2.900. Em janeiro de 1983 a tonelada de raiz era entregue a Cr\$13.000 enquanto o saco de farinha custava Cr\$3.200. Ainda sobre esta questão, dados obtidos junto à EMATER-BA vêm confirmar esta constatação demonstrando que num período de 9 meses (maio/82 a janeiro/83) o preço do saco de farinha variou de Cr\$2.400 a Cr\$3.200 enquanto a tonelada de raiz variou de Cr\$8.000 para Cr\$15.000.

O processo de valorização experimentado pela matéria prima ao longo destes 4 anos, como não se fazia acompanhar pelo aumento dos preços da farinha na mesma proporção contribuía para diminuir sensivelmente a margem de lucro da Cooperativa e dos proprietários das casas de farinha além de introduzir mais uma variável no jogo da competição, ou seja, de que somente sobreviveriam no mercado aquelas unidades pautadas pelo mínimo de despesas, as quais teriam maiores condições de suportarem as flutuações no preço da farinha.

No enfrentamento de semelhante situação a Cooperativa se colocava em nítida desvantagem em relação às demais casas de fa-

rinha a começar pelos custos de processamento que envolviam o pagamento de 5 operadores e 1 encarregado da produção, todos com carteira assinada, enquanto nas outras unidades de produção exce- tuando-se a raspagem, as demais etapas eram realizadas pela mão de obra familiar do proprietário e quando esta era insuficiente, recorria-se ao trabalho de operadores diaristas. Esta desvantagem se ampliava com os custos administrativos da entidade, represen- tados pelos salários e encargos sociais do Gerente, presidente, contador, despesas com veículo, etc, os quais excetuando-se as despesas com veículo <sup>(127)</sup> eram inexistentes nas unidades de produ- ção, na medida em que os próprios donos das casas de farinha e seus familiares acumulavam as referidas funções.

No nosso entender, o alinhamento do elenco de custos da Cooperativa <sup>(128)</sup> em relação às casas de farinha é suficiente para dispensar a realização de cálculos no sentido de demonstrar que a mesma estava menos preparada para enfrentar as vicissitudes do mercado do que as casas de farinha mecanizadas.

Como a Cooperativa não poderia atender a todas as despe- sas somente com recursos provenientes da comercialização da sua produção, vinha tendo como sua principal fonte de recursos a com- pra e revenda da farinha através da PROCAB, programa que vinha propiciando à Cooperativa a título de taxa de intermediação (5%) sobre toda a farinha comercializada além da aquisição de raízes de terceiras, em torno de Cr\$800.00/mês. Para fazer jus a esta receita, a Cooperativa contraía uma despesa mensal <sup>(129)</sup> de Cr\$.... 1.800.000 sendo Cr\$1.400.000 de ICM e Cr\$400.000 referente as despesas com gerente, presidente, 5 operadores, 1 encarregado da produção e 5 empacotadores ( ).

(127) Os veículos dos donos de casas de farinha eram caminhonetes e caminhões médios, utilizados basicamente para o transporte de raízes ao invés da Cooperativa que com seu terceiro veículo esporte (fusca) efetuava despe- sas que não se vinculavam à principal demanda da Cooperativa, o trans- porte da matéria prima.

(128) Dados referentes a maio de 1982 fornecidos pela Presidente da Cooperati- va. Ver também CARVALHO, L.E. Projeto Módulo Mandioca - Da conceituação ao campo. Notas para reflexão - Brasília, 1982.

(129) Não foram computadas as despesas com contador e manutenção de veículo.

Mesmo supondo que a diferença das despesas da Cooperativa em relação às casas de farinha fosse mantida nos Cr\$400.000, era fácil se deduzir que com tal montante de despesas e concorrendo nas mesmas condições das casas de farinha locais, a Cooperativa jamais poderia se manter. Isto só não estava acontecendo graças ao subsídio de Cr\$800.000 mensais provenientes do Convênio INAN/PROCAB, o qual além de se constituir na principal alternativa de sobrevivência para a Cooperativa, tornava-se também um eficiente regular de preços no âmbito da comercialização.

Com o advento do PROCAB a Cooperativa que somente comercializava a produção dos associados passou a assumir na prática o papel de açambarcador de grande parte da produção de farinha produzida nas outras unidades de produção do Município. Inicialmente tentaremos dar uma idéia das proposições do PROCAB para em seguida tecermos algumas considerações a respeito de sua operacionalização.

Segundo informações do gerente do BNCC, a partir de julho de 81 verificou-se a liberação da 1ª parcela (Cr\$3.800.000) referente a um total de Cr\$7.500.000 para a aquisição da farinha dos produtores com menos de 50 ha., com juros de 4% ao ano cobrados em duas etapas. Liberada a 1ª parcela, a Cooperativa dispunha de 15 dias para aplicar na aquisição de farinha podendo dar quantos giros fossem possíveis; esgotado o prazo a Cooperativa prestaria contas ao BNCC, habilitando-se em seguida ao recebimento da 2ª parcela. Após a aplicação da 2ª parcela o BNCC realizaria uma análise de desempenho da Cooperativa e a depender do resultado renovaria o contrato por mais 40 dias. A partir desta primeira liberação outras se sucederam propiciando sempre à Cooperativa 5% referente à taxa de intermediação sobre toda a farinha comercializada.

Quanto à revenda do produto adquirido, a COBAL através do Convênio permitia que a Cooperativa optasse entre vender para o mercado ou para a própria COBAL.

Caso se decidisse pela venda da farinha para o mercado, a Cooperativa enfrentaria a animosidade, discriminação e os baixos preços pagos pelas intermediárias deixando ainda de fazer jús à

taxa de 5%. Com relação à venda da farinha para a rede de Supermercados Paes Mendonça, que havia deixado de comprar o produto aos intermediários preferindo a aquisição direta junto aos proprietários das casas de farinha, a Cooperativa face à desorganização administrativa que também se refletia na qualidade do produto <sup>(130)</sup> não atendeu aos padrões de qualidade requeridos por Paes Mendonça continuando assim vinculada ao mercado institucional.

Com relação às casas de farinha mecanizadas, a proliferação destas unidades de produção ao suscitar mudanças na compra de raízes e processamento da farinha serviu também para redefinir a posição dos agentes envolvidos no processo de comercialização pelo fato dos agentes de compra da rede de Supermercados Paes Mendonça terem optado por comprar o produto diretamente aos donos de casas de farinha limitando sensivelmente a clientela dos intermediários <sup>(131)</sup> e ao reter para si o lucro que caberia aos referidos agentes impedia que os efeitos destas mudanças se traduzissem numa redução dos preços pagos pelo consumidor final. Veja mos como esta passagem foi percebida pelo candidato vetado à Presidência da Cooperativa, o qual com sua observação acurada referiu-se da seguinte maneira a respeito da diluição do diferencial de preços <sup>(132)</sup>: "os donos das casas de farinha em vez de vender aos intermediários estão vendendo a Paes Mendonça, se melhorando e a Paes Mendonça e prejudicando um pouco os intermediários. Paes Mendonça tá comprando por menos na mão do produtor, mas não vende mais barato prejudicando quem ganha salário, o que é pior".

No plano tributário a compra direta efetuada pela Cooperativa e pelo Paes Mendonça ao reduzir a margem de comercialização

(130) Parece incrível para uma Cooperativa que já chegou a produzir a melhor farinha do Município e agora em razão da desorganização administrativa, manifestada na ausência de controle do processo de transformação, a Cooperativa passava a produzir farinha de 2ª qualidade jogando por terra todo o trabalho desenvolvido pelo CEPED anteriormente.

(131) Só esporadicamente Paes Mendonça comprava a farinha dos intermediários, embora estes continuassem fornecendo o produto para as feiras livres e depósitos de farinha de Salvador e outros supermercados de menor porte.

(132) A este respeito ver SILVA, J.F. Graziano da (Coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, Ed. Mucitec, 1978, p. 10 e MARTINS, J.S. - Expropriação e Violência. São Paulo. Ed. Hucitec, 1980, p.64.



dos intermediários contribuía também para restringir a sonegação de ICM que passou a ser imputado no ato da compra do produto junto aos donos de casas de farinha.

Mesmo assim a Cooperativa permanecia em desvantagem com relação aos intermediários que ainda sonegavam uma quantidade significativa de impostos procedimento que não era permitido a Cooperativa.

Somente para termos uma idéia o montante de ICM pago mensalmente pela Cooperativa (Cr\$1.400.000) daria para comprar uma unidade de transformação igual à da Cooperativa, noutros termos, "a cada 30 dias, o investimento feito com a doação de equipamentos, está sendo nova e inteiramente devolvido ao governo, considerando-se apenas o ICM recolhido" <sup>(133)</sup>. Por outro lado esta colocação também serve para evidenciar que a política de criação da Cooperativa cumpre eficazmente um dos objetivos requeridos pelo Estado ao atuar simultaneamente enquanto uma alternativa importante para coibir a evasão de impostos sobre as transações comerciais e também como meio de viabilizar a transferência desta renda gerada na agricultura para outros setores da economia.

Retornando a questão da operacionalização do PROCAB, observamos que neste aspecto não houve a devida preocupação da Cooperativa no sentido de que o Programa privasse pela qualidade do produto e também viesse a beneficiar os pequenos produtores não proprietários de casas de farinha propiciando-lhes uma alternativa de comercialização direta evitando que os mesmos se submetessem à exploração dos intermediários e donos de casas de farinha e como um estímulo para que eles continuassem produzindo farinha ao invés de venderem as raízes para os donos de casas de farinha e até mesmo para a Cooperativa. Pelo visto, em nenhum momento a Cooperativa realizou um cadastramento dos fornecedores, um cronograma de fornecimento de farinha e tampouco foi criteriosa quanto à qualidade do produto abrindo espaço para que imperasse toda a sorte de irregularidades. Da forma como vinha sendo operaci

(133) CARVALHO, Luiz Eduardo - Pesquisa Tecnológica no Desenvolvimento Agroindustrial e Comunitário. IN: Alimentação e Nutrição. S/N. Março de 1982. pág. 36.

onalizado, o PROCAB contribuía para que os intermediários e os donos de casas de farinha achatassem os preços pagos a nível de produtor de farinha, apropriando-se assim da massa de trabalho excedente proveniente do trabalho assalariado empregado nas casas de farinha e do trabalho dos produtores proprietários de raízes<sup>(134)</sup>. Depois de adquirida, a farinha era selecionada segundo critérios de qualidade constituindo-se noutra fonte de lucros para os intermediários e donos de casas de farinha que revendiam a farinha de 1ª qualidade para Paes Mendonça (donos de casas de farinha) e outros clientes (intermediários) e a de 2ª qualidade para a Cooperativa<sup>(135)</sup>. Segundo um Associado "as vezes a farinha de 2ª qualidade alcançava um preço maior na Cooperativa do que a farinha de 1ª qualidade vendida a Paes Mendonça".

Os proprietários das casas de farinha eram os grandes beneficiários do PROCAB não só pelo fato de responderem pelo maior suprimento de farinha mas sobretudo pela utilização dos mesmos mecanismos de exploração empregados anteriormente contra eles pelos intermediários. Interessante notar que dentre os donos de casas de farinha estavam incluídos o produtor que foi retirado do grupo em 1980, sob a promessa de receber financiamento para instalar a sua casa de farinha mecanizada e o ex-presidente da Cooperativa<sup>(136)</sup> os quais se beneficiavam através da venda regular da farinha à Cooperativa. Segundo o 1º Conselheiro da presente gestão "ocorria semanas em que eles dois chegavam a colocar 2 a 03 caminhões carregados de farinha (450 a 600 sacos) na Cooperativa".

No tocante à péssima qualidade do produto revendido pela Cooperativa, a recusa de 64 sacos de uma carga de 200 efetuada pela COBAL, servia para demonstrar que a falta de critérios quan

(134) A este respeito ver SANTOS, J.V. Tavares dos - Colonos de Vinho. S. Paulo. Ed. Hucitec, 1978. pág. 124.

(135) Como os intermediários não podiam vender diretamente à Cooperativa, eles entregavam a farinha de 2ª qualidade aos produtores que vendiam o produto como se lhes pertencessem.

(136) Apesar de ter sido proposta ainda em 22.5.81 a exclusão do ex-presidente só foi consumada em 26.4.82 pelo fato deste ter infringido o regimento IV no art. 10º, § 1º da letra "A" do Estatuto da Cooperativa que diz "Qualquer associado que vier a exercer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com os seus objetivos, devem ser excluídos". Até então o ex-presidente vinha tirando vantagens da sua condição de associado e de dono de casa de farinha junto à Cooperativa.

to à qualidade do produto por parte da COBAL tinha seus limites. Segundo um associado, "a farinha que voltou da COBAL estava tão ruim que foi dada para os porcos dos associados".

Preocupados com o caos administrativo, os produtores aproveitaram a visita de supervisão dos técnicos do INAN, em julho de 1982, para revelar o descontentamento com o desempenho da Presidente no tocante à falta de controle de qualidade da farinha vendida pela Cooperativa e principalmente com relação à limitação da participação dos associados nas deliberações tomadas pela Entidade.

Vejamos como esta última preocupação dos associados estava se confirmando e quais as mudanças que estavam se operando no âmbito da organização dos produtores.

#### Estado, Cooperativa e a Organização dos Produtores

Conforme colocado anteriormente, a gestão anterior e a presente representavam o momento em que o Estado introduziu um "modus operandi" empresarial respaldado por uma série de medidas que dariam suporte ao processo acumulativo desencadeado na comunidade não só pela Cooperativa mas também pelas casas de farinha mecanizadas.

Na Cooperativa este processo acarretou mudanças significativas na organização dos produtores, senão vejamos:

##### 1. Admissão de novos associados

Anteriormente era necessário que o postulante passasse por todo um período de preparação, agora basta que ele assista a 04 reuniões para se tornar associado. Em virtude de não terem recebido a devida preparação estes reforçam cada vez mais a idéia de que a Cooperativa não passa de uma casa de farinha, esvaziando assim a outra atribuição da Entidade enquanto instrumento de organização. Pronunciando-se sobre a forma como ocorreu este processo o 2º Suplente do Conselho Fiscal colocou:

"Esses sócios foram pegados a dente de cachorro e botado aqui

dentro, só entraram para encher número, muitos deles já entraram e saíram sem saber o que é uma Cooperativa, tem sócio que só vem na Cooperativa quando vem fazer farinha".

A postura dos novos sócios retrata fielmente o período em que eles foram admitidos bem como as demandas requeridas pela entidade no momento em que ela tentava atuar de forma empresarial e sofria restrições por parte do grupo de associados mais antigos.

A presidente da Cooperativa juntamente com os técnicos do INAN ao relegarem para segundo plano o processo de organização e participação dos produtores colocavam por terra todo o trabalho que vinha sendo preconizado e encaminhado desde o início do projeto no sentido de preparar a comunidade para que esta gerisse a Cooperativa, fato que contribuiria para dispensar as despesas com pessoal administrativo<sup>(137)</sup> colocando assim a Cooperativa no mesmo plano das demais casas de farinha. Como este processo não teve continuidade, observava-se a perpetuação do pessoal administrativo - que representava uma significativa sangria mensal na receita da Cooperativa - e o enfraquecimento na organização dos associados com a maioria deles se percebendo como meros produtores de farinha, enquanto uma minoria ativa formada pelos sócios fundadores, questionavam não encontrava espaço para o exercício da participação.

## 2. Burocratização da Entidade

Anteriormente os membros da diretoria não recebiam qualquer tipo de pagamento, "a gente fazia aquilo por amor sem interesse no dinheiro", o que possibilitava a implementação de um trabalho mais participativo limitando em muito a visão presidencialista. A partir de dezembro de 1981 a Cooperativa passou a pagar à sua presidente 02 salários mínimos mensais mais encargos sociais diante da seguinte alegação: "eu tinha dedicação exclusiva e não tava cuidando de minhas coisas, aí os técnicos do INAN e do CEPED colocaram na reunião e a proposta foi aprovada; também a Cooperativa começou a crescer, tinha sema-

---

(137) Permanecendo apenas a consulta esporádica do Contador.

na de sair 6 a 7 caminhões de farinha". O exemplo dado pela presidente e o "crescimento da Cooperativa" ensejou que os demais membros da diretoria reivindicassem e fossem atendidos, passando a receber Cr\$500/reunião. Ora se antes o trabalho da diretoria bem como a presença nas reuniões se estribavam no interesse comum de que a organização prosperasse, hoje a presidente assume uma postura centralizadora decidindo todos os encaminhamentos à revelia dos demais membros do Conselho Diretor e associados. O próprio fato dos demais membros da diretoria serem pagos para participarem das reuniões introduz na entidade toda uma visão empreguista implicando no surgimento de uma minoria privilegiada que não mais participava das reuniões movida por uma necessidade compartilhada por todos, e sim estimulada pelo interesse individual de ganhar Cr\$500/presença. Isto vem despertando o interesse de alguns produtores que já começam a se perpetuar na diretoria, percebendo que a ocupação de cargos representa mais uma fonte de renda.

### 3. Separação das reuniões da Diretoria e Gerência

Anteriormente havia uma reunião interna dos produtores e outra reunião semanal ampla na mesma semana, onde os produtores discutiam desde os problemas cotidianos, relacionados com a produção até os que diziam respeito à gerência. Atualmente, resultante de interesses divergentes entre a Presidente e o Gerente, a reunião foi desmembrada. A reunião do Gerente, nas vezes em que se realiza, não passa de uma mera prestação de contas e a da Presidente se restringe à comunicação de decisões tomadas anteriormente; em ambas tolhe-se o espaço de participação dos associados o que tem acarretado um sensível esvaziamento das reuniões, agora quinzenais. Todo este estado de coisa levava os produtores a se reportarem a um passado recente onde havia reuniões, as coisas eram discutidas e executadas com o conhecimento de todos, "até para comprar uma agulha se discutia na reunião".

A divergência entre o Gerente e a Presidente passou a confronto aberto quando o primeiro realizou, uma reunião sem a presença da Presidente, na qual convocou os sócios para subscreve-

rem um abaixo assinado contra a mesma e depois dirigiu-se para a sua residência apresentando o abaixo assinado e exigindo que entregasse a presidência imediatamente. A Presidente recusou-se a acatar o pedido argumentando que "a pressa dele era para depois dizer que eu roubei, pois a Cooperativa estava devendo o ICM, estava sem capital de giro porque o contrato com o BNCC estava rescindido e o BNCC estava recolhendo o dinheiro que chegava da COBAL para a conta do empréstimo".

Vejam como o tempo é pródigo em revelar as contradições, o mesmo gerente que a mando do INAN havia feito campanha para a Presidente, como "o INAN não está mais apoiando ela" (138) tentava fazer com que a Presidente renunciasse.

Tamanha desorganização administrativa que culminou com uma dívida de Cr\$1.000.000 de ICM (139) e abandono da compra de farinha por parte da COBAL, em razão da péssima qualidade do produto, acabou redundando no fechamento da Cooperativa, em setembro de 1982. Ainda neste mesmo mês, os associados reuniram e decidiram que a Presidente deveria manter o veículo da Cooperativa parado até que a mesma voltasse a funcionar.

O fechamento da Cooperativa contou com o aval do INAN que o entendeu enquanto uma parada para colocar as coisas nos eixos, inclusive no tocante a Presidente, que segundo muitos produtores "o INAN só está esperando o mês de março para reabrir a Cooperativa", o que tem sentido haja visto que é em março que se realizam as eleições; isto por outro lado pouparia ao INAN o inconveniente de intervir na Cooperativa de forma mais direta demitindo a presidente que ele próprio apoiou, preferindo que esta substituição ocorra de forma natural.

(138) Revelação feita pelo Gerente aos Associados em particular, ao 3º Suplente do Conselho Fiscal

(139) Quando a Presidente empregou a 2ª parcela do PROCAB para a aquisição de terreno, ela não contava com a dívida de dois meses de ICM.

## Fechamento da Cooperativa, Reflexos e Reflexões

O fechamento da Cooperativa como era de se esperar, atingiu com maior intensidade aqueles produtores menos aquinhoados, que tinham na Cooperativa sua principal e talvez única alternativa de emprego. Para estes a situação tornou-se crítica fazendo com que eles utilizassem a mandioca que haviam guardado para arrancar em março. Muitos se candidataram mas poucos estavam conseguindo trabalho assalariado, pois "nem 1 dia para ganhar se acha, porque não tem quem pague", outros estavam desempenhando as seguintes ocupações: pedreiro na cidade, desmatando uma roça, vendendo "pinga" (cachaça) e charutos, etc.

Colocada a hipótese da Cooperativa continuar fechada os produtores se pronunciaram: "se isto acontecer os intermediários vão voltar a botar cabresto na gente". Este temor tinha fundamento pois a comercialização da farinha antes centralizada, agora estava se dando de forma dispersa via diferentes intermediários e donos de casas de farinha; apenas um grupo de 8 produtores vendiam centralizadamente demonstrando que assimilaram muito bem as mazelas do processo de comercialização, ou seja, eles convidavam os intermediários para avaliarem o produto na casa de farinha, pois com o produto na roça o intermediário por temer que outro o atravessasse acaba comprando; se eles transportassem o produto para a feira os intermediários acabariam por vencê-los pelo cansaço impondo os preços, pois percebem que os produtores estão com a corda no pescoço uma vez que necessitam comprar para comer. Este grupo era liderado pelo 1º Presidente da Cooperativa e atual dono de casa de farinha, que no momento vem preenchendo o vazio deixado pela Cooperativa tanto no âmbito do processamento como na comercialização da farinha.

Concordando que "a situação pior do que está não pode continuar", os produtores reivindicavam uma série de medidas que acompanharam o processo de abertura da Cooperativa, tais como: mudança na diretoria e gerência, regularização do suprimento de raízes, liberação do empréstimo BNCC-PROCAB, mais união entre os associados, etc. No entanto foram mais enfáticos na mudança da

diretoria por entenderem que esta medida deflagraria a viabiliza  
ção das demais.

Pronunciando-se sobre a atuação da Presidente os produtores colocaram que ela "administrou a Cooperativa muito mal, gastando muito dinheiro sem combinar com os sócios", embora não deixassem de reconhecer nela uma virtude a relacionada ao controle do gerente, "com ela o gerente comia regrado, só fazia o que ela queria". Os associados faziam restrições à "postura do gerente", "não respeita os associados" e também percebiam que ele "tá sendo mandado pelo INAN e quer dominar os sócios".

Chamados a tecer considerações a respeito da atuação do CEPED e do INAN no projeto, os produtores se pronunciaram colocando que "Com o CEPED era melhor, era tudo combinado, dava mais apoio, tava sempre aqui" o INAN era um povo fantasma, não dava assistência suficiente, só traz empregado (gerente) prá fazer jeito de ser dono". As colocações dos produtores sobre o CEPED trazem recordações de um passado recente que eles desejavam ressuscitar, principalmente com relação ao restabelecimento do exercício de participação que havia sido colocado em segundo plano desde que os efeitos do progresso técnico começaram a se fazer presentes.

A respeito do projeto os produtores disseram que graças a ele "aprenderam muito como plantar melhor", "chegaram a ter um entendimento da comunidade e sociedade", "receberam crédito agrícola", "tiveram condições de pagar o trabalho do trator", "utilizam a raspa e as cinzas da casa de farinha como adubo", "muitos têm o ganho fixo (na raspagem e operação das máquinas) sem precisar trabalhar para os outros no sol a pino", "não mais perdiam a noite fazendo farinha", "não se sujeitavam aos baixos preços pagos pelos intermediários e tampouco às suas exigências (3 kg de excesso/saco)", "certeza de venda do produto (COBAL)", "muitos pintaram e colocaram chão nas casas", "compraram cama, móveis, roupas para a família", "trabalham quase o ano todo com a mandioca comprada pela Cooperativa guardando a mandioca da roça (própria) para ser colhida no verão", pois é nesse período que se verifica a maior falta de raízes e a farinha alcança um sensível



aumento de preços, enfim, "melhorou a vida do povo e dos sócios em geral". No tocante ao crescimento econômico de uns em relação aos outros, os próprios produtores invocam a racionalidade como justificativa na seguinte passagem "aqueles que tiveram mais coragem e souberam trabalhar, venceram; os que não souberam ficaram no que estavam". Esta afirmação se encarrega de encobrir o motivo real pelo qual muitos produtores não se "capitalizam" atribuindo o sucesso de alguns ao espírito empreendedor e ao fracasso dos demais a ausência deste espírito omitindo toda uma seleção econômica que no seu curso vai propiciar o surgimento de um processo de diferenciação dos produtores, o qual se inscreve na política de "formação de uma classe média rural no campo".

O fechamento da entidade despertou nos produtores um profundo sentimento de orfandade, para eles "a Cooperativa era a mãe da pobreza, depois que ela fechou deixou os filhos todos com fome, sem achar um ganho prá comer".

Mas os reflexos do fechamento da Cooperativa não ficaram restritos aos produtores, estendendo-se também às demais casas de farinha que experimentaram uma redução na quantidade de farinha produzida pelo fato de não haver mais um regulador de mercado atuando (COBAL) e nem um comprador semanal de farinha (Cooperativa). Basta dizer que até a última semana em que a Cooperativa estava comprando, o saco custava Cr\$2.600, na semana em que ela fechou o preço caiu para Cr\$2.200. Atualmente quem se beneficia na comercialização são os agentes de compra da rede Paes Mendonça, que compram quinzenalmente e pagam semanalmente sendo bastante rigorosos quanto à qualidade do produto, e os intermediários que voltam a reviver momentos de glória. Esta situação faz com que os donos de casas de farinha passem a restringir a produção pois o mercado não lhes oferece qualquer segurança de lucro; antes eles produziam ou compravam a farinha dos outros sabendo antecipadamente quanto a Cooperativa estava pagando, tirando daí sua margem de lucro; no presente momento eles não têm a menor previsão. Muitos deles se encontram numa situação delicada perante o Banco do Brasil no tocante ao pagamento do empréstimo para a compra de equipamentos, o que vem levando alguns a venderem as caminhonetes (usadas para o transporte de raízes compradas, ras

padeiras e farinha). Na realidade quem garantia o mercado era a Cooperativa, os donos de casas de farinha somente a utilizavam para escoar a produção.

O comércio de São Felipe, por sua vez, experimentou uma retração nas vendas após o fechamento, pois há algum tempo os comerciantes se acostumaram à visita semanal dos produtores que vinham comprar açúcar, sal, querosene, carne, etc. Agora o pouco que eles compram o fazem fiado (vale). Para que este quadro se modifique é necessário segundo o Prefeito, "que a Cooperativa volte a funcionar" pois desta forma ela dinamizaria todo o setor produtor de farinha voltando a restabelecer o poder de compra do pessoal e o conseqüente fortalecimento do comércio local.

Coincidentemente enquanto a Cooperativa fechava, o Banco do Brasil se instalava em São Felipe ampliando ainda mais a presença do Estado no Município a qual já contava com a EMATER-BA<sup>(140)</sup> e Cesta do Povo além de uma filial da COOPASA - Cooperativa Agropecuária de Santo Antonio de Jesus e outra filial da Revenda de produtos Veterinários.

A presença das instituições do Estado bem como das demais entidades, revelam e completam o encadeamento do capital financeiro (bancos), o qual através de liberação de crédito cria espaço para que o capital industrial viabilize o consumo de seus produtos (adubos, defensivos, vacinas, etc), junto aos produtores do Município, por intermédio do prodigioso auxílio das receitas prescritas pela assistência técnica.

Retomando a questão do fechamento da Cooperativa, vale dizer que antes mesmo do fato se consumar ela já havia "fechado" enquanto produtora de farinha em razão da pesada carga de despesas as quais não lhe permitiam concorrer com as demais casas de farinha em igualdade de condições. Daí apareceu o Convênio com o PROCAB propiciando-lhe uma sobrevida, embora praticamente a trans-

(140) A EMATER-BA chegava a São Felipe com dois anos de atraso, desde que fora desviada para o Município vizinho. Com a mudança na presidência da Empresa e pelo fato do prefeito conhecer o novo Presidente, "ele tinha uma fazenda próxima a São Felipe", tornou-se possível a instalação de um escritório da referida Empresa no Município.

formasse num posto de revenda de farinha, atividade que a Cooperativa continuaria desenvolvendo após a reabertura.

### Reabertura e Sucessões

A gestão que se encerrava foi tão desgastante que o INAN não teve como impedir que o candidato vetado no pleito anterior fosse empossado em Assembléia Geral realizada no dia 04.02.83.

Ao assumir, o novo presidente recebeu a notícia confirmando a renovação do Convênio PROCAB/INAN, inclusive com a liberação de Cr\$5.000.000, cuja continuidade permitia à Cooperativa saldar a dívida de Cr\$4.500.000 acumulada na gestão anterior.

No âmbito de processamento a Cooperativa reabria substituindo os operadores contratados, pela mão de obra dos próprios associados responsáveis pela tarefa e mantendo o trabalho assalariado das raspadeiras e dos empacotadores. O mesmo não acontecia na esfera administrativa onde mantiveram-se as mesmas despesas.

Lamentavelmente com dois meses de mandato o presidente veio a falecer tornando-se necessária a realização de novo pleito<sup>(14)</sup> no dia 02.04.83, no qual foi empossado o candidato único que tem continuidade assegurada no cargo até março de 1986.

O novo presidente residia numa comunidade próxima a Sapezinho, proprietário de 27 tarefas de terra e pertence à nova geração de associados tendo ingressado na Cooperativa em novembro de 1981. Dentre os 04 presidentes da Cooperativa, este era o único que não havia participado dos trabalhos iniciais de projeto em Sapezinho, fato que repercutiria significativamente na sua atuação à frente da Presidência da entidade.

A existência de um presidente inexperiente, a dívida da

---

(14) Realizou-se nova eleição porque o Vice-Presidente alegou não se achar em condições de ocupar o cargo, colocando "eu entendo tudo, mas não tenho leitura".

Cooperativa e a desorganização dos associados constituíram-se no terreno fértil para que o gerente passasse a determinar autoritariamente as atividades que deveriam ser desenvolvidas pela Cooperativa, confirmando assim as suspeitas levantadas anteriormente pelos associados.

### O Estado Revela sua Face Autoritária

Uma das primeiras medidas tomadas pelo Gerente foi passar as reuniões de quinzenais para mensais argumentando que "não tinha nada para discutir e que uma vez por mês era o bastante". Desta forma ele ampliava sua margem de manobra para implementar a sua política sempre invocando a sintonia com o INAN. Esta postura do Gerente é fielmente traduzida nas deliberações registradas na ata do dia 30.06.83 que inicia assim: "Esta Diretoria em comum acordo com o INAN, na pessoa de Dr. C., acha por bem apoiar o plano de fabricação de ração com utilização de sub produtos de mandioca, como raspa e parte aérea uma vez que este material deve ser aproveitado e entende que a melhor forma é utilizando-o na fabricação de ração e para isto apoia e aprova esta iniciativa por achar que ela se reverterá em benefícios para os associados e gerará uma nova tecnologia para todas as casas de farinha da região, uma vez que será possível desenvolver paralelamente a isto, pequenas suinoculturas acopladas às casas de farinha o que gerará riqueza e mão de obra para toda a Comunidade. Com a deliberação desta diretoria ela apoia e aprova também que toda a raspa proveniente da fabricação de farinha deverá ficar em poder da Cooperativa, sendo proibida sua retirada pelos associados de vez que é este material que a Cooperativa utiliza para ração. Aprova também a ampliação da área de raspagem, venda de dois fornos<sup>(14)</sup>

(14) A venda dos dois fornos não só revela que a missão da Cooperativa enquanto laboratório estava praticamente cumprida, como também testemunha a sua regressão tecnológica em relação às demais casas de farinha que se apropriaram com sucesso da tecnologia desenvolvida pelo projeto, enquanto a Cooperativa se vê mais uma vez (vide exemplo do descascador) na contingência de se desfazer de dois fornos que, segundo o ex-presidente, "não foram instalados direito, ficaram com rotação muito alta". Mesmo assim o gerente desejava fazer com que a Cooperativa continuasse atuando enquanto um laboratório, desta vez envolvida com a fabricação de raspa.

para comprar moinho e se possível ensilhadeira". E para finalizar a reunião, em grande estilo, uma pitada de revanchismo para os de safetos, "a diretoria aprova e solicita a retirada de Dona J. (a presidente anterior) do quadro de associados desta Cooperativa por achar que ela pelos malefícios que causou à COMASFE não merece ter seu nome filiado ao quadro de associados desta Entidade".

Era difícil de acreditar que decorridos quase dois meses de gestão a gerência da Cooperativa tivesse posto de lado os problemas administrativos e a dívida da entidade para concentrar suas atenções no plano de fabricação de ração. No mínimo, semelhante propósito revelava a grande distância existente entre a Cooperativa ideal que ele desejava fazer existente e a Cooperativa real que ele desejava substituir pelo menos a nível de fachada, uma vez que os elementos de fortalecimento da Cooperativa como a participação dos produtores e o suprimento de raízes por parte dos associados não estavam sendo efetivamente levados em conta. A própria deliberação tomada na reunião de 28.03.83 se encarregava de confirmar nossa afirmação com relação ao suprimento de raízes, onde foi colocado que "no terreno da Cooperativa o associado ficava obrigado a plantar pelo menos a metade da área (2,5 tarefas) destinada a cada um". Com isto a alternativa de abastecimento interno cedia lugar ao aumento da dependência externa da Cooperativa devido à redução da área cultivada (de 60 para 30 tarefas) tornando patente que a compra de terreno acabou servindo mais para dar emprego aos associados do que como alternativa de abastecimento para a Cooperativa. Como se isto não bastasse a Cooperativa perdia mais 20 tarefas para os 5 reideiros que haviam dado entrada num processo contra a Cooperativa.

Lamentavelmente a entidade acabava de perder o seu segundo pilar e maior trunfo em relação às demais casas de farinha. Ela havia perdido o primeiro pilar com o corte na participação dos produtores impedindo assim que eles viessem a gerir a entidade fortalecendo-a e eliminando as despesas burocráticas. Caso esta participação tivesse sido estimulada, talvez não se lamentasse o fato da Cooperativa ter gasto Cr\$3.510.000 com um terreno cuja produção total garantiria o funcionamento da unidade de transforma-

ção da Cooperativa apenas durante 15 dias <sup>(143)</sup> revelando a flagrante inocuidade prática da proposta.

Triste sina de uma Cooperativa que em razão de sua fraqueza teria que permanecer umbilicalmente ligada ao Estado principalmente no âmbito da comercialização da farinha.

Por outro lado, a Cooperativa começava a colher com maior regularidade os "frutos" da associação sem critérios os quais não só repercutiam na desorganização dos produtores, como também se traduziam em atos lesivos cometidos por estes associados contra a própria entidade. Estes efeitos foram tão intensos que de acordo com os exames das atas e com as entrevistas junto aos produtores, durante quatro meses as reuniões da Cooperativa se ocuparam basicamente com a exclusão e suspensão de associados, entre os quais dois associados agraciados com terra pela Cooperativa. O primeiro foi excluído da entidade e retirado do terreno porque "fazia a farinha noutras unidades de processamento e não pagava a taxa de 10% cobrada pela Cooperativa, equivalente à exploração do lote". Outro associado que processava as suas raízes nas casas de farinha próximas à Sapezinho foi expulso "porque estava vendendo a farinha de 1ª qualidade aos intermediários e a de 2ª qualidade para a Cooperativa", velho expediente que continuava sendo posto em prática, só que para azar do associado a COBAL enviou de volta toda a farinha pertencente ao mesmo, fato que determinou a sua exclusão da entidade.

Tentando fazer com que os novos associados concretizassem seus direitos sobre o patrimônio da Cooperativa e principalmente retribuíssem os benefícios que a entidade estava lhes prestando, os associados-fundadores aproveitaram o momento em que estavam sendo propostos novos "mutirões" <sup>(144)</sup> para a construção de depósito de farinha, secador e tanque de raspa e propuseram ao gerente "colocar os novos associados que nunca trabalharam para poder dar

(143) Considerando-se a produtividade do terreno na base de 12 ton/2,3 tar. (1 ha), estima-se para 30 tarefas cultivadas a produção de 156 toneladas quantidade correspondente a apenas 6% da demanda anual de raízes para a Cooperativa.

(144) Como os sócios-fundadores haviam trabalhado no mutirão para a construção da Cooperativa, eles desejavam que fosse adotado o mesmo procedimento para os novos associados.

o mutirão". Mas infelizmente o poder do gerente rejeitou não só a proposta como também parte da vivência dos "velhos" associados a qual eles desejavam ver resgatada.

Assim, de acordo com o segundo Conselheiro titular "o gerente baixou um edital exigindo dois adjutórios por mês de cada sócio prá construir o tanque de lavar raspa, o secador de raspa e o depósito de farinha e quem não viesse adjuturar tomava suspensão e não fazia farinha". Mas os associados discordaram da proposta "achando que era muita coisa para ser feita de uma vez só e perguntaram sutilmente<sup>(145)</sup> ao gerente, "quanto a Cooperativa tinha na caixa prá fazer o serviço?". Este mais uma vez não respondeu a quantia dizendo apenas que "dava para fazer o serviço". Como os produtores continuavam questionando "se não era melhor fazer uma coisa de cada vez", o gerente recorreu à senha mágica para obter a aprovação dos produtores juntamente com ameaças, "foi o Dr. C. do INAN quem mandou e se vocês continuarem me aporrinhando eu fecho essa porcaria".

Coitado dos produtores, diante de tal invocação eles deixaram de questionar a validade do trabalho e passaram a discutir a redução de dois adjutórios para um. Na verdade, os produtores sendo os mesmos eram uma caricatura dos que foram antes; neles o questionamento cedia lugar à aceitação das ordens emanadas da autoridade, a participação tinha sido praticamente banida pela apatia e a altivez era deslocada pela subalternidade. Quando perguntado a respeito do motivo pelo qual eles não se recusavam a aceitar as propostas da Gerência, o ex-Conselheiro Fiscal sintetizou toda a situação constrangedora que eles estavam vivenciando ao colocar: "O senhor sabe o Dr. C. é uma pessoa de maior, a gente somos uma ovelha puxada na corda, para onde levar a gente tem que ir, porque senão quando ele chegasse aqui aí o Gerente ia dizer, olha aí Dr. C. eles não quiseram fazer o trabalho", além disso os produtores não desobedeciam as ordens porque temiam a concretização da ameaça que lhes fôra feita noutras oportunidades,

---

(145) Uma forma de solicitar prestação de contas que "ele só fez na hora de sair da Cooperativa".

referente à retirada da PROCAB da Cooperativa. Através desta postura o Estado aparecia diante dos produtores como um ser superior "como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva" (146).

Na realidade o exercício deste paternalismo autoritário posto em prática na Cooperativa pelo Estado deve-se a uma confluência de vários fatores relacionados com a transformação da Cooperativa numa Cooperativa padrão (147) que acabou encontrando o seu Gerente padrão o qual se revelou plenamente após a saída da Entidade das duas maiores lideranças da localidade, respectivamente, o primeiro e o segundo presidente, a permanência de uma maioria de associados apáticos, sem ao menos ter idéia do que seja uma Cooperativa e a ascensão à Presidência de um associado que não vivenciou a experiência dos sócios fundadores, onde devido à sua inexperiência tornava-se presa fácil para o Gerente que, de acordo com o 2º Conselheiro "o Gerente fazia o que queria com o Presidente".

Conforme demonstrado anteriormente, os trabalhos propostos através da idéia de mutirão não eram resultantes de uma situação de consenso entre os associados e sim mais uma medida colocada de cima para baixo articulada pelo INAN e posta em prática pelo seu representante na comunidade; também não se traduziam uma necessidade prioritária do conjunto dos associados pois estavam mais comprometidos com a manutenção da Cooperativa enquanto um depósito e mero revendedor de farinha (148) de que com a criação de condições que propiciassem a auto sustentação da Cooperativa via abastecimento interno, resgatando assim a sua função de produtora de farinha objetivo maior de sua criação e razão de existir para os associados pois "os ganhos sociais da cooperação não es-

(146) MARX, Karl - "O Dezoito Brumário ..... Op. cit. p. 277.

(147) Caracterizada pela postura autoritária dos dirigentes onde as decisões são tomadas sem a participação da maioria dos associados.

(148) Ao contrário das duas gestões anteriores onde a Presidente também atuava como Gerente nas duas gestões posteriores (maio/83 e 84) o Gerente passou também a atuar como presidente.



tão principalmente na comercialização mas na produção<sup>(149)</sup>. Um esquema cooperativista que não esteja baseado em ganhos sociais, mas que se volte inicialmente para assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, sem afetar o seu modo de produzir, sem introduzir o cooperativismo na própria produção em geral, mantendo-se como empreendimento grupal e isolado, na verdade redonda em benefício e reforço do próprio capitalismo"<sup>(150)</sup>.

Ainda de acordo com o 2º Conselheiro, o Gerente tentava justificar a proposta diante dos produtores colocando "é necessário aumentar o patrimônio da Cooperativa, precisa botar esse negócio prã frente". O problema era que a Cooperativa para se fortalecer não podia "ir prã frente" sozinha deixando para trás o conjunto de associados, tornava-se necessário que as ações propostas visassem ao mesmo tempo a prosperidade da entidade bem como do corpo de associados que ela congregava.

Considerando que à rigor, nenhuma medida estava sendo tomada no sentido de garantir a sustentação da Cooperativa caso a retirada do PROCAB viesse a se efetivar, soava até como fora de propósito a canalização da receita da Cooperativa para construções que não diziam respeito direto ao fortalecimento da base social da entidade.

Como os associados se julgavam impotentes para enfrentar o poder do Estado deixando de cumprir suas determinações, pelo menos tentavam reduzir o número de adjutórios bem como as tarefas de limpeza da Cooperativa. Depois de muitas discussões o gerente reduziu o número de adjutórios mensais de 02 para 01, mas com relação à limpeza da Cooperativa ele foi inflexível, "quando não tiver nada para fazer, venham nem que seja para catar papel na Cooperativa", diante da colocação o vice-presidente respondeu indignado, "isso aqui é nosso, é obrigação limpar mas debaixo de ordem eu não venho nem um minuto".

A relação da gerência com o grupo de associados era perme

(149) Além da construção do depósito de farinha o técnico da INAN havia prometido o envio de outra empacotadora de farinha para a Cooperativa.

(150) MARTINS, José de Souza. Op. cit. p. 63/4.

ada pelo conflito entre os interesses que ela representava e o interesse dos associados. As discussões muitas vezes eram acaloradas fazendo com que a temperatura subisse e o nível descesse com a exasperação do Gerente, que passava a agredir moralmente os associados, tendo inclusive numa destas oportunidades chamado "toda a Diretoria de babaca", fato que motivou a saída do associado que ocupava o cargo de secretário por ter se sentido desrespeitado. Segundo o ex-Conselheiro "o gerente tinha uma boca doce dada, qualquer coisa mandava a gente para tudo quanto era de lugar". Mas as opressões não ficaram restritas ao nível verbal, passando ao nível físico, quando o Gerente trocou sopapos com o 1º Conselheiro da gestão anterior e se não fosse a intercessão dos associados o embate poderia trazer consequências funestas. Para os produtores que já haviam sido desrespeitados de todas as maneiras era uma questão de honra não permitirem que o desrespeito atingisse o ponto que eles mais prezavam, a questão moral.

A face autoritária do Gerente havia sido represada graças ao controle exercido pela Presidente anterior, mas com a saída desta acompanhada do primeiro presidente, o Gerente encontrou o espaço suficiente para empregar a dominação burocrática, agindo de forma autoritária em relação ao conjunto de associados, valendo-se da sua condição de repassador das ordens do Estado para os supostos "beneficiários", os associados.

Mal os trabalhos de construção haviam passado da metade e lá vinha o Gerente com novo plano, desta feita ele "queria arrancar a parede dos banheiros e colocar os banheiros lá embaixo, nos fundos do depósito" argumentando que no lugar em que os banheiros estavam situados "fazia vergonha a quem viesse de fora (visitas)".

Se as propostas colocadas anteriormente eram passíveis de questionamento, esta então beirava o surrealismo na medida em que além de não levar em conta o contexto de pobreza no qual estava inserida a Cooperativa, resultaria em prejuízo financeiro para a entidade porque era uma medida absolutamente desnecessária.

ria mais destinada ao regozijo dos visitantes do que à necessidade dos produtores. Os associados fundadores se recusaram a aceitar semelhante desatino porque os trabalhos de construção estavam pela metade e principalmente pelo fato de não verem o menor sentido na remoção de dois sanitários que estavam funcionando em perfeitas condições, da mesma forma que há 5 anos atrás. Junte-se a isto o valor inestimável que os sanitários e o próprio prédio assumiam diante dos produtores; o próprio fato deles terem participado dos trabalhos de construção, fazia com que eles se sentissem na condição de possuidores daquele patrimônio.

Tentando vencer a resistência dos produtores o Gerente impôs uma condição: "ou vocês combinam ou vou embora", como "ir embora" significava também levar consigo o Convênio com o PROCAB, os produtores foram obrigados a ceder novamente; embora desta vez a quantidade que permaneceu contrária à proposta fosse significativa em relação as situações anteriores.

Os produtores se percebiam enquanto uma massa submissa aos caprichos dos representantes do Estado, tendo o ex-conselheiro da Cooperativa traduzido o drama nos seguintes termos: "esse gerente foi mandado prá escravizar os sócios, obrigando os sócios a dar adjutório forçado prá Cooperativa, ele veio prá jogar fora o suor da gente".

Vejam só, o próprio Estado que inicialmente havia criado condições para que os produtores fossem senhores das suas decisões, posteriormente passa à tutela ostensiva destes, subordinando-os aos seus ditames fazendo com que eles se sentissem cada vez mais na condições de escravos.

Neste meio tempo enquanto era discutida a operacionalização dos trabalhos, o técnico do INAN fazia sua última visita de supervisão a Sapezinho<sup>(151)</sup> e três meses após para surpresa e tristeza dos associados, o Convênio com o PROCAB seria retirado da Cooperativa.

---

(151) Visita realizada segundo o Presidente, em agosto de 1984.

Curiosamente a retirada do PROCAB ocorria no mesmo mês em que a Cooperativa havia saldado a última parcela de seu débito total de Cr\$4.500.000, pagos ao longo de 18 meses, levantando suspeitas entre os associados, relativas ao fato de que o INAN só havia renovado o Convênio com o PROCAB<sup>(152)</sup> durante o período estritamente necessário para permitir que a Cooperativa pagasse a sua dívida. Tal suspeita procedia pois o prazo para renovação do PROCAB seria em fevereiro de 1985 e não em novembro de 1984, como efetivamente ocorreu, colocando a Cooperativa na situação paradoxal de ter que devolver com três meses de antecedência a quantia de Cr\$36.000.000 porque o INAN havia desautorizado a COBAL<sup>(153)</sup> a comprar a farinha dos produtores.

Ainda neste mesmo mês o Gerente deixou a Cooperativa por que a entidade não dispunha de recursos para custear o seu trabalho<sup>(154)</sup>.

Depois de cinco anos de tutela estatal os produtores são abandonados à própria sorte sem que nesse período o Estado houvesse criado condições efetivas para que a Cooperativa atingisse a auto sustentação. Ao invés disso, parte dos recursos da entidade foram canalizados para satisfazer os propósitos megalomaniacos e estranhos à necessidade imediata dos produtores, conforme atestam as obras inacabadas<sup>(155)</sup>, autênticos "elefantes brancos" provocando junto ao Presidente uma recordação desalentadora "Dr.C (INAN) mandou o pessoal fazer outro depósito de farinha prometendo outra empacotadora e acabou deixando o povo na pior".

Vejamos como a Cooperativa se comportará a nível de mercado a partir da retirada da proteção estatal consubstanciada no subsídio propiciado pelo PROCAB.

(152) Conforme colocado anteriormente, o Convênio com o PROCAB foi renovado em fevereiro de 1983.

(153) Com a retirada do PROCAB, a COBAL não só deixou de comprar a farinha como também levou de volta a sua máquina empacotadora que se encontrava emprestada à Cooperativa.

(154) De dezembro de 1983 até o mês em que deixou a Cooperativa, o Gerente recebia um salário de Cr\$400.000 excluídos os encargos sociais.

(155) O INAN abandonou o Projeto deixando ainda pela metade os trabalhos de construção do depósito de farinha, do tanque e do secador de raspá. Para felicidade dos produtores, não houve tempo para que os banheiros e as paredes fossem removidos, ou como coloca o vice-presidente "foi a nossa valença (salvação)".

A Via Crucis da Cooperativa ou "Aonde vai parar a massa da mandioca?"

À Cooperativa restou um capital de giro de Cr\$5.522.674 com o qual foram produzidos 100 sacos de farinha posteriormente vendidos ao então maior intermediário de São Felipe por Cr\$ .... 5.000.000. Para tristeza dos produtores, este intermediário foi caloteado em Cr\$180.000.000 vindo literalmente a "quebrar" levando consigo a Cooperativa que só dispunha daquele capital para se manter em funcionamento. Enquanto não recebia o dinheiro a Cooperativa ficou praticamente paralisada processando esporadicamente "a farinha de um ou outro associado que fazia dois sacos de farinha e levava para vender aos intermediários na rua (feira)". Este ato trazia de volta à cena o velho drama protagonizado pelos produtores, confirmado nas palavras do 1º Conselheiro Fiscal da gestão anterior "parece até graça, a gente leva um saco de farinha e bate a tarde toda prá poder vender, porque os intermediários ficam de marcação com a gente".

Antes da "quebra" do intermediário e da retirada do PROCAB o preço das raízes atingiam o preço recorde de Cr\$300.000/tonelada enquanto a farinha estava custando Cr\$60.000/saco. Esta disparidade nos preços das raízes e a contenção dos preços da farinha faziam com que o "custo saísse pela receita" ocasionando a paralisação das atividades de um número significativo de casas de farinha que não podiam se manter na operação face aos baixos preços da farinha em relação às raízes os quais não permitiam a cobertura das despesas de processamento, fazendo com que somente continuassem em atividade aquelas casas de farinha que operassem praticamente sem despesas através do emprego da mão de obra exclusivamente familiar e auferissem um lucro insignificante através da transformação dos caroços em farinha. Caso esta situação fosse mantida presumimos que estas casas de farinha também viriam a paralisar suas atividades.

Com a retirada do PROCAB e a falência do intermediário a relação raiz/farinha diminuiu pois os preços das raízes caíram

para Cr\$160.000/tonelada e os preços da farinha passaram para Cr\$38.000/saco. Mesmo assim muitas casas de farinha continuavam fechadas esperando por um aumento nos preços da farinha para poderem voltar a funcionar.

Dois meses e meio após a Cooperativa recebeu a segunda parcela da dívida <sup>(156)</sup> do ex-maior intermediário <sup>(157)</sup> de São Felipe, voltando a funcionar desta feita amparada indiretamente pelo Estado através da venda da farinha novamente para a COBAL, mediante convênio firmado com o Programa Merenda Escolar.

A nova intervenção da Cooperativa na esfera de comercialização significava um pouco de calma no instável mercado da farinha e um novo alento para os donos das casas de farinha que podiam projetar seus compromissos baseados nos preços pagos pela entidade e principalmente se livrarem das garras dos intermediários que haviam voltado a comprar farinha para a rede de Supermercados Paes Mendonça <sup>(158)</sup>. Tendo tomado conhecimento da notícia

(156) O intermediário comprou a farinha no início de março de 1985, pagou a 1ª parcela no dia 15 de abril e a 2ª no dia 10 de maio.

(157) De 1979 a 1985, o posto de maior intermediário já foi preenchido por 03 negociantes de farinha revelando uma alternância na referida posição, talvez pelo fato dos seus ocupantes se tornarem mais suscetíveis à aplicação de "golpes". O 1º intermediário acompanhou a implantação do projeto desde o início tornando-se provavelmente o seu maior desafeto, permaneceu no posto de 1979 a 1982, quando mudou de atividade. O 2º intermediário era pecuarista e proprietário de Supermercado no Município, entrou em falência em março de 1985 após ser caloteado por um comprador de farinha de Recife. O principal intermediário atualmente é pecuarista, citricultor, possui depósito de farinha, é fornecedor de farinha para a rede de Supermercados Paes Mendonça e Casas da Banha. É politicamente identificado com o PDS 1, ala contrária ao Prefeito atual que é da mesma ala do prefeito anterior, PDS 2.

(158) A rede de Supermercados Paes Mendonça abriu um posto de compra de farinha no Município de Santo Antonio de Jesus reduzindo assim as compras no Município de São Felipe as quais apesar de ainda se realizarem pelos agentes de compra da referida rede de Supermercados, estes têm uma participação muito menor em relação aos intermediários de São Felipe, os quais voltaram a ampliar a participação na compra de farinha para Paes Mendonça. Mesmo as aquisições realizadas pelos agentes de compra ocorrem mediante a presença e opinião dos intermediários configurando talvez uma cooptação dos agentes de compra por parte dos intermediários, fato que inclusive dificultou a venda da farinha da Cooperativa para Paes Mendonça. Segundo o Presidente "quando eles chegam só ficam ligados com o intermediário e aí eu não consigo nada com eles; logo que o

o atual maior intermediário de farinha ainda tentou boicotar a Cooperativa deslocando-se para a COBAL e oferecendo uma farinha de melhor qualidade a um preço menor do que o negociado pela Cooperativa com uma diferença de Cr\$5.000/saco. Para alívio dos produtores o intermediário não atingiu o seu objetivo, não só em razão do convênio ter sido celebrado previamente à sua visita, mas sobretudo pelo fato da Cooperativa tê-lo conseguido com o apoio da OCEB - Organização das Cooperativas do Estado da Bahia e de ex-técnicos do Projeto. Como não conseguiram impedir a vigência do Convênio, os intermediários passaram às ameaças veladas tendo inclusive atentado contra a vida do presidente da Cooperativa o qual foi "forçado a se jogar ribanceira abaixo para não morrer".

A cooperativa mesmo "moribunda" continuava sendo vista pelos intermediários como uma ameaça em potencial e para destruí-la eles não mediam esforços; principalmente no momento em que tudo parecia indicar que os intermediários estavam recuperando as regalias perdidas anteriormente, traduzidas no retorno das vendas de farinha para a rede de Supermercados Paes Mendonça e na volta ao velho expediente de pagar ICM atualmente realizado de forma requintada com a emissão de notas fiscais "frias" feita por firmas fantasmas instaladas em São Felipe e Municípios vizinhos que chegam a agir impunemente pois muitos intermediários mantêm laços políticos com determinados setores do Governo do Estado. Corroborando esta afirmação o ex-prefeito colocou "eu denunciei o fato na Secretaria da Fazenda e os funcionários se queixaram dizendo que pegaram 3 carros carregados de farinha com nota "fria" e tiveram que soltar por ordem de gente do próprio governo".

Navegando num mar de tamanha impunidade os intermediários dispunham de condições para entregar farinha à COBAL com uma diferença superior aos Cr\$5.000 em relação à Cooperativa e ainda auferiam lucros significativos.

O convênio firmado pela Cooperativa com a Merenda Escolar

---

INAN tirou o PROCAB eu trouxe o comprador de Paes Mendonça que veio com o intermediário ver a farinha da Cooperativa, o intermediário furou vários sacos e disse que a farinha não era boa e ofereceu um preço baixo aí eu disse que não vendia".

caracterizava-se pela rigidez de suas normas principalmente no tocante à qualidade do produto, "o controle de qualidade da farinha deverá ser realizado pelo CEPED e caso se constate qualquer irregularidade o produto será devolvido com todas as despesas correndo por conta da Cooperativa" e com relação ao prazo de entrega do produto "a COBAL fica autorizada a cobrar 0,5 a 10% do valor contratado por dia de atraso na entrega do produto".

Através deste Convênio a Cooperativa se comprometia a entregar a farinha à COBAL de acordo com as condições estabelecidas acima e ao preço bruto de Cr\$55.000 arcando com as despesas de ICM, FUNRURAL, descarga e pesagem que totalizavam Cr\$11.069 /saco. Como a Cooperativa estava comprando a farinha dos não Associados<sup>(159)</sup> por Cr\$41.000/saco, após descontadas as despesas ela auferia um lucro de Cr\$2.931/saco. O lucro do intermediário, por sua vez, variava de acordo com suas opções, caso resolvesse transportar a farinha para Salvador se tornaria "isento" do pagamento de ICM e FUNRURAL que representavam juntos em torno de 19,5% do preço total de um saco de farinha; se ele optasse pela revenda da farinha a Paes Mendonça, receberia Cr\$2.000/saco embora já tivesse auferido anteriormente um lucro proveniente de achatamento do preço pago ao produtor de farinha. A questão do achatamento dos preços pagos ao produtor de farinha se constituía no principal "ponto de discórdia" entre os intermediários e a Cooperativa pois esta quando entrava no mercado regulava os preços obrigando os intermediários a pagarem um preço melhor ao produtor de farinha, contribuindo assim para reduzir a exploração dos produtores e consequentemente a margem de lucro dos intermediários, a exemplo do caso presente onde os intermediários estavam pagando ao produtor Cr\$36.000/saco e revendendo esta mesma farinha ao "Paes Mendonça" por Cr\$38.000 totalizando assim Cr\$4.000 de lucro sendo metade obtida junto ao produtor e metade junto a Paes Mendonça. Com a entrada da Cooperativa no mercado, esta passou a pagar Cr\$ ... 41.000/saco forçando o intermediário e a rede Paes Mendonça a pagarem um preço maior pela farinha. Só que desta vez a Cooperativa não estava em condições de bancar o "intermediário generoso"

(159) A Cooperativa estava pagando aos associados apenas Cr\$500 a mais em relação aos não associados.



aumentando significativamente os preços pagos ao produtor reduzindo assim sua margem de lucro pois não mais contava com o subsídio de 5% sobre a quantidade total de farinha comercializada, percentual muito importante na absorção das oscilações registradas nos preços da farinha.

A quantidade de farinha comercializada pela Cooperativa no período compreendido entre 22/05 a 03.06.85 totalizou 7.637 sacos, sendo 84% deste total fornecido pelos proprietários de casas de farinha e 16% correspondentes à produção dos associados. O próprio percentual demonstra que o retorno da Cooperativa foi muito importante para recolocar em operação muitas casas de farinha que deixaram de funcionar com a crise ocasionada pelo aumento dos preços da matéria prima, dentre as quais a casa de farinha do 1º presidente da Cooperativa, que havia permanecido sem funcionar durante 5 meses. O ex-presidente percebendo que as crises no sistema agroindustrial de farinha teriam uma maior regularidade, já estava se dedicando à atividade pecuária através da aquisição de 50 tarefas de terras no Município vizinho de Maragogipe<sup>(160)</sup> as quais se encontram ocupadas com capim. Segundo ele "minha casa de farinha ficou parada porque a raiz tava mais cara do que a farinha e enquanto ela tava parada eu tava cuidando de outras coisas".

As crises no sistema agroindustrial se tornavam acentuadas principalmente em função da grande proliferação de casas de farinha no Município atingindo o número de 80 unidades de processamento, todas elas padecendo do mesmo mal, ou seja, extremamen-

(160) A compra de terras em Maragogipe também era efetuada pelos grandes proprietários de São Felipe os quais estavam tirando proveito da desvalorização das terras do Município vizinho em razão do Banco do Brasil tê-lo retirado da relação das áreas de seca. Com isto o referido Município passou a ter crédito agrícola financiado na base da correção monetária, por tanto praticamente inacessível aos produtores, enquanto São Felipe, por ter permanecido como área de seca continuou com juros de 35%. Esta alta razão fez com que uma tarefa que custa Cr\$150.000 em São Felipe passasse a custar Cr\$30.000 em Maragogipe ocasionando uma verdadeira "febre" de aquisição de terras no Município vizinho, por parte dos proprietários de terras de São Felipe. Além disso, pelo fato das despesas com o crédito agrícola liberado em São Felipe serem significativamente menores do que o de Maragogipe, muitos proprietários de terras nos dois Municípios preferem tomar crédito para a propriedade de São Felipe, deixando os recursos próprios para serem aplicados na propriedade de Maragogipe.

te dependentes do abastecimento externo. Como bem observou um produtor "é muita boca prá pouca comida, muitas casas de farinha vão ficar passando fome".

Tentando enfrentar a concorrência sem precedentes bem como fazer frente às oscilações nos preços do produto, os proprietários de casa de farinha passaram a se empenhar cada vez mais na redução dos custos de produção da farinha, seja através do aumento da exploração da mão de obra empregada no processamento, seja pela realização de testes visando a liberação das raspadeiras, como está sendo o caso de um proprietário de casa de farinha de Terão, localidade vizinha a Sapezinho, o qual proporcionou todas as condições materiais para que um artesão desenvolvesse e construísse um descascador <sup>(161)</sup> com capacidade para descascar 700 Kg de raízes em 30 minutos, dispensando assim os serviços de 30 raspadeiras. Quanto aos trabalhos complementares que porventura viessem a ser requeridos, poderiam ser realizados segundo o proprietário, "enquanto tão carregando o descascador com nova quantidade de raiz, um operador faz o restante do serviço tirando alguma "tintura" que fica".

Para tristeza das raspadeiras o desempenho do novo descascador está correspondendo às expectativas, dando inclusive ensejo para o surgimento das primeiras encomendas efetuadas por 03 proprietários de casas de farinha. Enquanto tendência espera-se que a nova máquina consiga a mesma proliferação das casas de farinha mecanizadas vindo a substituir a única etapa até então não realizada mecanicamente, acarretando assim o desemprego <sup>(162)</sup> de um contingente significativo de mulheres e a extinção, para a maio-

(161) Este descascador difere do descascador da Cooperativa por ser todo confeccionado com madeira, a qual se distribui ao longo do aparelho na mesma posição dos degraus de uma escada, possibilitando assim o descascamento das raízes com bastante eficiência. Embaixo do descascador existe um sistema de trilhos distribuídos na posição frontal e lateral por onde circulam dois grandes caixões, sendo que o de sentido lateral transporta a raspa resultante do descascamento e o frontal transporta as raízes descascadas para o triturador. Para uma melhor compreensão vide as fotografias em anexo.

(162) Estimando que as 80 casas de farinha existentes no Município empregam em média 20 raspadeiras e que todas as unidades de produção decidam substituir o trabalho manual pela utilização de descascador, teremos um desemprego de 1.600 raspadeiras, fato que agravará sobremaneira a combatida sobrevivência da família dos produtores rurais.

ria das famílias, do principal componente da renda familiar. Solicitado a se pronunciar a respeito dos prováveis efeitos ocasionados pela introdução do novo instrumento de produção o produtor que instalou a primeira casa de farinha mecanizada no município se pronunciou "prá gente vai ser melhor, mas como é que fica o povo de Capanema e Maragogipe que tão vendendo o terreno prá plantio de laranja e capim e depois se mudam prá São Felipe onde compram posse prá fazer casa e morar e ficam trabalhando de raspadeira? Vão ficar tudo ruim".

Vejam como as mazelas de capital colocam estes produtores entre a cruz e a espada; de um lado as alterações promovidas pelo capital financeiro, via crédito agrícola, acarretam uma pressão sobre terras de Maragogipe fazendo com que eles se deslocassem para São Felipe onde esperavam amenizar a situação contando também com os recursos provenientes do trabalho de raspagem, mas se depararam com a possibilidade de desemprego iminente ante a utilização do descascador pela maioria das casas de farinha.

Por outro lado, o desenvolvimento deste novo instrumento de produção nos revela que as casas de farinha premidas pela concorrência sem precedentes, tornaram-se verdadeiras "plantas-piloto", a exemplo do caso em questão, demonstrando que não só assimilaram o que viram na Cooperativa como também avançaram e substituíram-na constituindo-se no novo "laboratório" de pesquisas tecnológicas.

O desenvolvimento desta nova tecnologia trará consequências desastrosas para os associados da Cooperativa que encontram atualmente nos trabalhos de raspagem a única fonte de emprego e principal fonte de renda pois conforme colocado anteriormente, o percentual de farinha fornecido pelos 23 associados, de um total de 82, correspondeu a apenas 16% do total da farinha comercializada pela Cooperativa.

Assim, enquanto o pesadelo representado pelo descascador mecânico não se transformava numa ampla realidade, a Cooperativa se debatia com problemas organizativos. A desorganização da Cooperativa se refletia também na organização da produção de fari-

nha onde os "novos" sócios aproveitando-se da situação reinante chegavam, segundo depoimento do Vice-Presidente "com 8.000Kg de raízes compradas para duas pessoas, passando na frente dos sócios que já tavam fazendo a farinha, embolando o trabalho e depois ainda exigem Cr\$500.000 do presidente da Cooperativa prá poder deixar a farinha na Cooperativa, se ele não der eles vendem a farinha fora".

Em razão de continuar dependendo cada vez mais do abastecimento externo, a Cooperativa para se manter produzindo farinha, absorvia os aumentos da matéria prima reduzindo o percentual referente à taxa de administração e por tabela restringia o crescimento dos seus lucros ficando praticamente sem ter o que dividir com os associados ao final do exercício. Na realidade a Cooperativa se descapitalizava para poder se manter em funcionamento sustentando o emprego e propiciando renda aos associados; apesar da nobreza de sacrifício a Cooperativa pagava um preço muito caro caro pela manutenção de uma situação artificial e paliativa que poderia ter outro desfecho caso a entidade tivesse efetivamente canalizado recursos para garantir a autosuficiência no tocante ao suprimento interno de matéria prima. Como isto não aconteceu, a Cooperativa baixou mais uma vez <sup>(163)</sup> a taxa de administração, desta feita de 10% para 3,5% e segundo o Presidente "foi só prá não deixar de botar a casa de farinha da Cooperativa prá funcionar", continuando assim a gerar renda e emprego para os Associados.

Além de se beneficiarem com estas medidas os associados que cultivavam no terreno da Cooperativa recebiam outros benefícios, desde a permissão para que eles construíssem casa e morassem no terreno, passando pela anuência da Cooperativa junto ao Banco do Brasil para garantir a liberação do crédito agrícola e chegando ao cúmulo de pagar os serviços de preparação do terreno dos moradores, vindo a ser reembolsada com mais de um ano, quando eles viessem fazer farinha.

Este número avultado de medidas paternalistas postas em

(163) Ainda no auge da operacionalização do PROCAB a taxa de administração da Cooperativa baixou conforme revela a ata de 30.9.83, "face ao aumento do preço das raízes e como os preços não acompanham a raiz o barato (taxa de administração) baixa de 15 para 10%".

prática pela Cooperativa revelou que a situação econômica da maioria dos associados havia atingido níveis críticos tomando patente que eles não eram os reais beneficiários da intervenção do Estado, através da introdução do progresso técnico, e sim suas grandes vítimas.

Os principais beneficiários foram aqueles produtores que montaram ou reformaram suas casas de farinha, juntamente com alguns representantes do poder local auxiliados ou não pelo financiamento do Banco do Brasil, os quais posteriormente se tornaram os principais fornecedores de farinha para a própria Cooperativa, conforme atestam os referidos 84% do produto entregues por estes à Cooperativa para revenda à COBAL.

Na realidade não é necessário irmos longe, basta darmos uma olhada em Sapezinho para percebermos que o principal beneficiário foi o 1º Presidente da entidade que aprendeu a desenvolver o seu espírito empresarial na Cooperativa e ao cabo de um ano mecaninou<sup>(164)</sup> sua casa de farinha passando a cuidar de seu próprio negócio, tornando-se em muitas oportunidades o principal fornecedor de farinha para a Cooperativa e hoje dá mostras de que conseguiu prosperar através do aumento de patrimônio, pela aquisição de 13,5 tarefas de terra em Sapezinho e de outras 50 tarefas em Maragogipe, possui um carro esporte, instalou energia elétrica em casa, substituiu a antiga televisão ligada a bateria por uma a cores ligada à energia elétrica e adquiriu uma geladeira. Quatro anos após a "saída" do ex-presidente, indagamos a respeito do motivo que o levou ao reaparelhamento de sua casa de farinha ao invés de ter permanecido "fazendo farinha" na Cooperativa e ele foi sintético "fiz isso porque aprendi na escola (Cooperativa), com um ano eu já sabia comprar e vender, não queria ficar com eles (associados), queria trabalhar prá mim, se eu podia me fazer sozinho porque esperar pelos outros? Se eu tivesse junto com eles, tava a mesma coisa hoje".

A colocação do ex-presidente revela com todas as cores que a Cooperativa também se constituiu no "locus" potencializador da transformação dos produtores em empresários agrícolas não só a nível dos associados mas também junto aos proprietários de casas

(164) O mesmo procedimento foi adotado pelos demais proprietários das casas de farinha fechadas a partir da introdução do Módulo agroindustrial, fato este que repercutiu no aumento significativo da concorrência por matéria prima, notadamente a nível da própria localidade.

de farinha que mirados nas mudanças introduzidas pela unidade de processamento da Cooperativa montaram suas unidades de produção mecanizadas, transformando-se a partir daí em autênticos empresários contribuindo assim para o desenvolvimento do processo de acumulação no setor produtor de farinha.

A proliferação das casas de farinha havia contribuído para modificar a paisagem de muitas localidades existindo algumas onde a concentração de casas de farinha era tão grande que a distância observada entre uma e outra chegava a atingir apenas 60 metros. Sapezinho o laboratório da experiência também se modificou ao longo deste processo tendo recebido vários serviços como energia elétrica, água e telefone. No período de entrevistas identificamos 13 casas utilizando energia elétrica, duas com aparelhos de televisão e duas com telefones, sendo um instalado na Cooperativa<sup>(165)</sup> e outro numa casa de farinha.

Pelo visto, somos mais uma vez levados a inferir que o Estado criou as condições para o desenvolvimento agroindustrial e depois que este foi alcançado tornou possível o aparecimento dos serviços de apoio que garantiriam a continuidade deste processo. A nível da iniciativa privada registramos no município vizinho de Santo Antonio de Jesus, a instalação de um posto de revenda de máquinas MIDIAM e a possibilidade da colocação de um posto de venda de descascadores mecânicos.

Enquanto isso a Cooperativa que havia sido o "laboratório", tendo inclusive ensejado a vinda de todos esses serviços, atualmente nada mais era que uma caricatura do que fôra anteriormente, fraca e consumida com problemas de organização que não estão podendo ser solucionados porque segundo o Vice-presidente "não tem diretoria prá se reunir, tem diretor que só vem na Cooperativa prá fazer farinha, falta uma diretoria reforçada prá botar as coisas no lugar" e também "porque o presidente precisa de uma pessoa com mais experiência junto dele, porque senão a bagunça vai

(165) O telefone da Cooperativa foi adquirido em 10.05.82 vindo a ser instalado em 10.01.84. Depois da Cooperativa mais duas casas de farinha instalaram telefone, sendo uma em Sapezinho e outra no Terrão pertencente ao proprietário do descascador mecânico.

continuar".

Vindo agravar ainda mais a situação da Cooperativa, a COBAL decorridos 15 dias do prazo contratado para a efetivação do pagamento, ainda não havia liberado o recurso para a Cooperativa colocando-a em situação embaraçosa perante os fornecedores. Em pior situação ficaram os associados que já haviam utilizado o dinheiro que os filhos ganharam com a raspagem para a compra de mantimentos, além de já terem se endividado nas quitandas locais. Se com apenas dois meses de vigência do Convênio a COBAL já começava a falhar, o que aconteceria daqui pra frente? Movidos por esta desconfiança o presidente juntamente com alguns associados estavam pensando em propor à Merenda Escolar que também estendesse as penalidades contidas no Convênio aos atrasos de pagamento ocasionados pela COBAL, tentando assim evitar que a Cooperativa passasse por vexames futuros. Esta medida era perfeita na teoria mas completamente inócua na prática. Anteriormente sequer uma proposta destas seria cogitada, ao invés disso os produtores escolheriam uma comissão que iria a Feira de Santana exigir explicações e providências por parte da COBAL com vistas à solução do problema. Mas os tempos eram outros, a Cooperativa não estava mais em condições de reeditar suas atuações anteriores e por outro lado precisava continuar a triste sina de continuar umbilicalmente vinculada à COBAL.

Decorridos sete meses em que os associados da Cooperativa foram abandonados à própria sorte por parte do INAN e diante do quadro vigente em Sapezinho, as advertências formuladas anteriormente pelo CEPED e pelo INAN ganham atualidade e assumem um caráter de profecia. Iniciaremos pela colocação do técnico do INAN para demonstrar a flagrante contradição entre a preocupação demonstrada por este em dezembro de 1980 e a insensibilidade de mesmo quatro anos após, configurada na ordenação da retirada do PRO CAB da Cooperativa e concomitante abandono do projeto por parte do INAN. Mais uma vez o tempo mostrava-se pródigo na revelação das contradições. Manifestando-se a respeito da saída do CEPED da área e as condições de assunção do projeto por parte da comunidade ele colocou: "Todavia persiste a dúvida acerca da possibilidade de transferir integralmente à coletividade, mesmo organizada

cooperativamente, toda a responsabilidade administrativa e gerencial, além de técnica, a partir de janeiro de 1981, sem correr o risco de ver sossobrar a iniciativa traduzida na execução do Projeto, criando-se futuramente mais um foco de inoperância e fracasso com prejuízo para os supostos beneficiários e descrédito para o governo responsabilizado por mais um insucesso e gastos inúteis" (166).

Partilhando da mesma preocupação, o técnico do CEPED, ainda em julho de 1980, alertava: "É evidente que o apoio dos Órgãos governamentais Estadual e Federal tem que ser efetivo e substancial, de modo constante e prazo indeterminado para que seja possível o êxito dessa Cooperativa. Os próprios cooperados, mão de obra não qualificada, marginalizados do processo econômico, não poderão, sem ajuda oficial, iniciar, desenvolver e consolidar uma estrutura organizacional que os oriente para uma ação mais participativa na sociedade. Fica claro que, se em qualquer momento, essa ajuda falhar, a probabilidade de insucesso se tornará alta, inviabilizando essa forma associativa para gerir o módulo e fazê-lo autosustentável" (167).

---

(166) INAN - Projeto "Módulo Agroindustrial de Mandioca". Distrito de Sapezinho - São Felipe - Bahia. CONCEIÇÃO, A.J. - Op. Cit. pág. 2.

(167) CEPED. Projeto Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. NUNES, J.A. Carvalho. Modelo de Gestão. Julho 1980. P. 36.



## CONCLUSÕES

O resgate crítico da intervenção do Estado, consubstanciado na trajetória do Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, realizado nos capítulos precedentes foi didaticamente dividido em duas fases não estanques, as quais representam dois momentos da intervenção estatal, momentos estes que se interpenetram e se complementam sobrepondo-se um ao outro de forma a propiciarem invariavelmente a consecução dos dois objetivos perseguido pela ação estatal, quais sejam: acumulação e legitimação.

Diante do exposto nestas duas fases, vejamos quais os efeitos ocasionados por este processo de intervenção junto aos produtores de Sapezinho, a partir da implantação do Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia, o qual se propunha a atingir dois objetivos imediatos e aparentemente contraditórios: o primeiro objetivo estaria comprometido com a modernização do processo de produção de farinha através da implantação de um Módulo agroindustrial auto-sustentado e para que esta experiência lograsse êxito teria que acarretar como consequência o alcance do segundo objetivo relacionado à "elevação da renda familiar e regional e a melhoria dos padrões de alimentação e da qualidade de vida em geral".

Desde a fase majoritariamente democrática, o Estado buscou legitimar sua proposta modernizante perante os produtores de Sapezinho possibilitando a implementação de uma série de medidas-impacto na referida localidade de forma a não só granjear o apoio do pretense público-meta como também fazer com que tais servissem de suporte à montante<sup>(168)</sup>, para a implantação da agroindústria de mandioca.

---

(168) A implantação da agroindústria de mandioca, face à sua capacidade de processamento, também requeria a extensão de ações modernizantes no âmbito do processo de produção de raízes de mandioca, visando o aumento da sua produtividade.

Assim é que, obedecendo a tais imperativos foram introduzidos em Sapezinho o crédito agrícola, os adubos químicos, os campos de observação, os órgãos de extensão rural e pesquisa, etc.

Tais medidas juntamente com as reuniões promovidas na comunidade acabaram legitimando a proposta do Estado, possibilitando assim o apoio e a participação dos produtores tanto nas diversas etapas de implantação da agroindústria de mandioca quanto nas discussões dos critérios para a elaboração de estatuto que daria origem à Cooperativa, entidade criada não só para administrar a agroindústria mas também, conforme evidências posteriores, com o fito de integrar os produtores de forma a limitar o processo de organização e as reivindicações dos mesmos aos marcos institucionais, além de servir de instrumento de mediação na relação entre o Estado (via suas instituições) e os produtores; não obstante as tentativas realizadas no sentido de que esta Cooperativa funcionasse como um instrumento de luta dos seus associados, o que foi conseguido durante toda a fase democrática, sem esquecer no entanto que enquanto esta tentativa se concretizava também eram lançadas as bases para a deflagração do processo de modernização na comunidade.

Ainda na fase democrática, o Estado - através do projeto - conseguiu assumir gradativamente a mediação das relações que a comunidade estabelecia tanto internamente quanto externamente, senão vejamos: os recursos para a aquisição de raízes e os empréstimos para a feira dos produtores anteriormente fornecidos pelos intermediários e produtores-vizinhos mais aquinhoados passaram a ser fornecidos pela Cooperativa; o crédito informal para o plantio, tratos culturais e aquisição de adubos fornecidos anteriormente pelos intermediários foi substituído pelo crédito rural emprestado pelo Banco do Brasil; as cinco casas de farinha pré-existentes foram substituídas pela casa de farinha mecanizada do projeto que foi criada de acordo com o padrão tecnológico vigente na comunidade e imprimiu uma maior produtividade ao processo de transformação do produ

to; no âmbito da comercialização de farinha os intermediários de São Felipe foram substituídos pela COBAL; a inexistência de órgãos voltados para testar a eficiência dos adubos químicos, através da instalação de quadros demonstrativos, exame das amostras de solo, extensão rural e pesquisa, foi suprida pela presença da EMATER-BA, EMBRAPA e técnicos do projeto; até o processo de organização dos produtores, conforme mencionado anteriormente, passou a ocorrer no interior da Cooperativa. De acordo com as alterações processadas, somos levados a inferir que o Estado, ao conseguir mediar praticamente toda a vida da comunidade, revela a substituição mas não a eliminação do "patrão" tradicional representado pelos chefes políticos e intermediários - personificação do capital comercial - por um outro "patrão" em sua versão modernizada.

As mudanças ocasionadas pela operacionalização do Módulo agroindustrial, ao tornarem patente a eficácia do processo técnico, no âmbito do processo de produção de farinha, acarretaram o reaparelhamento das casas de farinha pré-existentes e também a proliferação de novas unidades de produção mecanizadas, processo este que ao cabo de seis anos (março de 1980 a junho de 1985) ensejou o aparecimento de 80 casas de farinha mecanizadas somente no Município de São Felipe<sup>(169)</sup>, configurando deste modo uma autêntica revolução tecnológica desencadeada pelo projeto e financiada majoritariamente com recursos do Banco do Brasil.

A atuação do Estado por um lado introduzindo a modernização no processamento da farinha e por outro lado criando as condições para que os frutos deste processo fossem apropriados por uma parte dos representantes do poder local de São Felipe e alguns proprietários de casas de farinha artesanais, dentre as quais quatro produtores de Sapezinho, lançou as ba-

(169) Os reflexos do progresso técnico não se restringiram a São Felipe, difundindo-se também para os municípios vizinhos (Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Maragogipe, etc) e para as áreas exportadoras de raízes para São Felipe.

ses para o surgimento e posterior fortalecimento de uma camada de produtores modernizados, os quais se constituíram nos potenciais legitimadores, a nível local, da proposta modernizante preconizada pelos setores hegemônicos do poder central.

Foi precisamente esta camada de produtores modernizados, criada e apoiada pelo Estado quem também passou a enfrentar os padrões tradicionais (intermediários) notadamente no âmbito da comercialização da farinha.

Enquanto isso em Sapezinho, centro irradiador do progresso técnico, os efeitos da modernização começaram a se revelar prejudiciais à maioria dos produtos-cooperados na medida em que a proliferação das novas unidades de produção mecanizadas, igualmente dependentes de abastecimento externo, acarretou um aumento significativo na concorrência por matéria-prima.

Neste quadro de concorrência acirrada, a Cooperativa, pelo fato de enfrentar o boicote movido pelos intermediários e principalmente por operar com maiores custos, colocava-se em flagrante desvantagem com relações às novas casas de farinha locais.

Conforme salientado no capítulo anterior, esta situação de desvantagem em que se encontrava a Cooperativa só poderia ser superada na medida em que o projeto viabilizasse uma alternativa de auto-abastecimento para a entidade em foco e garantisse a continuidade do processo de organização dos produtores como forma de tornar possível a criação de um grupo de associados para gerir e por consequência eliminar praticamente todos os custos administrativos e alguns custos operacionais da Cooperativa.

Como forma de fazer frente a esta situação, os produtores de Sapezinho passaram a reivindicar mais terras para o plantio. À reivindicação de mais terras, o projeto respondeu com a aquisição de uma área correspondente a 117 tarefas ( 51

ha) a qual, por negligência <sup>(170)</sup> dos técnicos do INAN <sup>sem como</sup> juntamen  
~~na~~ ~~o~~ ~~da~~ Presidente da Cooperativa acabou sendo reduzida para  
 60 tarefas (26 ha) revelando-se na prática um gasto exorbitan  
 te (Cr\$3.510.000) para uma medida inócua tanto pelo fato de  
 não atender plenamente a reivindicação básica dos produtores  
 de Sapezinho, na medida em que alocou apenas 12 (11%) dos 110  
 produtores cooperados, quanto em razão de não ter se constitu  
 ído numa alternativa de suprimento interno para a Cooperativa.  
 Nem mesmo as 12 famílias alocadas no terreno da Cooperativa  
 receberam a devida assistência ou sequer foram preparados no  
 sentido de destinarem a produção para o Módulo e em decorrên  
 cia disto, verificaram-se alguns desvios de matérias primas pa  
 ra as outras casas de farinha. Por outro lado, a própria exi  
 gência feita pela Cooperativa no sentido de que os 12 produ  
 tores plantassem pelo menos 50% da área (2,5 tar.) ocupada por  
 cada um, se encarregou de reduzir a aquisição do terreno a mais  
 uma medida paliativa de cunho paternalista posta em prática  
 apenas para empregar um pequeno número de associados.

Quanto ao processo de participação dos produtores, a  
 mesma foi inicialmente estimulada pelo projeto como forma de  
 legitimar a proposta de intervenção do Estado em Sapezinho.  
 Com a criação da Cooperativa, este processo apesar de na maio  
 ria das vezes ficar circunscrito ao espaço da entidade e cana  
 lizado para as ações do projeto, algumas vezes transcendia tais  
 limites quando os produtores, em lampejos do exercício de ci  
 dadania, se contrapunham frontalmente às propostas do projeto  
 colocando reivindicações <sup>(171)</sup> que expressavam não só suas re  
 ais necessidades como também a defesa de sua sobrevivência en

(170) Eles não analisaram devidamente a situação pendente dos 5 rendeiros  
 que ocupavam 20 tarefas (8,7 ha) e nem levaram em conta a existência  
 de área encharcada e acidentada do terreno que não se prestava ao  
 cultivo de mandioca, correspondente a 37 tar. (16,1 ha).

(171) Dentre as reivindicações, podemos mencionar a exigência de mais ter  
 ras para o plantio, discordâncias quanto ao processamento conjunto das  
 raízes provenientes da roça, recursos quanto às vendas das raízes pa  
 ra a Cooperativa, discordância quanto à contratação de operadores e  
 raspadeiras assalariadas fixas, manifestaram o desejo de continuarem  
 acompanhando o processamento enquanto estratégia para não perderem o  
 controle da produção de farinha, etc.

quanto grupo social que resistia à introdução das mudanças de correntes da tecnologia de processamento, a qual se encontrava prenhe de novas relações sociais, que por sua vez acabaram suscitando mudanças profundas na realidade sócio-econômica de Sapezinho e adjacências.

O próprio desenvolvimento do progresso técnico, que já vinha ocasionando mudanças no processo de organização dos produtores, aliada à saída dos técnicos de campo bem como à postura centralizadora da presidente, combinada com o autoritarismo colocado em prática pelo Gerente da Cooperativa, com o devido respaldo do INAN, contribuíram não só para obstruir o exercício da participação dos produtores como também para desorganizá-los, afastando-os de suas reivindicações básicas, a brindo desta forma a via para que o Estado, através do projeto, desse curso livremente à sua estratégia modernizante, desta forma amparado pelo emprego da coerção, cuja utilização contra os produtores chegou a tal ponto que até o mutirão, uma das maiores expressões da solidariedade vicinal, acabou se transformando em trabalho forçado.

Assim, escorado na coerção, o projeto tentou legitimar sua proposta modernizante mediante o emprego concomitante de duas ações, as quais se traduziam, conforme o adágio popular, numa política de autêntico "morde e assopra", ou seja, enquanto os produtores sofriam os efeitos da modernização, por outro lado eram implementadas medidas paliativas visando atenuar tais efeitos.

A modernização implementada pela intervenção do Estado em Sapezinho, além de estimular a introdução dos adubos químicos e do trator, ocasionou mudanças profundas na referida localidade a partir da instalação da casa de farinha mecanizada, a qual promoveu a substituição do trabalho vivo (humano) pelo trabalho morto (máquina) conferindo-lhe uma condição acessória; acarretou o fechamento das 5 casas de farinha artesanais, as quais só voltaram a funcionar após o reaparelhamento; introdução do trabalho assalariado em substituição ao trabalho solidário (mutirão, adjutório) presente no âmbito do processa

mento da farinha; rompeu os vínculos que o modo artesanal de produzir farinha mantinha com a estrutura agrária vigente ao promover um aumento significativo na demanda de raízes sem propiciar qualquer alteração fundiária levando os produtores a substituírem a área destinada a outras culturas pelo cultivo de mandioca; contribuiu para enfraquecer substancialmente o processo de organização dos produtores, ensejou o surgimento de um grupo de autênticos empresários agrícolas em Sapezinho e em São Felipe traduzido pela proliferação das unidades de produção mecanizadas.

Por mais paradoxal que possa parecer, os efeitos ocasionados pela modernização se revelavam prejudiciais aos produtores de Sapezinho colocando em risco a própria sustentação da Cooperativa juntamente com sua unidade de produção mecanizada em razão da manutenção dos altos custos operacionais e sobretudo administrativos e principalmente pela crônica dependência do abastecimento externo.

Na realidade não houve por parte do projeto, uma preocupação efetiva no sentido de levar adiante uma proposta fundiária que resultasse não só na eliminação da dependência externa da Cooperativa como também na melhoria do nível de vida dos produtores. O INAN por sua vez, além de não ver com bons olhos a continuidade do estímulo à participação dos produtores, processo este muitas vezes colidente com os interesses do projeto, por outro lado também não apreciava a idéia de que os produtores viessem gerir a entidade posto que isto significaria a retirada do seu preposto (Gerente) da Cooperativa, via eliminação dos custos administrativos.

Uma vez que não se constituía em prioridade a implementação de medidas que viessem garantir efetivamente a auto sustentação do Módulo agroindustrial e como o projeto também não poderia deixar de colocar em prática algumas ações que viessem minorar a situação de penúria dos produtores e que também mantivessem, ainda que artificialmente, a Cooperativa em funcionamento, foram tomadas as seguintes deliberações: a Cooperativa voltava a adquirir raízes para posterior distribuição entre os associados e o INAN, mediante Convênio com a COBAL, in

roduziu o PROCAB na área.

A introdução do PROCAB ao permitir que a Cooperativa, além de comercializar a produção dos associados, também passasse a assumir na prática o papel de açambarcador da produção dos demais produtores de farinha do Município, propiciou—lhe uma sobrevida mas em contrapartida praticamente transformou-a num depósito de farinha.

No decorrer da operacionalização do PROCAB observamos que este programa ao invés de beneficiar os associados acabou beneficiando majoritariamente àquela camada de produtores modernizados criada pelo projeto, os proprietários das unidades de produção mecanizadas, os quais se constituíram nos maiores responsáveis pelo suprimento da farinha para a Cooperativa.

Diante do exposto somos levados a inferir que o PROCAB, embora destinado aos produtores de Sapezinho, se configurou em mais uma política implementada pelo Estado com o sentido de garantir as condições necessárias para o fortalecimento daquele setor modernizado, principalmente no âmbito da comercialização da farinha, locus maior do considerado setor tradicional de São Felipe, os intermediários.

Foi justamente esta camada de produtores modernizados que conseguiu se desenvolver sem requerer a mínima alteração na estrutura agrária vigente, a principal beneficiária do processo de intervenção, enquanto os demais produtores se constituíram nas grandes vítimas, as verdadeiras "cobaias" da acumulação.

Os proprietários das casas de farinha ao longo de 03 anos de operacionalização do PROCAB se fortaleceram cada vez mais, constituindo-se em autênticos empresários agrícolas, os quais buscando desenvolver estratégias com o sentido de se contraporem a um quadro de concorrência acirrada e ao mesmo tempo visando uma maior acumulação, além de explorarem a mão de obra colocando em prática os mesmos métodos utilizados anteriormente pelos intermediários contra eles, chegaram também a transformar suas casas de farinha em verdadeiras plantas-pilo



to, conforme atesta a experiência de fabricação de um descascador mecânico que possivelmente acarretará a mecanização da única etapa realizada manualmente, dispensando assim um contingente significativo de raspadeiras, cujo trabalho se constituía para muitas famílias, no principal componente da renda familiar.

A experiência de fabricação deste novo instrumento de produção revela que os proprietários das casas de farinha não só assimilaram a experiência levada a efeito em Sapezinho como também se fortaleceram mediante o apoio do Estado, chegando inclusive a substituir a Cooperativa ao transformarem suas unidades de produção nos novos laboratórios de pesquisas tecnológicas.

Para a grande maioria dos associados da Cooperativa, os excluídos do processo de seleção econômica promovido pela intervenção do Estado, a introdução do descascador mecânico trará consequências desastrosas ~~para os associados~~ em razão dos trabalhos de raspagem se revestirem de grande importância para os associados, tanto como fonte de emprego quanto como fonte de renda.

Depois de abandonados à própria sorte com a retirada do PROCAB e a conseqüente desativação do projeto, a informação a respeito do descascador se constituía em mais uma dolorosa notícia para os produtores de Sapezinho.

A Cooperativa que havia fechado após a retirada do PROCAB, reabriu graças a mais um convênio (com a Merenda Escolar) que lhe garantirá o funcionamento durante algum tempo. Mesmo assim para evitar transformar-se o máximo possível, mais uma vez, em depósito de farinha, a Cooperativa tentava continuar produzindo farinha mesmo que para tanto fosse forçada a absorver os aumentos da matéria prima através da redução da taxa de administração descapitalizando-se de um lado e por outro lado garantindo artificialmente a sustentação do emprego e da renda dos associados através do funcionamento do Módulo.

Diante dos problemas crônicos enfrentados pela Coopera

tiva e acrescidos com a desorganização reinante na entidade, podemos colocar que a mesma após o término do convênio estará fadada a mais um fechamento, oxalá não seja o definitivo, tanto pelo fato desta não poder concorrer em igualdade de condições com as casas de farinha existentes quanto em razão do boicote dos intermediários, o que lamentavelmente concretizaria o grande temor dos associados, ou seja, de que os intermediários "voltem a botar cabresto na gente".

Pelo visto, a intervenção do Estado, embora não se propusesse a tanto, foi extremamente prejudicial à grande maioria dos produtores-cooperados de Sapezinho, deixando-os numa situação mais difícil do que aquela em que eles se encontravam anteriormente. Na realidade eles não passaram de um joquete nas mãos do Estado acreditando na ilusão da melhoria de vida que resultaria desta experiência; foram utilizados pelo Estado na luta contra os intermediários, os setores tradicionais, enquanto este ainda criava as condições para o surgimento daquela camada de produtores modernizados. E agora abandonados à própria sorte pelo Estado que os tutelou durante seis anos, encontram-se por um lado sofrendo e à espera dos novos efeitos (descascador) da modernização que eles ajudaram a deflagrar e por outro lado temendo a inexorável volta à dependência dos intermediários.

Com relação ao Estado, podemos colocar que o mesmo através do projeto conseguiu atingir seus objetivos tanto via introdução do processo de modernização, o qual ocasionou uma autêntica revolução tecnológica, tornando assim possível o processo de acumulação de capital, quanto através da criação de uma camada de produtores modernizados para que estes viessem a se apropriar dos benefícios gerados pela modernização e ao mesmo tempo se constituíssem nos principais legitimadores desta proposta modernizante emanada dos setores hegemônicos do poder nacional.

Vale frisar que tanto a modernização quanto a criação dos produtores modernizados se verificaram nos marcos da chamada modernização conservadora, isto é, sem que fosse neces-

sária qualquer alteração na estrutura agrária municipal e mesmo quando tal alteração foi exigida enquanto alternativa para a melhoria do nível de vida dos cooperados, o Estado, via burocracia, recorreu ao emprego da coerção e à implementação de medidas fraternalistas realizando assim o seu papel de organizador político do interesse geral dos dominantes e desorganizador dos interesses dos dominados.

Quanto à preocupação do Estado com relação à "melhoria do nível de vida em geral", esta além de encerrar uma conotação ideológica, estaria condicionada à capacidade que determinados produtores teriam no sentido de responderem satisfatoriamente aos requisitos do processo de modernização sem que para tanto fossem necessários quaisquer sacrifícios dos interesses essenciais dos setores dominantes rurais.

Foi exatamente junto a esta camada de produtores modernizados que o discurso geral de "melhoria de nível de vida" se materializou, enquanto aos "excluídos" de Sapezinho coube o emprego de medidas coercitivas e paliativas, deixando patente que o Estado, ao mesmo tempo que consolida os interesses e molda políticas específicas que delineiam o perfil dos vencedores, elabora também o retrato transfigurado dos vencidos: desenvolvimento "humanizado", o homem como meta, a educação para todos como forma de retribuição de rendas etc, etc, são projeções da cara da nação que não existe mas que para consolidar sua face verdadeira são tão importantes quanto reais como aspiração, como ilusão e como função social" (172).

Podemos colocar que o projeto em foco, ao promover o processo de modernização e ao criar simultaneamente as condições para que uma camada de produtores se beneficiasse com esse processo, cumpriu eficazmente o papel de chamariz para uma parte do "setor privado local", possibilitando assim o processo de acumulação de capital no setor produtor de farinha, o que não está em contradição e nem impede que este processo modernizante venha concretizar como consequência, a melhoria do nível de vida dos produtores em geral.

---

(172) CARDOSO, F.H. Autoritarismo ... Op. Cit. p. 196.

Esta experiência também foi bastante proveitosa para as instituições participantes a exemplo do CEPED que conseguiu , mediante convênio com o programa POLONORDESTE, instalar noutras localidades baianas, diversas casas de farinha mecanizadas acopladas a prédios escolares, construídas com tecnologia solo-cimento, e o próprio INAN que, desde a entrada da COBAL até a retirada do PROCAB (1980 a 1984), vinha suprindo regularmente o seu programa de distribuição de alimentos às populações carentes dos centros urbanos.

## BIBLIOGRAFIA

AQUINO, C.R.N. Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca com Produtores de Baixa Renda. In: Congresso Brasileiro de Mandioca, 1, Salvador, 1979. Anais do 1º Congresso Brasileiro de Mandioca. Salvador, SBM, 1981, v. 1, págs. 499 e 500.

ANDERSON, Perry. A Crise da Crise do Marxismo. S.P. Brasiliense. 1984.

AGUIAR, Neuma. Tempo de Transformações no Nordeste. Petrópolis. Vozes. 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Programas de Tecnologia. PRONAN/PNBB. (Versão Preliminar). Brasília, 1979.

Governo Federal - INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), IPEA (Instituto de Planejamento Econômico: PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, 1976-1979.

BRITO, F.E. Matos. Reflexos da Intervenção Estatal na Pequena Produção de Sapezinho. Projeto de Dissertação. Mimeo. Campina Grande. UFPB. Março, 1983.

et alli. Desenvolvimento Tecnológico na Agricultura. Mimeo. Campina Grande. UFPB, 1982.

BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Petrópolis. Vozes. 1984.

CARDOSO, F.H. Autoritarismo e Democratização. R.J. Paz e Terra. 1975.

O Estado Capitalista e Marxismo. IN: Cadernos CEBRAP . Nº 21. SP. Brasiliense. 1977.

CARVALHO, L.E. Projeto Módulo Mandioca. Da Conceituação ao Campo. Notas para Reflexão. Brasília. Mimeo. 1982.

Pesquisa Tecnológica no Desenvolvimento Agroindustrial e Comunitário. In: Alimentação e Nutrição. S/N.Março.1982.

CEPED/PROAGRO. Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda no Estado da Bahia. Plano Operacional. Março 1979.

Quadro de Carências e Recursos da Comunidade de Sapezinho. São Felipe. Bahia. Junho 1979.

NETTO, J.C. Avaliação do Projeto Módulo da Mandioca. I Relatório. Maio. 1980.

NUNES, J.A. Carvalho. Modelo de Gestão. Julho 1980.

Projeto Módulo Mandioca. Gestão. Administração Interna da Cooperativa. Abril. 1981.

CARVALHO. T.G. Relatório de Ação Comunitária. Sapezinho. São Felipe (Bahia). 1982.

ENGELS, Friedrich - "O Problema Camponês na França e na Alemanha". In: Textos Vol. 1. São Paulo, Edições Sociais, 1975.

A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. RJ. Civilização Brasileira. 1980.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha - Extensão Rural, Extensão do Capitalismo? Análise do Sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979). Projeto de Tese de Doutorado. Mimeo. Campinas. 1980.

GNACCARINI, José Cesar - Latifundio e Proletariado. S.P. Ed. Polis, 1980.

GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel. R.S. L&PM Editores Ltda. 1980.

IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura. R.J. Civilização Brasileira. 1979.

A Ditadura de Grande Capital. R.J. Civilização Brasileira 1981.

INAN. Projeto Módulo Agroindustrial de Mandioca. Distrito de Sapezinho. São Felipe. Bahia.

CONCEIÇÃO, A.J. Programa Complementar, s.d.

• LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. S.P. Hucitec. 1983.

MACCICCHI, M.A. A Favor de Gramsci. RJ. Paz e Terra. 1976.

MARTINS, J.S. Expropriação e Violência. S.P. Hucitec. 1980.

MARX, Karl - Contribuição à Crítica da Economia Política. SP. Martins Fontes, 1977.

O Capital. Vol. II. Tomo 2. In: "Os Economistas". SP. Abril Cultural. 1985.

O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: Testes Vol. 3 . SP. Edições Sociais, 1977

e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. SP. Ciências Humanas. 1979.

O Manifesto do Partido Comunista. In: Cartas Filosóficas e Outros Escritos. SP. Editorial Grijalbo. 1977.

MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. R.J. Zahar. 1972.

• NAKATANI, Paulo. Estado e Acumulação de Capital. Discussão sobre a Teoria da Derivação. Campina Grande. Ainda não publicado.

O'CONNOR, James. USA: A Crise do Estado Capitalista. R.J. Paz e Terra. 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Paz e Terra. 1978.

PEREIRA, P.G. Tecnologia e Pobreza: A Experiência da Farinha de Mandioca. In: Revista Brasileira de Tecnologia. Vol. 13 Nº 4. 1982.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. R.J. Paz e Terra. 1977.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. S.P. Martins Fontes. 1977.

Elementos de Análise sobre a Crise de Estado. In: " O Estado em Crise". R.J. Graal, 1977.

e MILIBAND, Ralph. Debate sobre o Estado Capitalista. In: "Crítica e Sociedade". Nº 2. Porto. Edições Afrontamento. 1975.

RODRIGUES, Azelma. O INAN na Bahia: A Desnutrição Procura uma Saída. In: Revista da OCB. Nº 16. 1980.

SALAMA, Pierre e MATHIAS, Gilberto. O Estado Superdesenvolvido. S.P. Brasiliense. 1983.

SANTOS, J.V. Tavares dos. Colonos do Vinho. S.P. Hucitec. 1978.

SEPLANTEC/CONDER - Estudos Básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo. Vol. 1, Tomo II, Bahia, 1974.

Caracterização Geral da Problemática do Recôncavo. Tomo I, 1974.

Estrutura Agrária. Tomo III. 1974

Comportamento e Sistemas de Produção. Tomo IV. 1974.

A Comercialização: Canais e Mecanismos. Tomo V. 1974.



SILVA, J.F. Graziano da. (Coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. S.P. Hucitec. 1978.

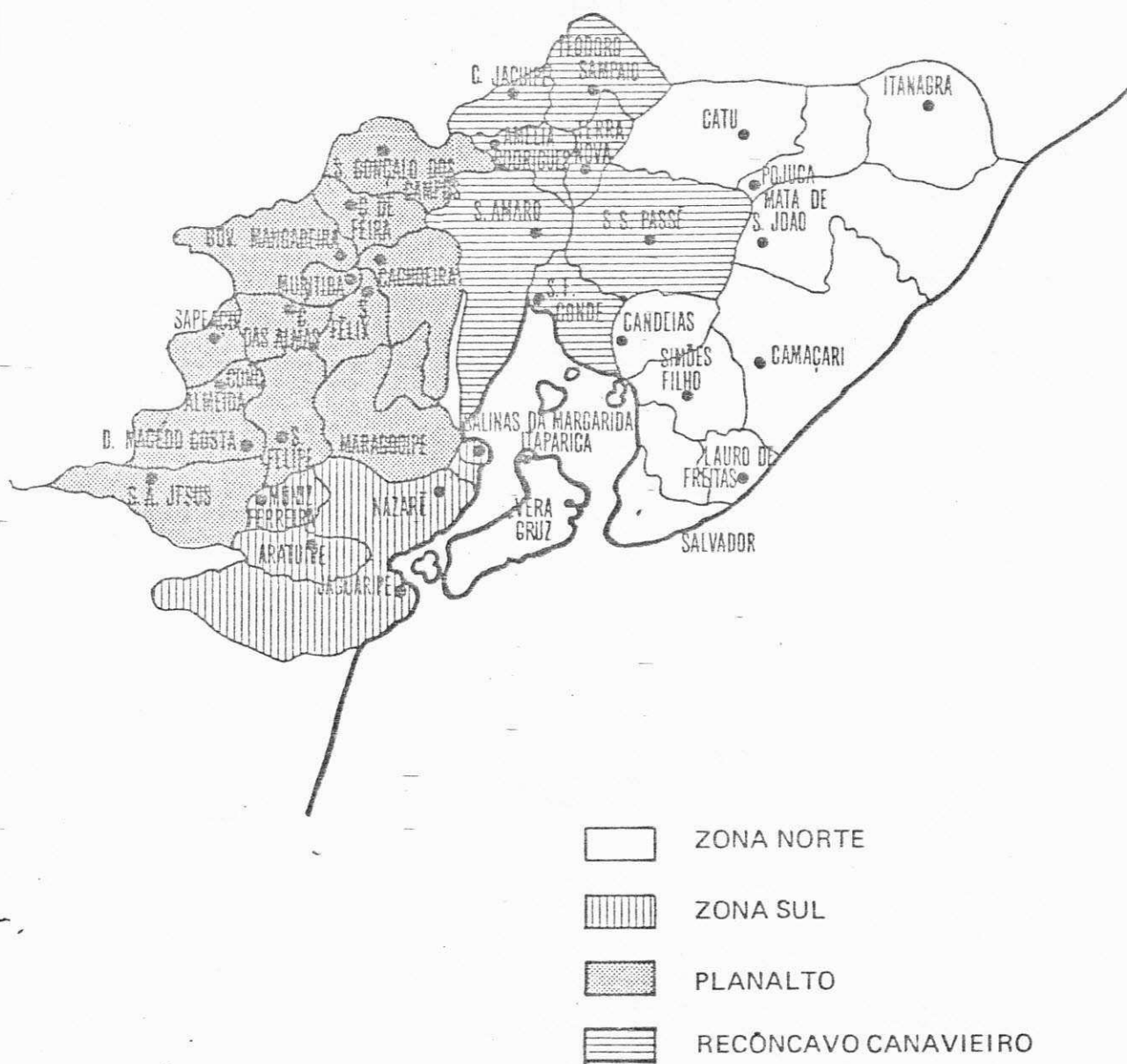
URRY, John. Anatomia das Sociedades Capitalistas. R.J. Zahar. 1982.

ANEXOS

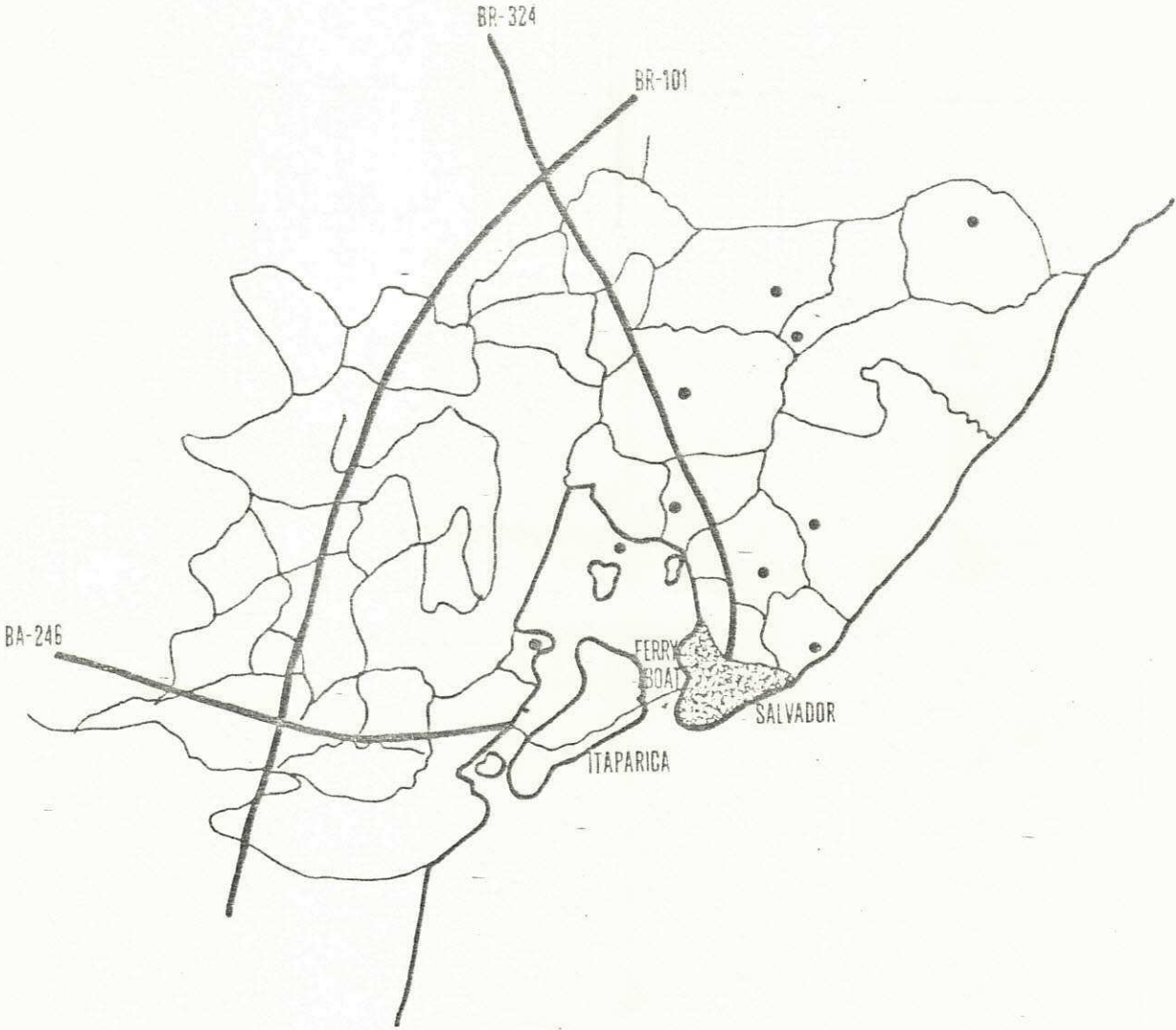
O RECÔNCAVO NO ESTADO

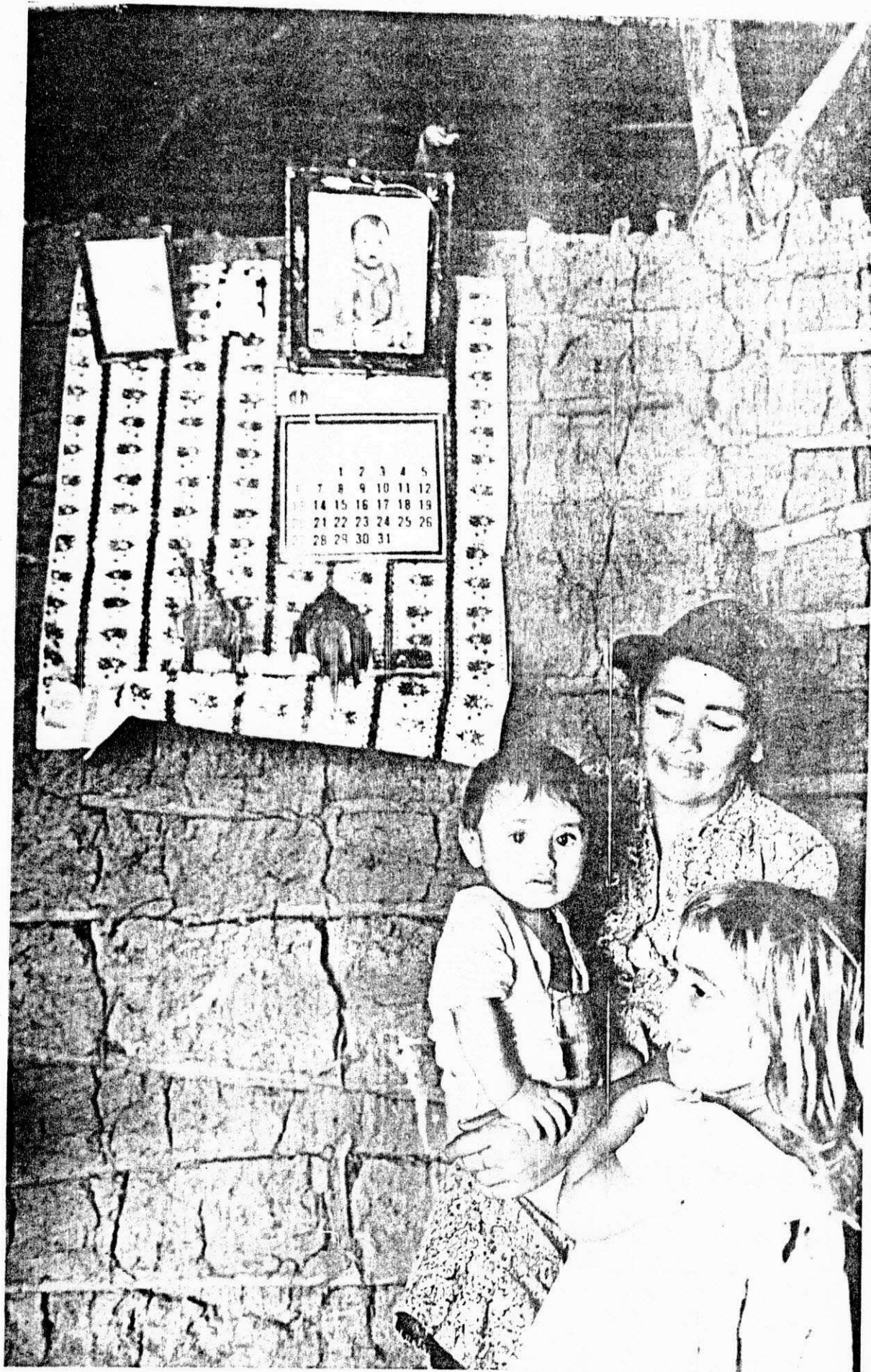


## ZONEAMENTO DO RECÔNCAVO

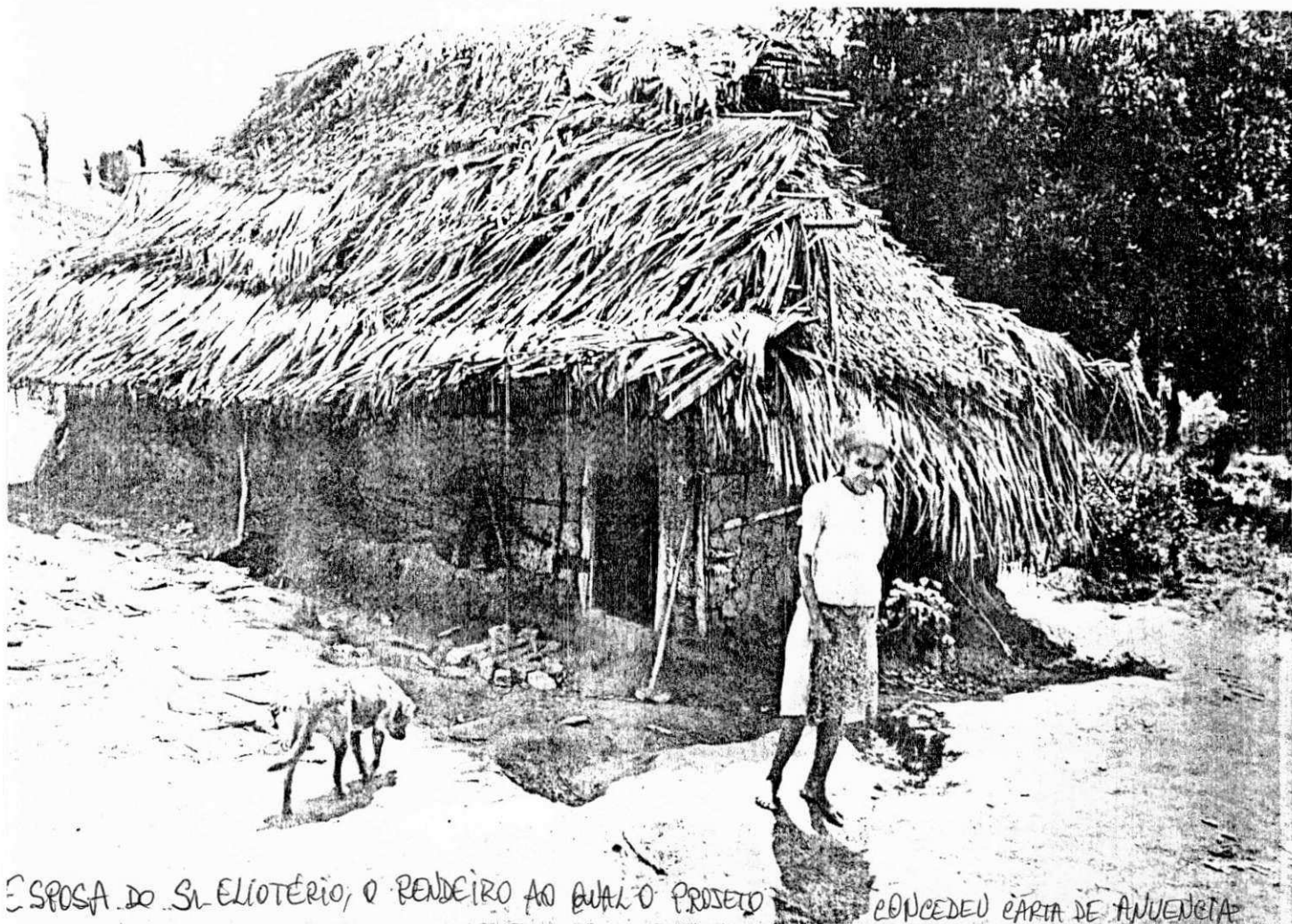


SISTEMA VIÁRIO DO RECÔNCAVO





Os casebres geralmente são feitos de forma precária, não só pela falta de condições materiais, como pela temporariedade de permanência na terra



ESPOSA DO Sr. ELIOTÉRIO, O VENDEIRO AO QUAL O PROSETO CONCEDEU CARTA DE ANUENCIA

rações na ideologia alimentar da comunidade envolvida, conforme explicam sociólogos e antropólogos, pois o acesso aos alimentos depende de uma série de conhecimentos acerca do que é percebido e consumido, bem como das ofertas à disposição.

O antropólogo da Universidade de Brasília, Klass Woortmann, com larga experiência no setor, atualmente dirige, através da Fundação Getúlio Vargas, um grupo de pesquisas nas comunidades de Sergipe. Ele investiga os efeitos do programa do INAN, aplicado pela Emater, no sistema de produção e padrões de alimentação, saúde e nutrição. Garante Woortmann que as pesquisas — ainda não concluídas — não têm o objetivo de avaliar os níveis de acerto do programa, mas da reação da população à invasão de novas técnicas.

Por outro lado, baseado em experiências anteriores sobre as quais tem trabalhos publicados, explica que não se pode afirmar que apenas a melhoria do nível de renda das populações carentes vai determinar aumento nutricional imediato.

Isso depende da relação entre consumo e produção, já pré-fixada, envolvendo o fator tradição, e, principalmente, de uma interação comunitária com as novas técnicas aplicadas.

nicas aplicadas.

No caso de Sapezinho, as pesquisas foram realizadas antes do programa, para que o trabalho prático do Centro de De-



Benedito Nascimento, alvo da pesquisa sobre doença de Chagas da UnB: "só numa noite eu matei 50 barbeiros"

# OS PRODUTORES DURANTE A FASE DEMOCRÁTICA



ria das Mercês planta mandioca com os filhos em cada pedaço de sua pouca terra

José Nascimento, presidente da cooperativa: "A gente não tá mais aquele povo atrasado. Tamo andando por nossas cabeças também"

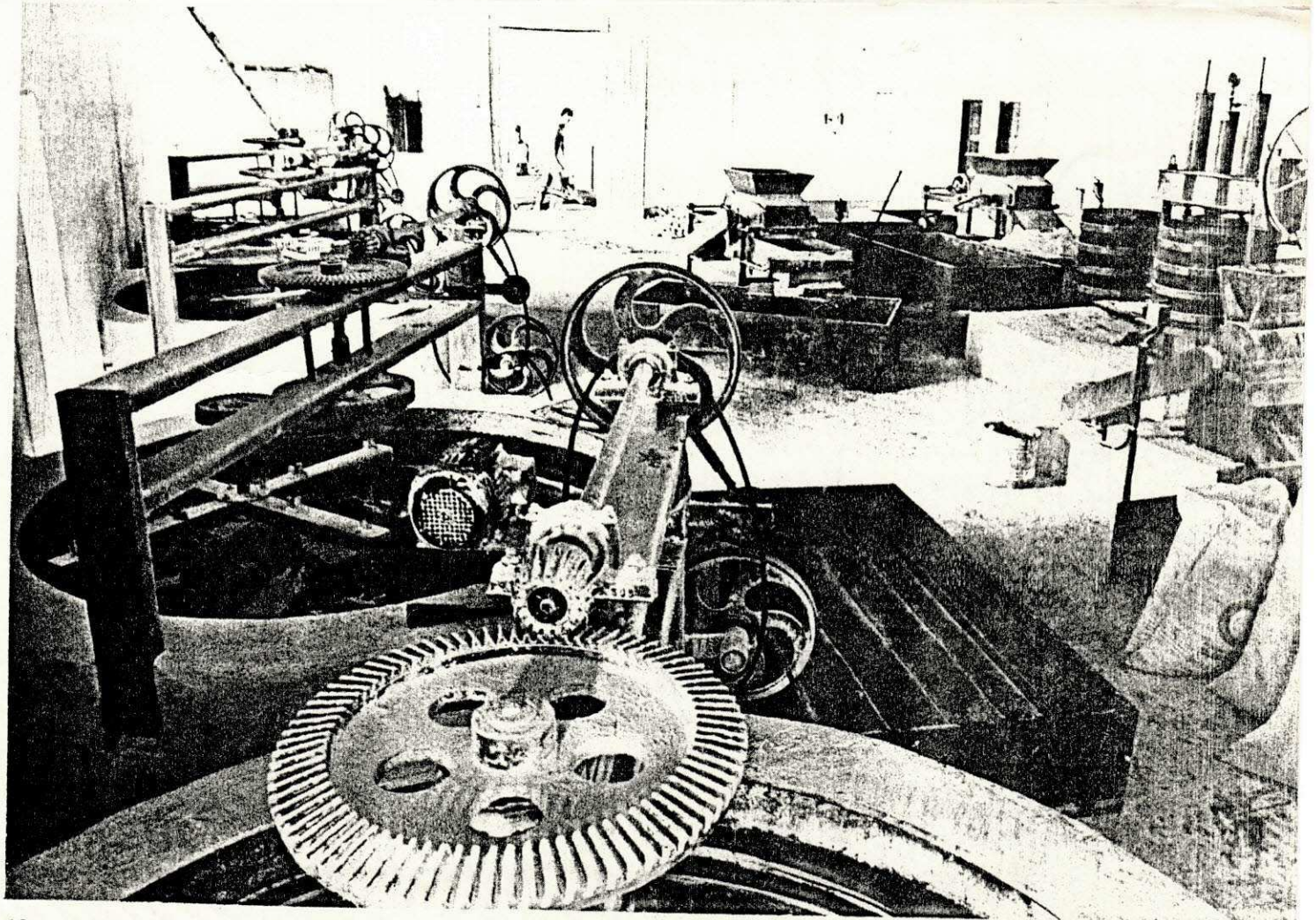




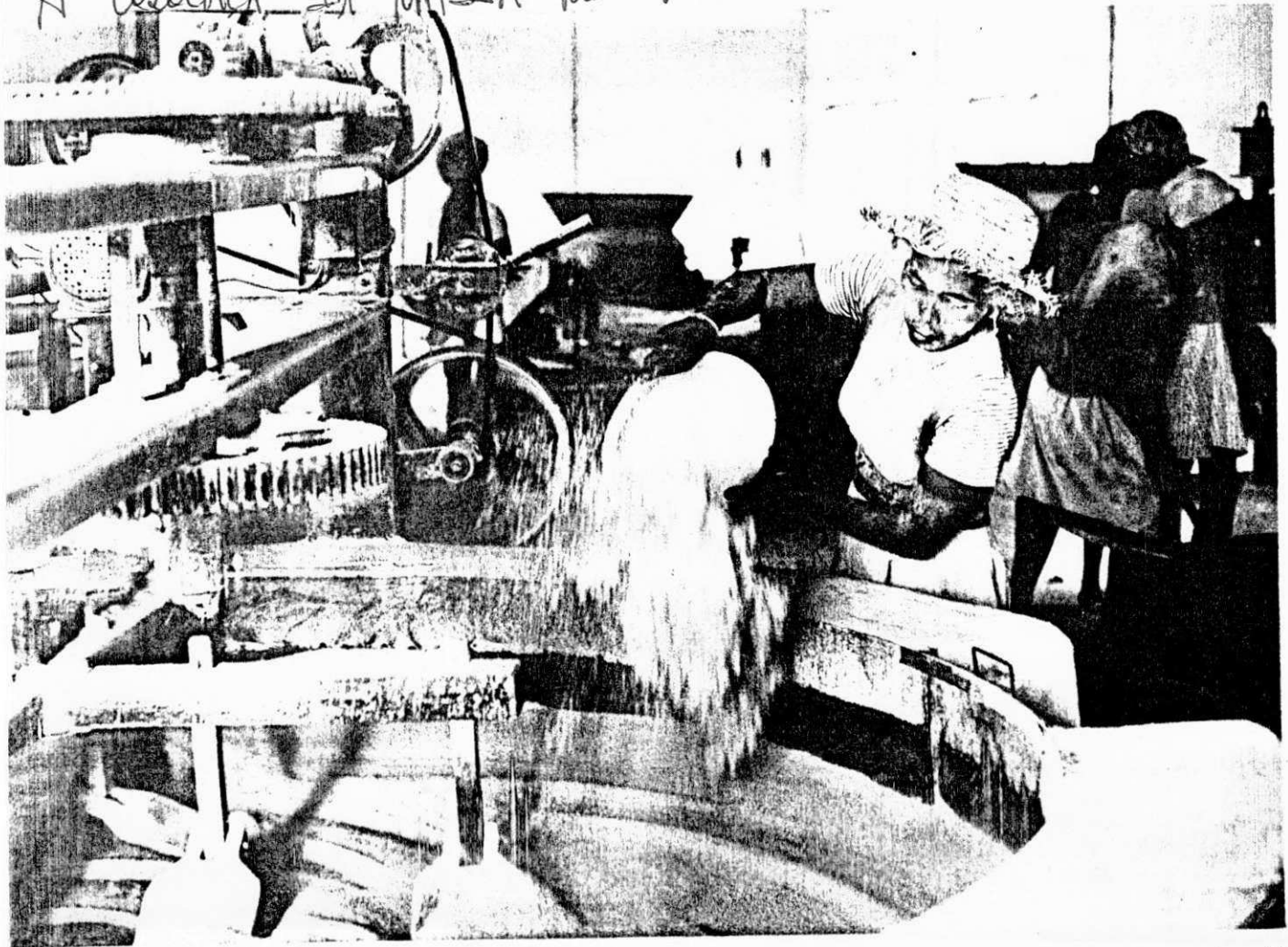
As cascas são recolhidas para adubo



VISTA INTERNA DO MÓDULO COM DESTAQUE PARA O CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS <sup>59</sup>



## A COLOCAÇÃO DA MASSA NOS FORNOS



61



somose e o único hospital é fechado à população por mazelas de políticos rivais. A doença de Chagas é pesquisada pela UnB, que construiu casas de cimento utilizando tecnologia do Ceped para 34 atingidos, mas mantém os casebres antigos no mesmo local onde se encontram os doentes, como fonte de pesquisas e recolhimento de barbeiros.

Certos problemas, conforme acredita o INAN, são apenas de ordem operacional, que devem ser superados ainda este ano, pois trata-se de "uma experiência revolucionária", de onde o Banco Mundial pretende retirar subsídios para políticas nutricionais mais efetivas em países subdesenvolvidos. Cerca de oito milhões de cruzeiros já foram gastos com montagem da agroindústria e pagamento dos técnicos, estando previstos mais cinco milhões para este ano, quando se esperam melhores resultados.

66

## AS RASPADEIRAS DO MÓDULO, FILHAS DOS ASSOCIADOS

LISTA NOMINATIVA DOS COOPERADOS FUNDADORES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA  
DE MANDIOCA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE - BA - R/L

CAPITAL MÍNIMO CR\$ 20.500,00

SEDE Sapezinho

VALOR DA QUOTA-PARTI

N O M E	Nacionalidade	Idade	Estado Civil	Profissão	R
- José Nascimento Mota	Brasileira	51	solteiro	lavrador	Sa
- Francisco Santiago de Oliveira	"	44	"	"	
- Maria das Graças Santiago de Jesus	"	21	solteira	lavradora	
- Francisco Cerqueira de Queiroz	"	56	casado	lavrador	Te
- Deoclécio dos Santos Silva	"	32	solteiro	lavrador	Fe
- Eusébio da Hora Bispo	"	43	"	"	Sa
- Sinésio Cândido do Rozário	"	39	"	"	
- Manoel Carvalho dos Santos	"	44	casado	"	Gr
- Crispiniano dos Santos	"	42	solteiro	"	S
0- Plínio Pereira da Cruz	"	32	casado	"	S
1- Florisvaldo Nascimento Costa	"	26	solteiro	"	
12- José Pereira da Cruz	"	54	"	"	S
13- Cândido Soares dos Santos	"	58	"	"	S
14- Maria Nascimento Costa	"	29	"	"	
15- Georgina Ramos Sales	"	55	viúva	lavradora	
16- Ranulfo de Souza Barreto	"	45	solteiro	lavrador	
17- Benedito Nascimento Costa	"	33	casado	"	
18- Agemiro Manoel Araújo	"	63	"	"	
19- Arnulfo Bispo de Moraes	"	30	"	"	
20- Anselmo Pereira da Silva	"	60	solteiro	"	
21- Pedro Bispo de Jesus	"	74	"	"	
22- Eusébio Paulo dos Santos	"	62	casado	"	
23- Eliotério José da Silveira	"	60	"	"	

São Felipe, 31 de Março de 1986

1986

*[Handwritten signature]*

LISTA NOMINATIVA DOS COOPERADOS FUNDADORES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTOS DE MANDIOCA  
DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE - BA - R/L

CAPITAL MÍNIMO CR\$20.500,00

SEDE Sapezinho

VALOR DA QUOTA-PARTE CR\$100,00

AUTENTICAÇÃO - INCRA

Fls. 09 pág. 13

NOME	Nacionalidade	Idade	Estado Civil	Profissão	Residência	QUOTAS-PARTES	
						Nº	VALOR
Antonio de Jesus Santos	Brasileira	33	casado	lavrador	Sapezinho	5	500,00
Bernardo Ferreira de Jesus	"	34	"	"	"	5	500,00
Maria José da Conceição	"	51	viúva	"	"	5	500,00
Maria das Mercês Mota	"	46	"	"	"	5	500,00
Maria Lima Santiago	"	56	"	"	"	5	500,00
José Andrade Barbosa	"	27	casado	"	"	5	500,00
Apolônio de Jesus	"	50	solteiro	"	Sobradinho	5	500,00
José Santana Silva	"	20	"	"	Sapezinho	5	500,00
João Bispo da Conceição	"	34	casado	"	"	5	500,00
Irênio dos Santos	"	39	solteiro	"	"	5	500,00
João dos Santos	"	32	"	"	"	5	500,00
Bartolomeu dos Santos Almeida Alves	"	25	casado	"	"	5	500,00
Leonídio José de Santana	"	41	"	"	"	5	500,00
Vivaldo Pereira da Cruz	"	55	solteiro	"	"	5	500,00
Anatôlio Mota de Oliveira	"	33	casado	"	"	5	500,00
Catarino Gonçalves de Souza	"	49	solteiro	"	Terraço	5	500,00
Antonio Joaquim de Santana	"	60	solteiro	"	Sapezinho	5	500,00
Maurino Nascimento Costa	"	75	casado	"	"	5	500,00

São Felipe : 31 de março de 1980

Maurino Nascimento Costa  
Presidente

## 2 - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

### 2.1 - Dados Gerais da Empresa

#### 2.1.1 - Razão Social :

Cooperativa Agrícola dos Produtores de Mandioca de São Felipe Resp. Ltda. - COMASFE

#### 2.1.2 - Endereço :

Sapezinho - Km 4 da Estrada que liga São Felipe a Maragogipe e Cruz das Almas, no município de São Felipe.

#### 2.1.3 - Sede e Foro :

São Felipe - (Bahia)

#### 2.1.4 - Forma Jurídica de Organização e Data de Constituição :

Cooperativa, será constituída em 31 de março de 1980.

#### 2.1.5 - Objetivos da Sociedade:

A empresa terá como objetivo a produção, beneficiamento, processamento e comercialização da mandioca e seus derivados.

#### 2.1.6 - Prazo de duração da Sociedade:

Indeterminado

#### 2.1.7 - Capital Social e Composição:

O capital social será de Cr\$20.500,00, divididos em 205 cotas - partes de valor unitário de Cr\$100,00. A sociedade será composta de 41 sócios fundadores, tendo cada de subscrever 5 cotas-partes no valor to-

tal de Cr\$500,00 para cada sócio.

A cooperativa será criada como resultado do desenvolvimento do Projeto Módulo Agroindustrial de Produtores de Baixa Renda executado pelo CEPED - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em convênio com o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

Os investimentos realizados pelo CEPED e Prefeitura de São Felipe em termos de construção da fábrica, aquisição de terreno, equipamentos e instalações, no valor estimado de Cr\$1.900.000,00 deverão ser incorporados ao capital social em forma de doação, devendo a Cooperativa assumir como proprietária, a responsabilidade na exploração do empreendimento.

#### 2.1.8 - Administração da Empresa :

A Administração da Empresa será exercida pela Diretoria assim constituída:

##### Conselho de Administração

Presidente - José Nascimento Mota

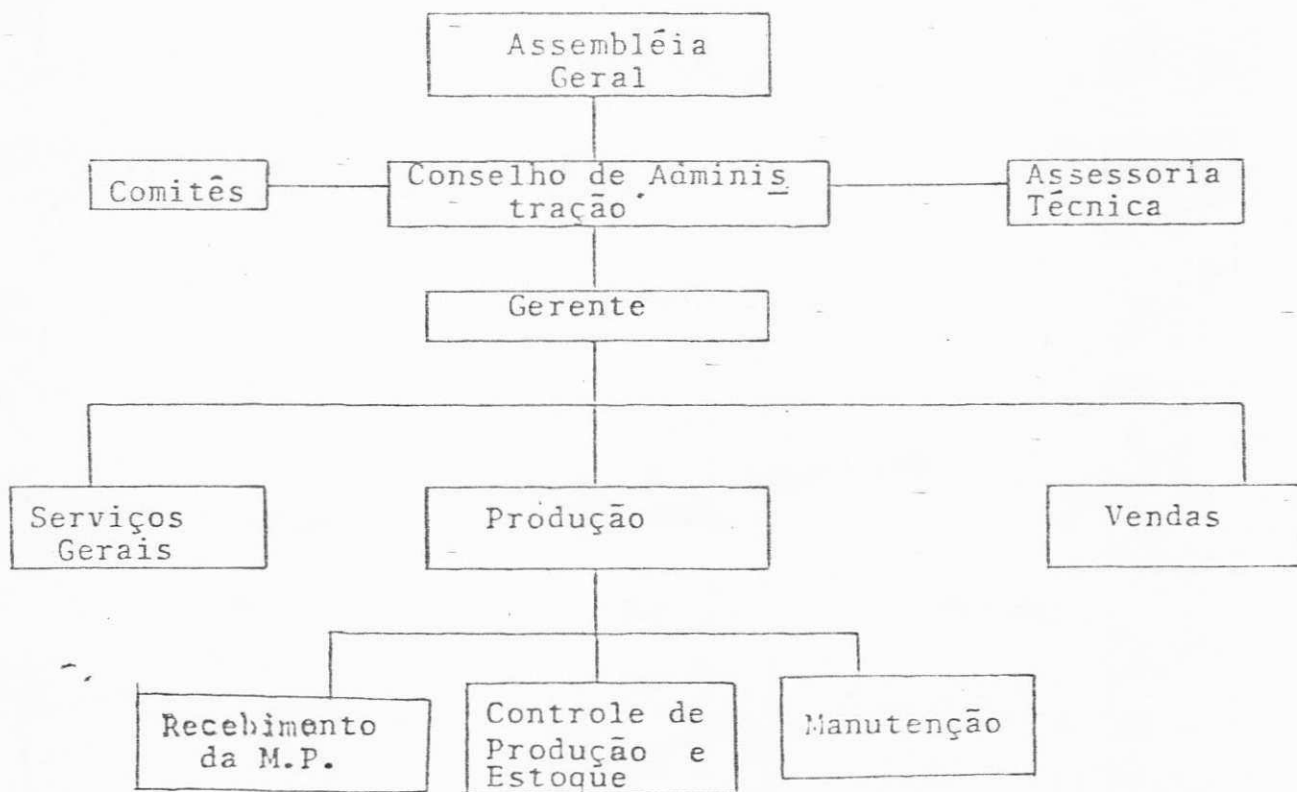
Vice-Presidente - Francisco Santiago de Oliveira

Secretário - Maria das Graças Santiago de Jesus

Conselheiro efetivo : Francisco Cerqueira de Queiroz

Assessorará o Conselho de Administração, em tempo integral, o Engº Agrônomo Francisco Emanuel Matos Brito, empregado do CEPED à disposição da Cooperativa.

# — ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMASFE —



1 - 01 (uma) trituradora automática, fabricada em chapas de ferro com 2m de diâmetro, armação em cantoneiras "U" de ferro, mancais e rolamentos industrial, polias e correias, motores elétricos 2CV e 4 polos, 220/380V;

preço unitário: Cr\$19.200,00..... Cr\$76.800,00

2 - 01 (um) triturador automático para raízes fabricado em cantoneiras de ferro, mancais e rolamentos industrial, eixo e rebolo c/serras trocáveis, polias, correias e motores de 5CV e 4 polos, 220/380 volts.

preço unitário: Cr\$15.850,00 ..... Cr\$15.850,00

3 - 01 -(um) esfarelador (triturador automático com peneira oscilante), para massa prensada, fabricação em cantoneira de ferro, mancais e rolamentos industrial, rebolo, conforme o item 2º, motor 5CV 220/380V;

preço unitário: Cr\$17.600,00 ..... Cr\$17.600,00

4 - 01 (um) uniformizador para farinha quebradinha, automático, fabricado em ferro, mancais e rolamentos industrial, eixo com facas trocáveis, motor elétrico de 5CV e 4 polos, 220/380V;

preço unitário: Cr\$ 9.700,00 ..... Cr\$ 9.700,00

5 - 01 (uma) prensa a óleo, fabricada em cantoneira de ferro, motor elétrico de 2CV e 4 polos, 220/380V;

preço unitário: Cr\$51.300,00..... Cr\$51.300,00

6 - 01 (uma) prensa manual tipo gaiola, grande, fabricada em cantoneiras de ferro "U", tampa de madeira, fuso de aço 1920 e porca de ferro fundido, com 6 (seis) separadores de madeira e cano de ferro para apertar o fuso.

preço unitário: Cr\$ 8.000,00 ..... Cr\$ 8.000,00



7 - 01. (um) classificador de farinha (peneira oscilante) fabricado em cantoneiras de ferro, com rolamentos industrial, polias e mancais, motor elétrico de 2CV e 4 polos, 220/380V;  
 preço unitário: Cr\$ 8.800,00 ..... Cr\$ 8.800,00

Serão adquiridos, além dos equipamentos MI DIAM acima discriminados, os seguintes equipamentos auxiliares:

8 - 01 (uma) balança marca Filizola, modelo 160, com capacidade para 500kg móvel, com plataforma de 75 x 70cm.  
 preço unitário: Cr\$24.860,00 ..... Cr\$24.860,00

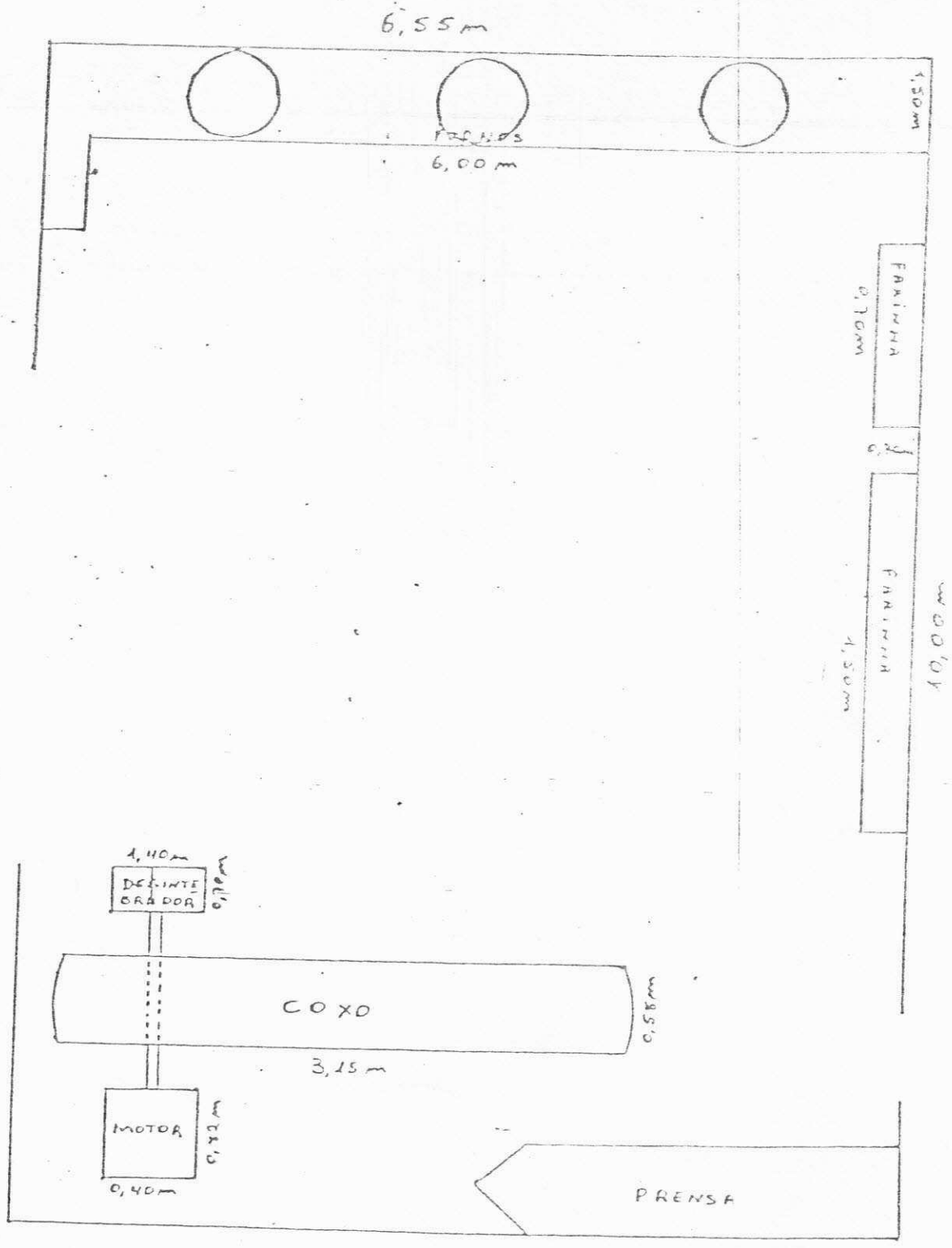
9 - 03 (três) carrinhos móveis.  
 preço unitário: Cr\$. 4.900,00 ..... Cr\$14.700,00

T O T A L: ..... Cr\$227.610,00

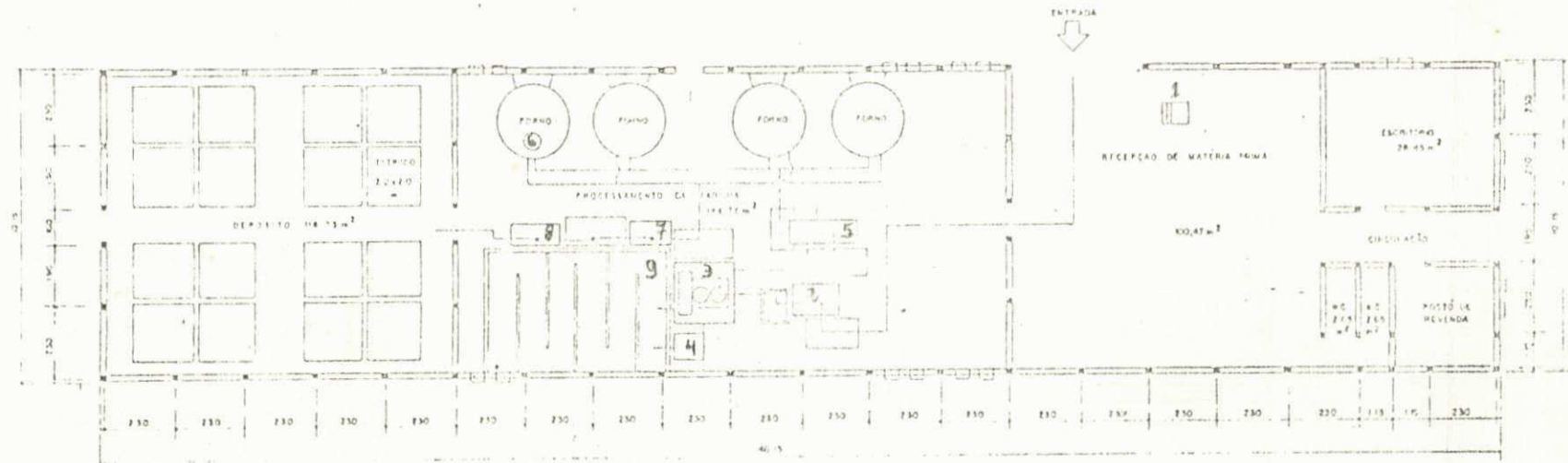
d) Meio de transporte da matéria-prima

O transporte das raízes de mandioca da estrada até o pátio da fábrica será efetuado por caminhonetes ou carroças e/ou carreões puxados por animais de carga. A vida útil deste tipo de veículo à tração animal está em torno de 10 anos e a capacidade de carga é aproximadamente 600kg. O custo de uma carroça completa incluindo o custo animal, é de Cr\$23.000,00. Serão necessárias três carroças para o abastecimento diário da unidade.

SAPEZINHO - CASA DE FARINHA  
"OPTIMUM TECNOLÓGICO" A NÍVEL TRADICIONAL



# PLANTA BAIXA DA AGROINDUSTRIA DE MANDIOCA



- |                      |                     |
|----------------------|---------------------|
| 8 — PENEIRA          | 6 — PREENSA MENCIAL |
| 7 — UNIFORMIZADOR    | 5 — ESTAFELADOR     |
| 9 — TANQUE DE AMIDO  | 2 — DESMONTADOR     |
| 3 — PREENSA MECANICA | 1 — BALANCA         |
| 4 — FORNOS           |                     |

Figura 2

CEPED — CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO  
 PROJETO INAN - 920 03 18  
 FABRICA DE BENEFICIAMENTO DE MANDIOCA  
 SAPEZINHO - SÃO FELIPE - BAHIA  
 PLANTA BAIXA — LAY-OUT  
 ESC. 1/100



Em, 31 de janeiro de 1980.

Senhor Secretário,

O Município de São Felipe, tem sua economia baseada e alicerçada exclusivamente nas atividades agro-pecuárias. A receita que o Estado obtém aqui muito bem demonstra o quanto se produz. Como atividade principal desenvolve-se o fabrico da farinha de mandioca, e nesse setor já o CEPED está instalando uma moderna fábrica de farinha movida a energia elétrica. A farinha de mandioca, aqui produzida é considerada a melhor e no meio comercial é conhecida por farinha Copioba a qual antigamente era escoada através dos Fortos das Cidades de Nazaré e "aragogipe e atualmente é vendida em nossa Cidade nos vários mercados existentes. Além desse produto, desenvolve-se aqui e com sucesso o cultivo da laranja, cana-de-açúcar, fumo, banana, amendoim e outros. Pelo que se vê, temos uma agricultura diversificada e que muito contribui para o equilíbrio da nossa economia.

Notamos e sentimos que precisamos dar mais apoio ao nosso produtor rural e, inequivocamente, esse apoio seria concretizado se conseguíssemos aqui instalar um escritório Regional da EMATERBA e, justamente, o que ora fazemos é um pedido a V. Excia / nesse sentido. A política atual do Governo Federal é, como sabemos, dar todo apoio à Agricultura e o nosso Município que é essencialmente agrícola, terá condições de produzir muito mais com esse apoio / que estamos pretendendo dar.

Assim, Sr. Secretário, solicitamos que por parte de V. Excia este pedido seja analisado e afinal atendido e, destarte daremos ao nosso Estado uma grande contribuição para consolidar sua economia.

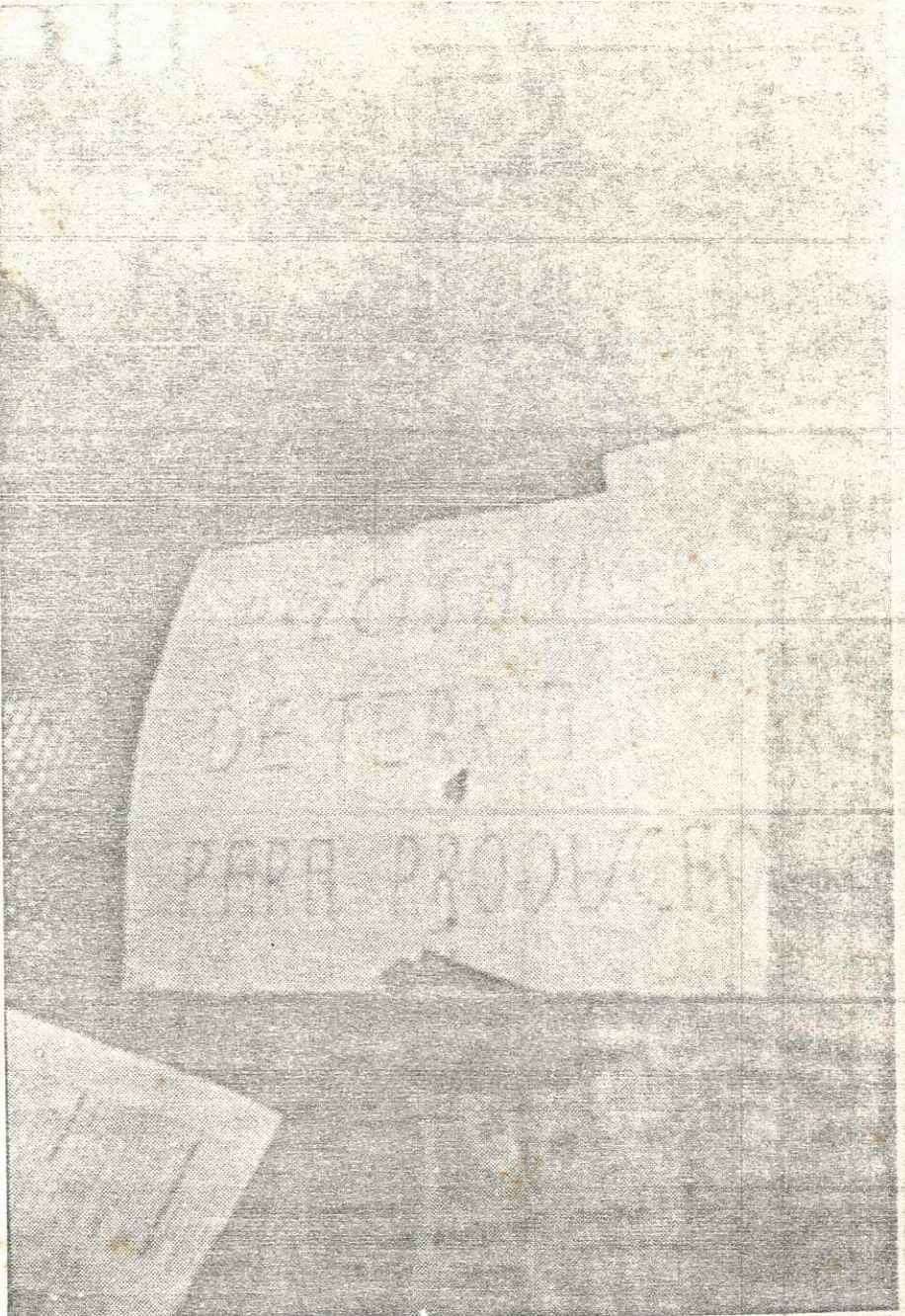
Aproveitando o ensejo, apresentamos os nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

*Raymundo dos Santos Ferreira*  
Raymundo dos Santos Ferreira  
Prefeito.

Exm<sup>o</sup> Sr.

Dr. Renan Faleiro  
DD. Secretário da Agricultura do Estado da Bahia  
Salvador - Bahia.



*Os moradores reivindicam*

# Esperanças para um povoado que luta para vencer a fome

Felipe (aos enviados Ângela Vaidir Argollo) — Acostumada com a xistossomose, com a grande incidência de Sapezinho, um povoado situado a poucos quilômetros do município de São Felipe, está esperançosa agora com a possibilidade de ser garantido o fornecimento de alimentos básicos e assistência médica e odontológica anunciados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que visitou o projeto ainda este mês. As famílias, que habitam casas de barro e madeira, distantes umas das outras, estão se familiarizando com o tipo de atividade que segundo os técnicos poderá diminuir a pobreza de São Felipe mandiocada para a farinha. Eles estão se agrupando em torno do módulo agroindustrial de maniocada financiado pelo INAN com assistência técnica do Ceped e só estão a aguardar do INAN para firmarem sua cooperativa, a qual já conta com 41 associa-

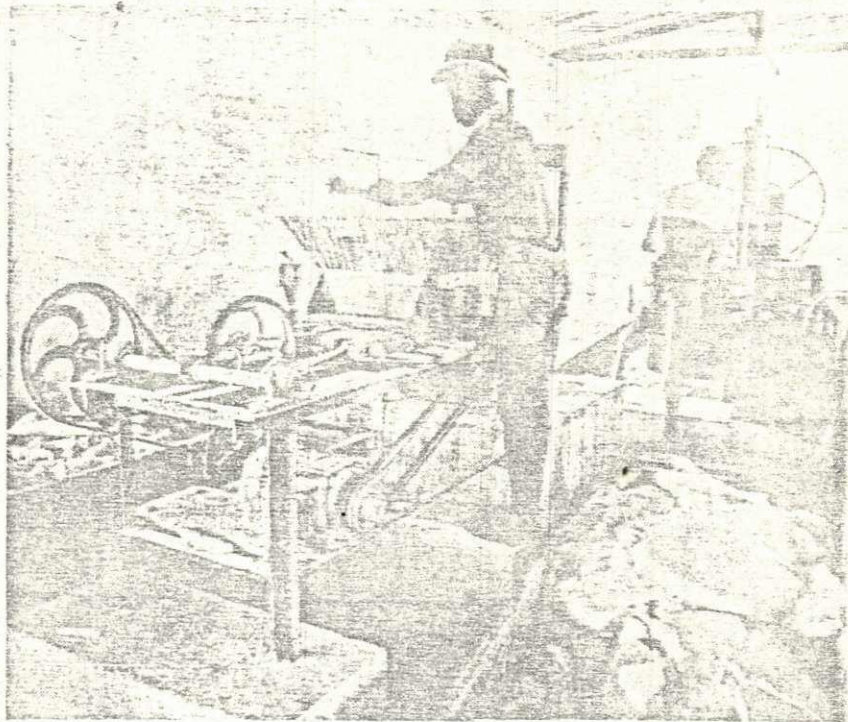
## COOPERATIVA

ções. O módulo entrou em funcionamento há alguns meses, desenvolvendo cursos de preparo e treinamento da comunidade, e este projeto busca desenvolver tecnologias simplificadas e reduzir o custo para o processamento das mandiocas e para o aumento da produtividade por área cultivada. A moagem da farinha já está em funcionamento e a previsão inicial de processar 10 toneladas de mandioca a fim de 2,5 toneladas de farinha, segundo Francisco Brito, técnico do Ceped que se encontra orientando a comunidade. A Cooperativa de Produtores de Farinha de São Felipe-Comaste — promovendo a localidade e, ainda, depois de uma eleição concorrida com José Nascimento Mota, com a diferença de um voto, foi escolhida para a liderança daquela, que é vista como uma tentativa para solucionar os problemas locais. Esse sergipano de 51 anos que se estabeleceu com sua família na criação em Sapezinho, está trabalhando e tem deixado sua rusticidade para trás, feita de madeira, parada por dias a fim de dar a orientação necessária aos cooperativados.

## FALTA COESÃO

Explica que nas redondezas apenas duas outras pessoas dispõem de moinhos de farinha, e que servem aos habitantes em troca de pouco pelo um quilo do produto final como pagamento, mas com o risco de estragar os equipamentos devido ao uso e muitas que tinham perdido o acesso à farinha devido de tantas dificuldades. Apesar de autoritária, ainda não há a coesão necessária entre os cooperativados.

Este povoado, que dista 183 quilômetros de Salvador, a maioria das famílias tem diversos filhos e o exemplo de inclusão social é o maior do



Em São Felipe, a luta da comunidade pela sobrevivência...



...ao lado da fome que ataca a população infantil

para melhorar o estado nutricional da população através do incremento e da distribuição de renda na área rural. Também se pretende reduzir os preços finais dos alimentos básicos ao consumidor melhorando a oferta e qualidade da produção. Neste projeto já foram empregados US\$ 8 milhões na realiza-

## REDUZIR PREÇOS

A base da farinha finca de São

reza da ordem de US\$ 8 milhões na realização do projeto.

Neste projeto, a comunidade de Sapezinho, com 50 famílias, está sendo beneficiada, com a produção de farinha de mandioca, que produzida em pequenas quantidades pelos agricultores locais, sem muito lucro para eles, é comercializada por uma cooperativa que vende a farinha em pequenas quantidades e em grandes quantidades para a compra do produto. A comunidade também foi beneficiada pelo projeto do Ceped, que interessou-se em desenvolver o interesse da comunidade em vender o produto e em produzir o produto em pequenas quantidades.

O prefeito de São Felipe, A. Ferreira, que vem lutando pelo melhoramento do abastecimento de sua cidade, acha que o projeto do INAN constitui um modelo de projeto para melhorar a vida da comunidade e que deverá fazer transferir o projeto para outras comunidades que o módulo agroindustrial de maniocada. Evolve-se, porém, mesmo precisando de mais tempo para a primeira vez que São Felipe, por cento da população, não tem acesso à farinha de mandioca.

A população de São Felipe, que comemorará seu aniversário de 25 anos em novembro, carece de serviços básicos. Com 25 mil habitantes, a sede e a zona rural estão localizadas no Recôncavo, entre a cidade de Jaguaripe, tem por atividade fundamental a agricultura, com a produção de mandioca, milho, feijão e frutas, e possui problemas básicos de saneamento. A água é a maior dificuldade dos moradores. Segundo o prefeito, a comunidade fez a instalação para o abastecimento de água e prevê o aumento do consumo de água. As dificuldades se evidenciam não haja uma solução e os moradores já solicitou, e espera construir quatro fontes para servir a população carente.

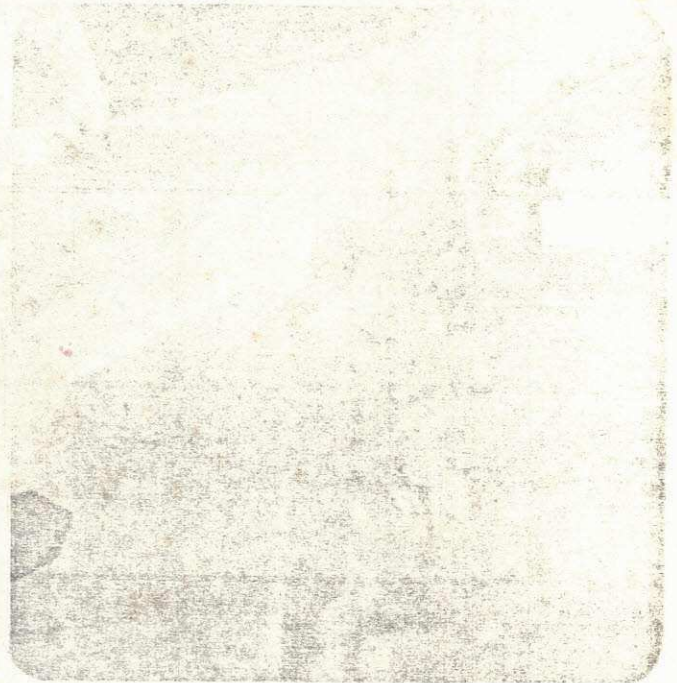
## INDECISÃO

Em Sapezinho, a água é um problema para todos os moradores, que vivem sem as cisternas. Poucos são os moradores que possuem vasos sanitários, mas não sabem sem qualquer proteção a presença de barbeiros causa um alto índice de doença de Chagas, os quais são os que podem evitar a morte dos filhos por causa da fome. O presidente da Comaste, José Mota, apesar do entusiasmo do projeto, a relação à cooperativa, a renda é grande.

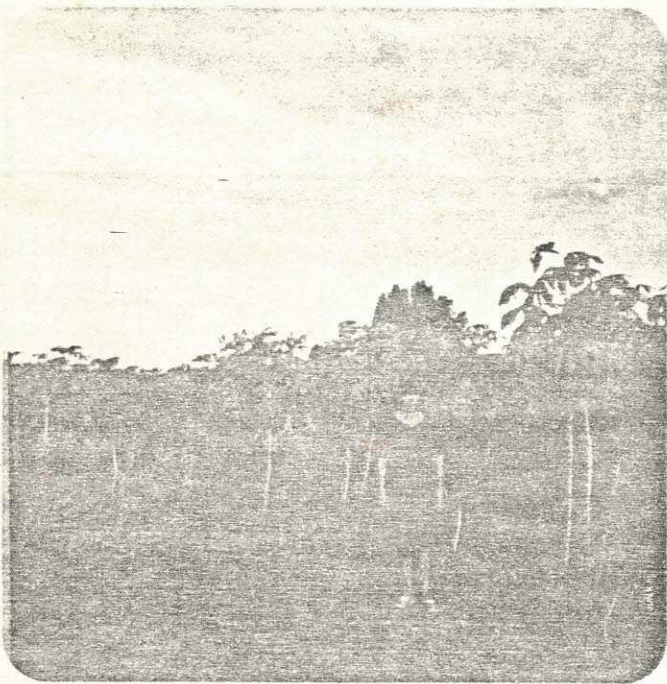
Em cada reunião que acontece com aqueles que pensam em o que permanecem por vários dias, o grupo que lhes garante a sobrevivência. Quando o INAN, através do projeto, a intenção de dar um maior interesse para o projeto de casa de farinha de mandioca e comercialização do produto, inclusive, já se pensam



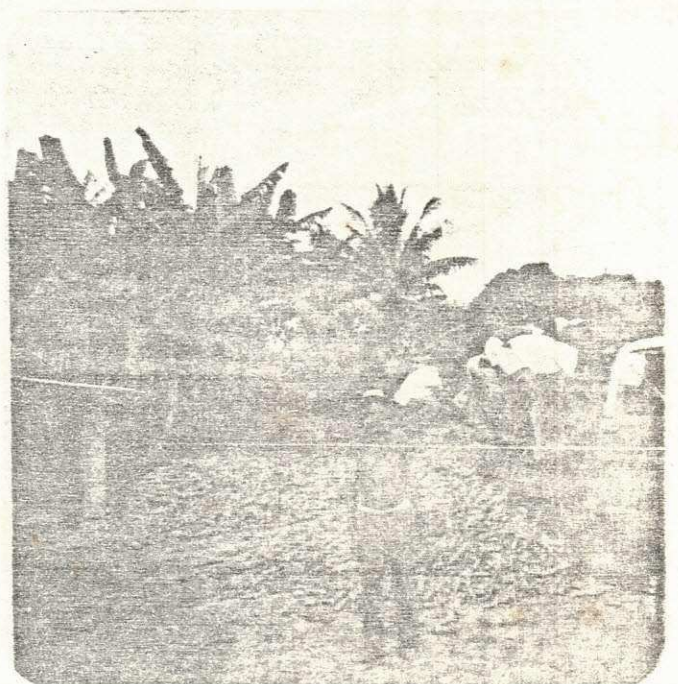
O PRÉDIO DO MÓDULO AGROINDUSTRIAL  
E DA COOPERATIVA, CONSTRUÍDOS EM  
REGIME DE MUTIRÃO



RAIMUNDO, O PRIMEIRO OPERADOR DO MÓ-  
DULO.



D. JOANA, A PRESIDENTE POR DUAS  
GESTÕES (81 e 82)



SEO BRÁULIO, O PRIMEIRO PRODUTOR A  
MECANIZAR CASA DE FARINHA EM SÃO FE-  
LIPE.



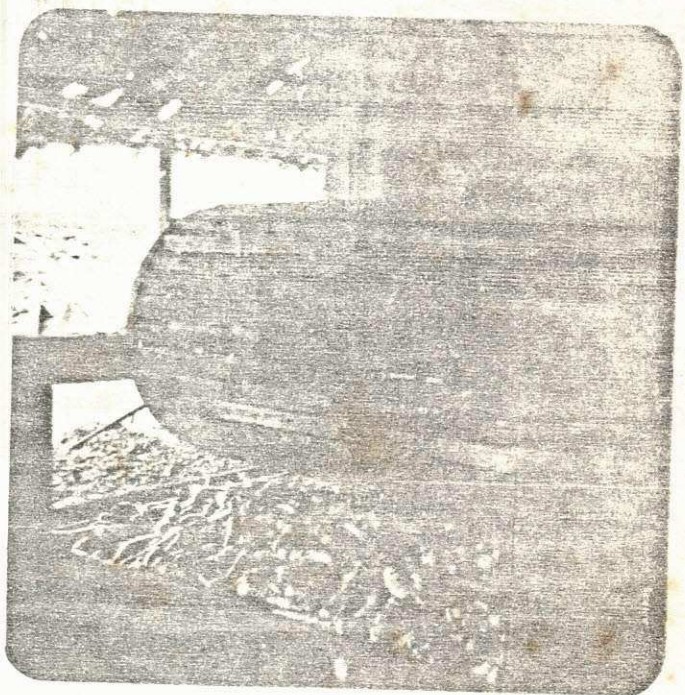
FAMÍLIA DE UM DOS DOIS ASSOCIADOS  
(SR. MANOEL BISPO) MORADORES NO  
TERRENO DA COOPERATIVA



OPERADOR "PAETANDO" FARINHA NUMA CA  
SA DE FARINHA ARTESANAL DO TERRÃO



SR. FLORISVALDO E SEU DESCASCADOR  
MECÂNICO EM OPERAÇÃO. EMBAIXO TE-  
MOS O CAIXÃO LATERAL QUE TRANSPOR-  
TA A RASPA.



APÓS A RASPAGEM MECÂNICA O CAIXÃO  
FRONTAL TRANSPORTA AS RAÍZES DESCAS-  
CADAS